



UFPE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

DONOS DE GADO E GENTE

Fortuna, sociedade e escravidão na segunda metade do século XIX – Limoeiro - Alagoas

Hélder Silva de Melo

Recife
2015



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

DONOS DE GADO E GENTE

Fortuna, sociedade e escravidão na segunda metade do século XIX – Limoeiro - Alagoas

Hélder Silva de Melo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suzana Cavani Rosas.

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

M528d Melo, Hélder Silva de.

Donos de gado e gente : fortuna, sociedade e escravidão na segunda metade do século XIX – Limoeiro - Alagoas / Hélder Silva de Melo. – Recife: O autor, 2015.

149 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.

981.35 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-113)

HÉLDER SILVA DE MELO

DONOS DE GADO E GENTE: Fortuna, sociedade e escravidão na segunda metade do século XIX – Limoeiro - Alagoas

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **27/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE)

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino
Membro Titular Externo (Universidade Estadual da Paraíba - UEPB)

Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

Para meus pais e minha esposa.

RESUMO

A segunda metade do século XIX trouxe uma série de transformação para a sociedade e economia do Brasil. A “questão servil” estava na ordem do dia, ocupando espaço predominante dos debates políticos da época. Ao mesmo tempo, a economia cafeeira do centro-sul crescia, sobrepujando as demais regiões. Essas modificações foram sentidos de diferentes formas nas várias regiões. A nível de Alagoas, o crescimento do algodão, as diversas secas e epidemias e a saída de escravos para outras regiões contribuíram para conformar a sua economia. Tendo como fonte principal inventários *post-mortem*, objetivamos com este trabalho analisar como essas mutações a nível nacional e local reverberaram na região de Limoeiro, pequena freguesia da também pequena província de Alagoas. Constatamos que, entre 1850 e 1888, a região tinha uma economia dedicando-se, sobretudo, a criação de gado, a produção de alimentos e de algodão, em especial. Pretendemos perceber como a fortuna – no sentido material – era formada naquela região e, em especial, lançando um olhar atento sobre a mão de obra escrava, principal item que formava a fortuna dos indivíduos em análise.

Palavras-chave: Economia, Limoeiro de Anadia, Província de Alagoas, segunda metade do século XIX, escravidão.

ABSTRACT

The second half of the nineteenth century brought a number of transformations to society and economy of Brazil. The "servile question" was on the agenda, occupying space predominant in political debates of the time. At the same time, the coffee economy of south-central Brazil grew, surpassing other regions. These changes were felt in different ways in different regions. The level of Alagoas, the growth of cotton, the number of droughts and epidemics and the output of slaves to other regions contributed to conform to its economy. Its main source inventories postmortem, we aim to analyze how these mutations work at national and local level reverberated in Limon region small parish also the small province of Alagoas. We found that, between 1850 and 1888, the region had an economy dedicating himself above all livestock, food production and cotton in particular. We intend to realize as fortune - in the material sense - was formed in that region and, in particular, casting a watchful eye on slave labor, the main item that formed the wealth of the individuals in question.

Key-words: Economy, Limoeiro de Anadia, Alagoas Province, second half of the nineteenth century, slavery

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figuras

Figura 1.1 – Intervenção sobre “Praefecturae Paranambucuae pars Meridionalis”.....	25
Figura 1.2 – Intervenção sobre "Carta topografica da capitania das Alagoas que á pedido do ilustrissimo senhor coronel Francisco Manuel Martins Ramos Comandante dos distritos das villas do Penedo e do Poxim trasladou Jozé da Silva Pinto na Villa de Maceió Ano de MDCCCXX”.....	29
Figura 1.3 – Intervenção sobre “Carta topographica da provincia das Alagoas que de ordem do ex. ^{mo} s. ^f d. ^{or} Antonio Alvez de Souza Carvalho d ^{mo} presidente da provincia levantou Carlos de Mornay em 24 de Maio de 1862 oferecido grátis”.....	32

Tabelas

Tabela 1.1 – Quantidade de engenhos, produção total, razão de produção por localidade – Alagoas – 1859.....	35
Tabela 1.2 – Arrecadação (em réis) do dízimo do gado em Alagoas (1856-8 e 1859-61).....	37
Tabela 1.3 - Quantidade de escravos em várias localidades de Alagoas – 1855-6 e 1870.....	40
Tabela 2.1 – Quantidade (%) de inventários por período.....	44
Tabela 2.2. Quantidade de processos (%) por faixa de fortuna (%).....	45
Tabela 2.3 - Quantidade de processos (%) e soma (em réis) (%) por década.....	47
Tabela 2.4 – Quantidade de processo (%) e soma (em réis e %) por nível de fortuna.....	48
Tabela 2.5 – Porcentagem da riqueza legada por nível de fortuna e por década.....	48
Tabela 2.6 - Razão das fortunas (em réis) por nível de fortuna e por década.....	49
Tabela 2.7 – Quantidade de processos e razão de riqueza (em réis) por sexo, patente e utilização de “dona”.....	51
Tabela 2.8 – Quantidade de processos por sexo, patente, utilização do termo “dona” e nível de fortuna.....	52
Tabela 2.9 – Valores (%) da riqueza (em réis) aplicada em cada tipo de bem por período.....	56
Tabela 2.10 – Soma (%) da riqueza (em réis) aplicada em cada tipo de bem por nível de fortuna.....	58
Tabela 2.11 – Valor total (em réis e %), presença em inventário (%) e razão dos itens de bens imóveis.....	60
Tabela 2.12 – Soma (%) dos itens de bens imóveis por período.....	62
Tabela 2.13 – Soma, razão (em réis) e porcentagem de itens de bens imóveis por nível de fortuna.....	64
Tabela 2.14 – Tipo de plantação, valor (em réis) e presença em inventário por nível de fortuna.....	65
Tabela 2.15 – Variedade, quantidade, valor (%) das plantações.....	65
Tabela 2.16 – Soma (%), presença em inventários (%), total (%), razão e valor médio por inventário segundo tipo de rebanho.....	66
Tabela 2.17 – Presença (%) de animais em inventários por tipo e categoria de rebanho.....	67
Tabela 2.18 – Rebanho médio por inventário, por tipo de rebanho e nível de fortuna.....	68
Tabela 2.19 – Razão de preço atribuída a animais por faixa de riqueza.....	69

Tabela 2.20 – Razão de preço atribuída a animais por tipo de rebanho e década.....	69
Tabela 2.21 – Soma (em réis e %), presença em processos e razão das dívidas passivas por décadas.....	70
Tabela 2.22 – Soma (em réis e %), presença em processos e razão das dívidas ativas por década.....	70
Tabela 2.23 – Presença em inventários (%), soma (em réis e %) e razões das dívidas passivas.....	72
Tabela 2.24 – Presença em inventários (%), soma (em réis e %) e razões das dívidas ativas.....	72
Tabela 2.25 – Informações relativas às dívidas ativas.....	73
Tabela 2.26 – Informações relativas às dívidas passivas.....	74
Tabela 2.27 – Valor total (%) presença em inventário, razão dos itens de bens móveis.....	75
Tabela 2.28 – Soma (em réis e %) e razão dos itens de bens móveis por nível de riqueza.....	77
Tabela 2.29 – Soma (%) de itens de bens móveis por década.....	77
Tabela 2.30 – Tipo, quantidade, soma (em réis e %) de estoques.....	78
Tabela 2.31 – Soma (em réis) e presença em inventários de item de estoques por nível de fortuna.....	79
Tabela 2.32 – Soma (%), presença em inventário e razão dos itens de valores mobiliários.....	80
Tabela 2.33 – Soma e razão de itens de valores mobiliários por período.....	80
Tabela 2.34 – Soma e razão dos itens de valores mobiliários por nível de fortuna.....	80
Tabela 3.1 – Variáveis concernentes aos escravos – quantidade.....	85
Tabela 3.2 – Quantidade de escravos por década.....	86
Tabela 3.3 – Razão de escravos por proprietários.....	87
Tabela 3.4 – Proprietários e não-proprietários de escravos por sexo.....	91
Tabela 3.5 – Quantidade de escravos por faixa de tamanho de plantel.....	92
Tabela 3.6 – Quantidade de escravos por faixa de tamanho de plantel por década.....	93
Tabela 3.7 – Quantidade de homens e de mulheres (%) e razão de sexo.....	96
Tabela 3.8 – Quantidade de homens e de mulheres e razão de sexo por década.....	97
Tabela 3.9 – Quantidade de escravos por tamanho de plantel (%) e sexo.....	97
Tabela 3.10 – Quantidade de escravos por grupos de idade e sexo (%).....	100
Tabela 3.11 – Quantidade de escravos por tamanhos de plantel e grupos de idades (%).....	104
Tabela 3.12 – Quantidade de escravos por década e origem (%).....	107
Tabela 3.13 – Quantidade de escravos africanos por década e grupos de idades (%).....	108
Tabela 3.14 – Quantidade de escravos por origem e sexo (%).....	109
Tabela 3.15 – Razão de preço dos escravos por sexo e década (em réis).....	116
Tabela 3.16 – Razão de preço dos escravos por década e faixa etária (em réis).....	120
Tabela 3.17 – Razão de preço dos escravos por década e faixa etária (em réis).....	121
Tabela 3.18 – Razão de preço dos escravos por década e faixa etária (em réis).....	124
Tabela 3.19 – Razão de preço dos escravos segundo profissões (em réis).....	129

Gráficos

Gráfico 2.1 – Monte-mor por nível de fortuna (em réis).....	46
Gráfico 2.2 – Razões das riquezas (em réis) por nível de riqueza e por período.....	50
Gráfico 2.3 – Soma (em réis) de cada tipo de riqueza.....	55

Gráfico 3.1 – Quantidade de inventários com escravos por década.....	88
Gráfico 3.2 – Quantidade de escravos por década.....	89
Gráfico 3.3 – Razão de escravos por inventário por década.....	90
Gráfico 3.4 – Pirâmide etária – escravos.....	102
Gráfico 3.5 – Razão de sexo dos escravos por origem.....	110
Gráfico 3.6 – Preço dos escravos por sexo (em réis).....	115
Gráfico 3.7 – Razão de preço dos escravos por sexo e década (em réis).....	118
Gráfico 3.8 – Razão de preço dos escravos por década e grupos de idade (em réis).....	121
Gráfico 3.9 – Razão de preço dos escravos por década e grupos de idade (em réis).....	121
Gráfico 3.10 – Razão de preço dos escravos por década e grupos de idade (em réis).....	125
Gráfico 3.11 – Razão de preço dos escravos por década e grupos de idade (em réis).....	128

AGRADECIMENTOS

Diversas são as pessoas as pessoas e instituições que, de alguma forma, contribuíram para a confecção deste trabalho. Agradeço:

A meus pais, José Maria e Maria Isabel, que são os grandes responsáveis por todos os passos que eu dei até aqui. Ofereci o melhor de mim para compensar o esforço de ambos. Amo vocês dois.

A minha esposa, Alessandra, seu incentivo, compreensão, confiança e amor, me estimularam a não desistir e dar sempre o melhor de mim. Te amo e espero retribuir por tudo que vem de você.

A meu sogro, seu Pedro, e a minha sogra, dona Sebastiana, por me receberem em sua família.

Aos meus irmãos, Flávio, Flávia, Luiz, Beatriz e ao meu cunhado Alexandre.

A minha orientadora, Suzana Cavani Rosas, suas sugestões estão em cada parte deste trabalho. Obrigado pela extrema compreensão.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, em especial a Suzana Cavani Rosas, Christine Dabat e Socorro de Abreu.

Aos membros da banca de qualificação e da banca de defesa, em especial aos professores Cristiano Luis Christillino e Luiz Sávio de Almeidas pelas precisas e desafiadoras observações.

À secretária da Pós, Sandra Regina, por ser sempre prestativa, eficiente e eficaz nas solicitações.

Ao CNPq pela bolsa que me permitiu fazer esta pesquisa.

Aos funcionários das várias instituições frequentadas para a elaboração deste trabalho: da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, da Biblioteca Central e da Biblioteca do Campus de Palmeira dos Índios, ambas da Universidade Estadual de Alagoas, da Biblioteca Municipal de Limoeiro de Anadia, da Casa da Cultura de Arapiraca, do Arquivo Público de Alagoas, do Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Aos professores do curso de História do Campus I e do Campus III, da Universidade Estadual de Alagoas, em especial, ao agora amigo Osvaldo Maciel, um dos responsáveis pelo início deste trabalho, e ao também amigo Aldemir Barros e a Adelson.

Aos colegas do curso de graduação – agora amigos – Moisés, Eudes, Élide (nossas debates me ajudaram a formular este trabalho) e Sebastiana, Francisco, pelo companheirismo.

Aos colegas do curso de pós-graduação, sobretudo, a Alex Renner, Amaro e Gilberto.

Aos colegas de trabalho das diversas escolas por onde passei pela compreensão quando da necessidade, em especial, ao meu amigo, professor de geografia, Eraktan.

Aos amigos do Pau d'Arco, em especial, Grace, Leandro, Jesse, Jaéliton, João José, Genilson, Aparecida.

Aos professores da educação básica, em especial, a professor de História Laurinete Basílio e a dona Pastora, por ter me ensinado a “ler e a contar”.

À Maria do Carmo por ter me ajudado a passar boa parte do ano de 2013, em Recife.

SUMÁRIO

Introdução	12
Inventários como fontes para a pesquisa histórica.....	18
Capítulo 1 – Anadia ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX	24
1.1 “Formar os cascos”: território de Anadia ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.....	24
1.2 Continuação do domínio agropastoril: características econômicas de Anadia na primeira metade do século XIX.....	31
1.3 Domínio do algodão e do gado: trajetória da região de Anadia na segunda metade do século XIX.....	34
Capítulo 2 – Bens e posse em Limoeiro na segunda metade do século XIX	42
2.1 Os afortunados de Limoeiro na segunda metade do século XIX.....	42
2.2 Os bens dos afortunados de Limoeiro na segunda metade do século XIX.....	53
2.3 Os maiores proprietários de Limoeiro e a caracterização de suas fortunas.....	81
Capítulo 3 – Escravidão na segunda metade do século XIX em Limoeiro: uma análise a partir de inventários <i>post-mortem</i>	84
3.1 A posse de trabalhadores escravos em Limoeiro na segunda metade do XIX.....	85
3.2 Características dos escravos de Limoeiro na segunda metade do século XIX.....	95
3.3 Evolução dos preços dos escravos de Limoeiro a partir de 1850.....	112
Considerações finais	132
Fontes	134
Referências	139

INTRODUÇÃO

Tendo falecido em seis de outubro de 1861, na Fazenda Brejo Grande, localizado na Vila de Anadia, província de Alagoas, região da zona da mata, Pedro Victal da Silva deixou uma das maiores fortunas da região (senão a maior) e uma prole tão extensa quanto o valor de seus bens que se compunham principalmente de escravos e animais (cavalos, bois) e terras¹. A inventariante e viúva, dona Victoriana Francisca da Silva, falecendo em dez de dezembro de 1871 deixou haveres tão consideráveis quanto os do seu esposo, sendo a constituição do seu legado formada principalmente por escravos e animais (cavalos, bois) e terras e dívidas². Dois momentos históricos distintos e, ao mesmo tempo, com algumas características parecidas.

Os proprietários de terras, gado, casas e pessoas citados no parágrafo anterior são ilustrativos – tanto na aparência quanto na diferença – com os indivíduos que serão estudados ao longo deste trabalho. Ricos proprietários rurais da Limoeiro na segunda metade do século XIX, o estudo de suas fortunas ajuda a descortinar parte das dúvidas que perpassam sobre a histografia de Alagoas, em especial de áreas que a produção açucareira não alcançou o predomínio. Como se verá, a economia local girava ao redor de eixos distintos.

O objetivo principal da presente pesquisa é analisar a constituição, evolução e divisão da fortuna – entendemos o termo no sentido de bens materiais, ou seja, aquilo que as pessoas acumularam, das mais diversas formas possíveis, ao longo da vida, no caso, especificamente no fim de suas jornadas. Bem como um componente imaterial destacado deste acúmulo: os cativos. Nosso propósito, portanto, é estudar a riqueza na segunda metade do século XIX, em Limoeiro de Anadia, cidade localizada no atual estado de Alagoas, a 116 km da capital Maceió. Nesta quadra, o hoje município era apenas uma povoação – sendo transformada em vila apenas em 1882 – pertencente à vila de Anadia, que, por sua vez, havia sido criada em 1801, quando o território da futura Província de Alagoas ainda pertencia administrativamente à capitania de Pernambuco, fazendo parte das possessões portuguesas na América.

¹ Ver inventário de Pedro Victal da Silva, 1861. Todas as citações de inventários feitos de agora em diante seguirão este padrão: nome do inventariado (pessoa falecida que tem seus bens arrolados e divididos), o ano do início do processo (que, na maioria das vezes, é o mesmo do falecimento) e, quando necessário, a(s) folha(s) da informação buscada. Não é possível acrescentar outras informações, como estante, número do processo, etc., pois, os mesmos estão guardados sem qualquer critério lógico. Como todos os processos estão depositados no Cartório do Único Oficial de Limoeiro de Anadia, a partir daqui, esta informação não será mencionada.

² Ver inventário de Dona Victoriana Francisca da Silva, 1871.

Como se verá neste trabalho, ao longo de todo o período colonial e do Brasil independente, a região objeto deste estudo foi ocupada, primordialmente, por pessoas que dedicavam sua vida a produzir gêneros de subsistência, gado e, ao longo dos séculos XVIII e XIX, também com algodão – principalmente nos períodos de alta dos preços deste produto no mercado internacional – e uma pouca expressiva produção de cana. Mesmo sendo uma região que, na maior parte do tempo, não tinha sua lógica econômica voltada para a exportação, a escravidão foi significativa, em especial ao longo do século XIX. A partir das fontes, foi possível perceber que produtores de alimentos e criadores de gado também se utilizavam de trabalhadores escravizados para desempenhar suas atividades e, muito possivelmente, com a utilização de mão de obra própria e de familiares.

Até pelo menos a década de 1970, boa parte da historiografia brasileira pouco estudou áreas dedicadas a produções que não estivessem voltadas para o mercado externo. As unidades produtivas de monocultura, com mercadorias voltadas para a exportação e, entre os séculos XVI e XIX, com ampla presença de escravizados – chamadas de *plantations* ou plantações³ – dominaram a cena dos estudos historiográficos brasileiros. Nos trabalhos desenvolvidos ao longo de boa parte do século XX, a fabricação de açúcar, as atividades mineradoras e as plantações de café, majoritariamente, explicariam o “sentido da colonização”⁴ e do período independente. Para esta produção historiográfica – representada especialmente por Caio Prado JR., Celso Furtado, Fernando Novais, cada um a seu modo –, as demais atividades produtivas eram “atividades subsidiárias e acessórias”, tendo por objetivo “amparar e tornar possível as atividades de exportação”, pois esta conformava o “objetivo essencial da economia brasileira”⁵. Não tendo vida própria, a produção de mandioca, feijão, arroz, a criação de gado visavam, tão somente, sua própria subsistência e fornecer estes produtos para as lavouras de exportação e, em menor grau, para os centros urbanos.

³ O conceito de *plantation* é bastante difundido nas ciências sociais. Diversos autores de filiações teóricas distintas se ocuparam de formatá-lo. Um dos primeiros trabalhos conceitua-lo foi WOLF, Eric R.; MINTZ, Sidney. Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas. In: MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

⁴ PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1948, p. 13.

⁵ PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, s/ data [primeira edição de 1842], p. 41.

As transformações experimentadas pela historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 também reverberaram no estudo das áreas e produções fora da *plantation*. A partir de então, utilizando de novas fontes – em especial fontes cartorárias – e de um aporte teórico e metodológico também novo – uma nova uma nova miríade de estudos começou a pensar a economia brasileira dos períodos colonial e imperial a partir de questões novas⁶. Diversos assuntos sobre as atividades de consumo interno passaram a ser objeto de estudos dos historiadores: a relação de importância entre estas atividades e as exportadoras, o nível de capitalização de cada uma delas, o grau de participação de trabalhadores escravizados e livres nestas atividades, o tipo de uso da terra, quais áreas dedicavam-se a uma ou outra atividades, a importância destas atividades na ocupação do território, questões sociais relativas aos grupos que viviam nestas áreas, como criminalidade, relações familiares, resistência dos escravizados, importância política das pessoas advindas destas áreas, entre outras questões⁷.

Esta historiografia mostrou algumas características comuns a algumas áreas de consumo interno e, por outro lado, bastante diversas das áreas produtoras destinadas à exportação, entre elas: a escravidão com perfil demográfico distinto – maior equilíbrio entre os sexos e com presença de escravos crioulos, mostrando a possibilidade de reprodução natural dos cativos e com posses cativas mais modestas que nas áreas de exportação; em relação ao tipo de mercadoria produzido, a criação de animais e seus derivados, a farinha de mandioca, madeiras, carne-seca e charque, aguardente e tecidos eram as mais importantes; eram áreas mais afastadas dos centros econômicos; do ponto de vista da análise, os trabalhos de uma forma geral concordam que não deveria haver separação estanque entre os mercados

⁶ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 24.

⁷ São diversos os exemplos de trabalhos, principalmente de cunho acadêmico, que foram produzidos ao longo das duas últimas décadas do século XX. A bibliografia apresentada a seguir objetiva apenas ilustrar alguns textos importantes para o tema. Não pretende sumariar todas as obras produzidas no período. Já na década de 1970, os trabalhos de Maria Yedda Linhares, Francisco Carlos Teixeira e Alcir Lenharo. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Op. cit.; FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres:** posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP, Annablume, 1999. O texto de Motta serve como um balanço historiográfico da historiografia da escravidão fora da *plantation*; do ponto de vista teórico, temos CARDOSO, Ciro Flamarion S.; CASTRO, Hebe Maria Mattos de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; VAINFAS, Ronaldo. **Escravidão e abolição no Brasil:** novas perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

interno e externo⁸. No entanto, boa parte desta produção acadêmica tinha uma região principal: as áreas produtoras para o mercado interno do atual Sudeste do Brasil.

Os trabalhos sobre o atual Nordeste brasileiro só começaram a ganhar corpo a partir do começo deste século. Ao longo dos mais de trezentos anos de existência da escravidão na região, aqui também as atividades voltadas para o mercado interno não tinham o mesmo perfil das áreas exportadoras: produção agropastoril – em especial alimentos (mandioca, feijão), gado e animais menores –, utilizando-se de trabalhadores escravizados (africanos, mas sobretudo, crioulos e mestiços) e livres – normalmente o próprio proprietário e seus familiares –, especialmente em áreas distantes do litoral, tudo isso tendo de conviver com intempéries climáticas (principalmente as secas)⁹.

Nestas áreas, ao contrário do que possa parecer, mesmo Caio Prado Jr. admitiu a utilização de escravizados nas produções voltadas majoritariamente para o mercado interno: segundo ele, trabalhavam nestas atividades o próprio proprietário, “ajudado quando muito por um pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum

⁸ MARCONDES, Renato Leite. Comentários: sobre os circuitos econômicos regionais. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para história econômica e social**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 278.

⁹ São exemplos disso, os diversos trabalhos de Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo Vergolino. VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: **Estudos Econômicos**. V. 33, n. 2. São Paulo, abril-junho 2003. Além deles temos outros, tais como: FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **“Catirina minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê. Amaru mambirá”**: o Ceará no tráfico interprovincial. 1850-1881. Dissertação de mestrado em História Social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005; ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do Sertão: espacialidade de poder, violência e resistência, 1850-1888**. Dissertação de mestrado. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, 2011; LIMA, Yvone Costa Carvalho de Araújo. **Escravidão na Região Agreste na Província de Pernambuco: a vila de Altinho na segunda metade do século XIX**. Monografia de Conclusão de curso de Bacharelado em História. Recife: Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2008; MAUPEOU, Emanuele Carneiro. **Cativeiro e cotidiano num ambiente rural**. Sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888). Dissertação de Mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2008; MOTA, Antonia da Silva. Família e fortuna no Maranhão setecentista. In: **Clio**. Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004; ROSAS, Suzana Cavani. Escravos e senhores no Sertão de Pernambuco no século XIX. In: BRANDÃO, Tanya Maria Pieres; ROSAS, Suzana Cavani (orgs.). **Os sertões: espaços, tempos, movimentos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010; PEIXOTO, Ivina Luciana Moraes. **Cotidiano e vida escrava nos ares do Sertão: Boa Vista, Tacaratu – 1850/1888**. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2007; BURLAMAQUI, Maria Ferreira. **Trajetórias e práticas e sociabilidade na apropriação de Terás (Floresta e Tacaratu, 1840-1880)**. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2005.

escravo”¹⁰. Porém, segunda aquela mesma historiografia que passou por renovação a partir da década de 1970, os trabalhadores escravos também eram parte importante da mão de obra das regiões não exportadoras. Nas áreas de abastecimento, a presença de camponeses era conjugada com trabalhadores escravizados e absorvia boa parte da demanda de escravos durante a vigência do tráfico atlântico¹¹. Basta lembrar que ao longo de praticamente todo o século XIX, Minas Gerais, uma província que neste período destinava-se sobretudo a produções voltadas para o mercado interno, tinha o maior número de escravos entre as províncias brasileiras: nesta área, a posse escravista padrão era a pequena propriedade, com a utilização de trabalhadores livres¹².

Nas províncias do atual Nordeste também se experimentou a utilização de trabalhadores escravos nas atividades não voltadas para exportação: nos espaços destinadas ao mercado interno da região, em suas várias áreas, a “mão-de-obra livre dividiu espaço com a cativa e, certamente, teve mais desenvoltura que na região da *plantation*”¹³. Devido às características destas atividades, nas localidades voltadas para produções para o mercado interno, especialmente a pecuária, a demanda por trabalhadores escravizados era menor.

Sendo assim, para o Brasil como um todo, há razão no que Schwartz concluiu: “nem o plantador típico nem o escravo típico viveram nas grandes plantações do Brasil colonial”¹⁴. Pelos estudos analisados, a assertiva também vale para o século XIX.

Ao contrário do que ocorreu com a historiografia brasileira a partir da década de 1980, em Alagoas não se experimentou o mesmo desenvolvimento dos estudos históricos de uma forma geral e dos estudos fora da *plantation* em particular. O único estudo que se dedica especificamente a analisar atividades econômicas fora do eixo da exportação data do começo do final do século passado e, mesmo assim, chega a conclusão de que, em Alagoas, o único período em que se experimentou alguma diversificação econômica foi durante a ocupação

¹⁰ PRADO JÚNIO, Caio. **Formação econômica do Brasil**. Op. cit., p. 42.

¹¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 66.

¹² FRAGOSO, João Luís. Op. cit. 1992, p. 110.

¹³ ROSAS, Suzana Cavani. Op. cit., p. 136.

¹⁴ SCHWARTZ, S. B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. In: **Estudos Econômicos**. V. 13, n. 1. p. 259-87, jan.-abr. 1983, p. 273.

holandesa, interrompido logo depois da expulsão destes¹⁵. Mais recentemente, alguns textos têm sido produzidos com o objetivo de estudar a história de Alagoas pelo viés de produções que não seja a cana¹⁶. Boa parte destas obras objetiva questionar a pouca participação na historiografia de Alagoas de atividades não voltadas para a exportação. Consagradas nas produções de Manuel Diégues Júnior e de Moacir Medeiros de Sant’Ana, o açúcar tomou lugar, principalmente no censo comum, de todas as outras atividades econômicas na formação histórica alagoana¹⁷. Mesmo objetivando especificamente estudar a produção de açúcar em Alagoas, estes autores dedicam parte de suas obras ao estudo de outras atividades econômicas, como a criação de gado, a extração de madeira, a produção de algodão, entre outras. No entanto, seu viés de análise é atribuir ao açúcar a predominância na formação econômica e social local.

Este trabalho insere-se dentro deste esforço de pesquisa que vem sendo desenvolvido há alguns tempo dentro da historiografia de Alagoas, objetivando pesquisar atividades econômicas fora do eixo da exportação. Nosso trabalho traz uma contribuição até aqui inédita

O período abarcado pelo presente trabalho abrange as quatro últimas décadas do Segundo Reinado (1840-1889). Nele, ocorre a derrocada final do tráfico atlântico de trabalhadores escravizados, aumentando-se o tráfico interprovincial, fatores que vão contribuir para um sensível e considerável aumento do preço deste tipo de mão-de-obra. Além

¹⁵ AZEVEDO, José Ferreira. **Formação sócio-econômica de Alagoas: o período holandês (1630-1654) – uma mudança de rumo**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

¹⁶ ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do vale: experiências camponesas no interior da província das Alagoas**. Tese de doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2014; _____. **A mata em movimento: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas**. Dissertação de mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, 2008; PEREIRA, Eudes Ferreira. **Vestígios da escravidão em Anadia: anotações a partir de um inventário**. TCC. Arapiraca: Departamento de História, 2014; TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013. BEZERRA, Deisiane da Silva. **Território indígena em Palmeira dos Índios: disputa, conflitos e posse**. Monografia. Palmeira dos Índios: Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas, 2012; CURVELO, Arthur Almeida S. de C. **Pescaria e bem comum: pesca e poder local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII e XVIII)**. In: CAETANO, Antonio Filipe P. **Alagoas colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII e XVIII)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

¹⁷ DIEGUÉS JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006; SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, 2011. Alguns questionamentos a estas obras foram feitos por LESSA, Golbery. Para uma história da indústria têxtil alagoana. In: **Gazeta de Alagoas – Seção Saber**. Ano LXXIV, N° 1.144. Maceió: 6/12/2008, s/ p.

disso, e dentro deste processo, a conjuntura do período faz com que parte dos trabalhadores escravizados seja transferida para as províncias cafeeiras do Império do Brasil, no entanto, devida ao problemas econômicas e ecológicos pelos quais passavam a região na segunda metade do século XIX, boa parte das atividades econômicas na região passou, cada vez mais a ser desempenhada por pessoas livres ou libertas¹⁸. Paralelamente, se constrói legislação concernente ao mercado de terras, tentando regular o mesmo, dificultando sua posse pura e simples e tornando sua obtenção mais complicada¹⁹. Neste período, também há o crescimento da demanda mundial por algodão, principalmente ao longo da década de 1860, quando da guerra civil norte-americana. Ao mesmo tempo em que ocorrem sucessivas quedas no preço do açúcar, um dos principais produtos da então província, com aumento da sua produção pela entrada no mercado de concorrentes importantes.

Inventários como fontes para a pesquisa histórica

Constituindo-se, sobretudo, de inventários *post-mortem*, encontrados na cidade de Limoeiro de Anadia, a documentação levou-nos a escolher o espaço da pesquisa. Este trabalho já vem sendo desenvolvido há alguns anos, como parte das atividades coletivas do Grupo de Estudos Mundos do Trabalho, do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas²⁰. Um dos fitos do Grupo é levantar fontes sobre a história da escravidão. Seguindo a trilha de algumas pistas, parte de seus integrantes partiu para o Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia. Apesar de preservar um acervo significativo de documentos, os mesmos não estão organizados e sofrem com as intempéries do tempo e da falta de políticas públicas

¹⁸ Segundo Peter Eisenberg, o papel desempenhado pelo trabalhador livre nacional no processo que o autor chama de “transição para o trabalho livre” para o caso de Pernambuco foi essencial no sentido de que a produção canavieira não despencasse, pois, na segunda metade do século XIX, “a mão-de-obra livre e barata era francamente disponível”. EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 201.

¹⁹ No caso de Alagoas também se constrói um discurso de valorização do trabalho, objetivando formar um mercado de trabalho livre. MELO, Hélder Silva de. **As relações de trabalho e o discurso de valorização do trabalho em Alagoas na segunda metade do século XIX – 1850-1871/2**. Monografia. Arapiraca: Curso de Licenciatura em História, 2010.

²⁰ Parte deste esforço de pesquisa resultou em alguns textos do livro *Pesquisando (n)a Província*, organizado pelo coordenador do Grupo Mundos do Trabalho, Osvaldo Maciel. Ver MACIEL, Osvaldo (Org.) **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)**. Maceió: Q Gráfica, 2011.

para sua preservação. Devido a essas condições inadequadas de guarda do acervo documental, certamente muitos inventários, assim como outros documentos, se perderam, ou foram propositalmente perdidos, ao longo do tempo. Mesmo assim, aquela busca gerou frutos. Pudemos levantar um número expressivo de inventários produzidos ao longo do século XIX (mencionemos, de passagem, que diversos outros documentos inéditos estão guardados no referido Cartório, esperando as curiosas lentes humanas e digitais dos historiadores).

Sendo os inventários nossa principal fonte de pesquisa, levantaremos algumas questões sobre a sua utilização como fonte histórica, principalmente no que concerne ao seu emprego para compreensão da economia da região no período estudados²¹.

O que é um inventário? Hodiernamente, segundo o dicionário Houaiss, é uma “descrição detalhada do patrimônio de uma pessoa falecida” e ainda um “levantamento minucioso; rol, lista”²². Esta segunda acepção coaduna-se com a de Luiz Maria da Silva Pinto que, em 1832, dava para inventário: “Rol do que se acha em huma casa”²³. Tais definições estão em acordo com as características que historiografia especializada atribui aos inventários, assim como com as propriedades encontradas nos inventários que servem de base para esta pesquisa.

O processo de inventário, regido nas possessões portuguesas e, após a independência, no Império, depois República do Brasil, até 1912 pelas Ordenações Filipinas, objetiva levantar, descrever, avaliar e dividir o espólio deixado entre os herdeiros devidos. Sendo assim, no que concerne ao conhecimento histórico, temos um atributo imprescindível destas fontes: elas servem para caracterizar a parte da população que possui bens que justifiquem sua abertura, possibilitando, com isso, caracterizar a estrutura econômica de parte da sociedade

²¹ Devido à vasta produção bibliográfica utilizando-se de inventários como fontes históricas, levantando suas potencialidades, possibilidades e limites, consideramos ser repetitivo lançarmos mãos de todos os itens presentes num processo deste tipo, que normalmente pouco varia no tempo e no espaço. Ao longo do texto, mencionaremos as principais características desta fonte que mais de perto interessam a nossa pesquisa. Para os procedimentos internos ao inventário e questões teóricas sobre sua utilização na pesquisa em História, ver: FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

²² HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 449.

²³ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipographia de Silva, 1832, sem página. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1/mode/1up>. Acessado em: 2 de janeiro de 2015.

estudada. Porém, a definição acima não contempla diversas outras alternativas trazidas pelos inventários para a pesquisa histórica. Vejamos, então.

A frequente recorrência no tempo e no espaço está entre as principais qualidades desta fonte. Ligada a estas, a homogeneidade do processo também é outro de seus atributos. A junção de tais características permite a comparação de análises desenvolvidas em diversos locais e referentes a distintas épocas. Alusivo ainda a recorrência e a homogeneidade, os inventários possibilitam, quando disponíveis, estudos em longo prazo. Ou seja, estudos que levem em consideração o mesmo problema, normalmente ligado à sobrevivência material, e que estejam pensando na longa duração. Assim, é possível verificar que, com o passar dos anos, no caso do Brasil, diversos bens vão deixando de aparecer com tanta recorrência nos processos de partilhas: no período colonial, por exemplo, as vestimentas eram naturais no conjunto dos bens deixados pelo morto, fenômeno que, por questões que não cabe aqui analisar, deixa de ser frequente ao longo do século XIX²⁴.

Pois bem, como mencionado acima, por tratarem de bens, os inventários sobrerrepresentam a parte da população que os possui, fazendo com que aqueles agentes sociais excluídos da propriedade dos bens socialmente produzidos – além de outros – não apareçam nos inventários. Este é um ponto problemático das pesquisas desenvolvidas a partir destas fontes: os inventários trabalhados pelo historiador não abarcam, a princípio, todos os envolvidos na produção econômica da região, fazendo com que a recorrência a outras fontes torne-se necessária ou, igualmente possível, tome-se o “retrato tirado” da estrutura econômica do local estudado como uma possibilidade ou como parte daquilo que se está analisando. Mesmo aqueles que eram obrigados a gerar inventários, em alguns casos, não o faziam: a divisão dos bens era feita entre os próprios herdeiros, sem passar, assim, pelas mãos do poder público, evitando o pagamento de taxas ou, um pouco mais problemático, o retardamento da utilização dos bens herdados. Importante destacar, ainda, que parte da população abria inventários em comarca diferente daquela onde residia. Ou seja, a análise a partir de inventários *exclui* do seu objeto de pesquisa: os que não tinham condições materiais de fazer inventários, os que dividiam a herança à revelia das normas legais e os que abriam inventários

²⁴ FARIA, Sheila de Castro. Op. cit., p. 175. Faria também mostra que os inventários e testamentos tornam-se mais “mundanos” ao longo do século XIX, gradativamente deixando, por exemplo, de mencionar itens ligado à religiosidade.

em comarca distinta da residência. Ficam de fora, ainda, as pessoas cujos processos foram perdidos.

Além de restringir-se a apenas uma parte da população, o inventários é uma fonte estática quando analisada individualmente. Ou seja, ela mostra um momento de uma fortuna – aquele após a morte do indivíduo cujos bens estão sendo levantados –, não abarcando sua evolução, sua constituição. Mesmo assim, tal fato pode ser parcialmente contornado, pelo mesmo na possibilidade de análise mais geral de uma determinada realidade econômica, pois a junção de diversos inventários ao longo dos anos faz com que as transformações econômicas de uma determinada *sociedade* tornem-se perceptíveis. Este último intento pode ser feito, por exemplo, comparando espólios parecidos, para analisar de quais bens eram constituídos; ou verificando como a base econômica de uma sociedade se modificou (ou não), com a análise de diversos processos de inventário ao longo de determinado período. Outra possibilidade é matizar os níveis de riqueza numa mesma época e perceber as diferenças entre os grupos da sociedade mais abastadas e os mais carentes.

Alguns estudos desenvolvidos por historiadores que trabalham com inventários elaboram e hierarquizam categorias econômicas de uma região, tanto para comparar níveis econômicos internos ao local analisado, como para verificar a inserção de uma determinada localidade dentro de um espaço econômico maior²⁵. A elaboração de estratificação social pode ser desenvolvida levando-se em consideração diversos fatores que, no caso da sociedade aqui analisada, por ser escravista, tem como um de seus principais componentes a posse de escravos, mas também o acesso à terra, no caso deste item, de forma crescente ao longo do tempo. Outro fator importante a ser levado em consideração neste caso, é o montante de riqueza acumulado até a feitura do processo de inventário. Neste trabalho, trataremos de desenvolver esta hierarquização para a localidade estudada a partir dos níveis de fortunas encontrados nos processos de inventários. É importante lembrar que, como mencionado acima, os inventários são processos que envolvem *parte* dos indivíduos de uma determinada localidade (aqueles possuidores de bens) e, ainda a ser considerado, o pesquisador deve ponderar que parte da população não produz inventários, pois, legalmente, nem todos os

²⁵ Ver, por exemplo, FRAGOSO, João Luís. Op. cit., pp. 42 e 257, onde, com a utilização de inventários, o autor produz uma hierarquia econômica por faixas de fortuna entre os homens de negócio do Rio de Janeiro no final do século XVIII e início do século XIX.

detentores de posses estavam obrigados a inventariar, só os que possuem herdeiros menores ou aqueles que os herdeiros (maiores) divergissem sobre os termos da partilha.

Tecidas estas considerações sobre a fonte a ser utilizada em nossa pesquisa, passemos a fazer a análise dos indivíduos que tiveram cabedais suficientes para abrir inventários em Limoeiro da segunda metade do século XIX.

As pesquisas históricas sobre Alagoas no século XIX são escassas (mais ainda utilizando-se de inventários) – apesar de ter ocorrido certa evolução na década passada –, com nosso trabalho pretendemos preencher alguns destas lacunas e instigar o debate de outras. Como se perceberá ao longo do texto, as comparações entre esta pesquisa e outras pesquisas que se utilizem de inventários em Alagoas não são possíveis, pois desconhecemos trabalhos deste tipo para nossa área²⁶. Sendo assim, as análises aqui desenvolvidas devem ser sopesadas como um esforço inicial de pesquisa com fontes até este momento inéditas para a região e província como um todo. Mais ainda que, pesquisas socioeconômicas, abrangendo o oitocentos, para áreas distantes do eixo da agroexportação e, em especial, para regiões com significativa presença de criações, como é o caso da região analisada, apesar de experimentarem significativo crescimento nas últimas décadas em outras arrabaldes do Brasil e, em menor grau, do Nordeste, pelas paragens de Alagoas são praticamente inexistentes. Parte das lacunas sobre estas dimensões estão enfrentadas nesta dissertação.

Num primeiro capítulo, trataremos de apresentar o região sobre o qual desenvolvemos nossa pesquisa, do ponto de vista econômico, social, suas divisões políticas, a evolução de sua população tendo por base bibliografia local e regional, documentos oficiais, recenseamentos populacionais, mapas, entre outros documentos. Com esse intento, visamos contextualizar as observações dos demais capítulos.

No capítulo dois, a partir das fontes principais de nossa pesquisa, trataremos de caracterizar a riqueza local: seus principais componentes, seus valores, percentuais, concentração, níveis de riqueza, transformações ao longo do período abarcado. Os inventariados analisados criavam animais, principalmente gado, e praticavam a agricultura de

²⁶ É necessário mencionar o texto de Eudes Ferreira pereira, que utiliza um inventário para estudar a região. Ver PEREIRA, Eudes Ferreira. Op. cit.

subsistência e de algodão como as principais atividades econômicas. Ainda com o objetivo de mostrar as riquezas inventariadas, nos debruçaremos sobre os itens inventariados e buscaremos mostrar seus valores, percentuais, participação na riqueza geral, transformações ao longo do tempo. Nossa principal meta com este capítulo é perceber quais os principais níveis de riqueza daquela sociedade, como eram compostos e como evoluíram ao longo do tempo. Na época em análise, o principal componente da riqueza inventariada eram seres humanos para os quais se dava valor monetário: os escravos.

No capítulo 3, analisamos o valor dos cativos em separado e de forma mais pormenorizadamente: por sexo, idade, origem, cor, profissão, etc. para percebermos como se dava a participação destes grupos na riqueza inventariada, sua evolução ao longo do tempo, os elementos que influenciavam na sua avaliação.

Percebemos que na região eram produzidos, majoritariamente, gado, algodão e alimentos, com a utilização de trabalhadores escravos e livres. Ao longo da segunda metade do século XIX, no entanto, as atividades econômicas da região regridem substancialmente, entrando numa fase decadente do ponto de vista econômico.

CAPÍTULO 1 – ANADIA AO LONGO DOS SÉCULOS XVI, XVII, XVIII E XIX

1.1 “Formar os cascos”²⁷: território de Anadia ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII

Antes de iniciarmos propriamente a análise da economia local ao longo da segunda metade do século XIX, faremos um breve histórico da evolução política, econômica, populacional e administrativa da região ao longo do período colonial. Como se verá, ao longo do texto, praticamente inexistem referências à utilização de escravos na região da atual Anadia durante os três séculos da colonização portuguesa. No entanto, a escravidão certamente apareceu na área ao longo dos séculos XVII e XVIII, apesar da área ser dedicada majoritariamente a produções voltadas para o mercado interno que, no geral, comparativamente a economia de exportação, utilizava-se de poucos escravos, normalmente junto a trabalhadores livres e familiares.

Margeada pelo rio São Miguel (**Figura 1.1**), avistado e explorado pelos portugueses já no começo do século XVI – desde 1501, os lusitanos o navegavam –, sendo o território deste rio habitado primeiramente pelos sinimbys, grupo de nação caeté²⁸, a atual Anadia e suas cercanias consta ser explorada pelos portugueses nas primeiras doações de sesmarias para região no final deste e começo do século XVII. Quando Antonio Barbalho Feio recebeu doação de terras, esta era limitada pelo engenho São Miguel, nas margens do rio de mesmo nome, ao norte, e pelos campos dos Inhauns, ao sul, justamente o espaço que Anadia ocupa atualmente²⁹. A área era conhecida “como os mais belos pastos de todo o Brasil”³⁰, o que

²⁷ Caio Prado Júnior utiliza a expressão no sentido de indicar a constituição dos rebanhos no período colonial. Ver, PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., p. 186.

²⁸ TENÓRIO, Douglas Apratto. Terra dos valentes Sinimbys: São Miguel dos Campos. IN: SIMÕES, Leonardo (Coord. ger.). **Enciclopédia dos municípios alagoanos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello – Núcleo de Projetos Especiais, 2012, p. 282.

²⁹ CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **O senado da câmara de Alagoas do Sul: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751)**. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2014, pp. 45-6. Sem citar fontes, Adail Antonio dos Santos dá como Sinimbu o engenho que limita a sesmaria de Feio. Provavelmente, isto ocorreu, pois este é o nome que o engenho recebeu no século XIX. Ver SANTOS, Adail Antonio dos. **São Miguel dos Campos é outra história**. Maceió: Edições Nosso Mundo, 2007, p. 24. Para o século XIX, os nomes Sinimbu ou Sinimby são confirmados por Manuel Diégues Júnior para o primitivo engenho. Ver DIEGUÉS JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006, p. 101.

A exploração lusa da parte sul da capitania de Pernambuco – da qual os campos dos Inhauns fazem parte – processou-se após a destruição pelos portugueses dos grupos indígenas que habitavam a região e que ofereceram resistência ao processo de ocupação de suas terras e das tentativas dos portugueses de escravizá-los. Além deste, na segunda metade do século XVI, os portugueses foram instigados a colocar em prática iniciativas para ocupá-la por conta das diversas incursões dos franceses, que buscavam o valioso pau-brasil. Também interferiu neste processo a necessidade de barrar o desenvolvimento de *mocambos*, que já se formavam no território entre os rios Una e São Francisco no começo do século XVII³².

Apesar da apregoada vocação açucareira³³, ao longo do século XVII, o sul da capitania pernambucana foi ocupado por portugueses e holandeses principalmente em virtude da produção de gêneros alimentícios, de fumo e da criação de gado para abastecer a região ao norte do território, em especial as áreas açucareiras das cercanias de Recife.³⁴ Apesar de ser tido como o grande defensor e propagador de que a história de Alagoas resume-se à história do açúcar³⁵ – como de fato tentou provar –, Diégues Júnior, em seu clássico *O bangüê nas Alagoas*, tangencialmente, assume que, ao longo da primeira metade do século XVII, a economia da área girava em torno do mercado interno e, mesmo existindo alguns engenhos, a produção de açúcar era pequena e se resumindo às áreas central – Alagoas do Sul – e norte – Porto Calvo. Baseado em relatórios holandeses do século XVII, o autor conclui que o número

³² CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. Op. cit., pp. 36-46.

³³ Como discípulo de Gilberto Freyre, Diégues Júnior, em seu principal escrito, *O bangüê nas Alagoas*, tenta demonstrar que a “história dos engenhos de açúcar nas Alagoas quase se confunde com a própria história do hoje Estado, antiga Capitania e Província”, DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 25. Moacir Medeiros de Sant’Ana também vai no mesmo sentido. Para ele, “o início do povoamento do território que compreende hoje o Estado de Alagoas deve-se, em grande parte, à indústria açucareira, já que os primeiros povoados quase sempre surgiam e se desenvolviam em torno dos engenhos de fabricar açúcar.” SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, 2011, p. 229. Recentemente, mesmo alguns que tencionam diminuir a participação do discurso exclusivista canavieiro na história alagoana caem, *sem querer*, no mesmo. É o exemplo de Douglas Apratto Tenório que, em texto combativo deste discurso, vê a produção de algodão como uma tentativa de “diversificação de nossa monopolizada estrutura [econômica] desde a sua formação.” TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013, p. 45. Em outra oportunidade, levantamos algumas destas contradições. Ver: MELO, Hélder Silva de. Resenha crítica de “TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. O ciclo do algodão e as vilas operárias. Maceió: Sebrae, 2013. 144p.”. In: **Revista Crítica Histórica**. Ano V, nº 9, Maceió: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – Universidade Federal de Alagoas, julho-2014, pp. 271-7.

³⁴ AZEVEDO, José Ferreira. **Op. cit.**, em especial o capítulo 3 – **O quadro tendencial**.

³⁵ Ver TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. Op. cit., p. 11 e CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. Op. cit., p. 18.

de engenhos na área sul de Pernambuco era ínfimo e nela ocorria significativa produção de outros gêneros, como peixe salgado, farinha de mandioca, gado e fumo, sendo no “território alagoano que se abastece Pernambuco”³⁶. Para o autor, mesmo o território de Alagoas tendo se prendido à

cultura da cana, à sua exclusividade, ao seu lado havia, em engenhos, plantio de outros gêneros: do feijão, do milho, da mandioca, da macaxeira, das batatas, de legumes. Mas, isso nem sempre em grande escala, e quase mais para o consumo próprio. A princípio mesmo, nas Alagoas, houve cultura desenvolvida do tabaco³⁷.

Não se encontrava cenário diverso para os campos dos Inhaúns no mesmo período, onde a criação de gado – no Brasil colonial, “realizada extensivamente”³⁸ – mostrava-se como a atividade mais importante, ajudada que era pelos bons pastos existentes naquela área. Os poucos habitantes vivendo na região dedicavam-se especialmente a pecuária, assim como a produção de fumo e de farinha de mandioca, havendo também a extração de grande quantidade de madeira, com a produção de açúcar ocupando posição secundária, basicamente inexpressiva³⁹.

Apesar das fugas populacionais e do abandono das lavouras e a conseqüente desorganização produtiva havida na região, causada pelas lutas entre portugueses e holandeses pelo domínio da produção de açúcar de Pernambuco e, por conseguinte, também por áreas que servissem como abastecedoras de gêneros alimentícios e outros, após a expulsão dos batavos, na segunda metade do século XVII, o gado continuou a ocupar lugar importante na economia sul pernambucana. Muito deste produto que era remetido para Recife neste

³⁶ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 91. Dos 118 engenhos existentes em Pernambuco, no ano de 1630, apenas 16 deles (ou 13% do total) ficaram no território do atual estado de Alagoas – 10 em Porto Calvo e 6 em Alagoas (compreendendo, Lagoa do Norte, Lagoa do Sul e Rio São Francisco). Além disso, os engenhos na parte sul do território produziam bem menos açúcar dos que os engenhos ao Norte. CURVELO, Arthur Almeida de Carvalho. Op. cit., p. 47.

³⁷ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 116.

³⁸ A criação de gado e a agricultura de subsistência mostraram-se, principalmente a primeira, como atividades importantes no sentido da ocupação do interior do continente ao longo do processo de colonização do Brasil, especialmente nas áreas que hoje formam o interior do Nordeste. PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit. pp. 49-50, 55-6 e 183.

³⁹ AZEVEDO, José Ferreira. Op. cit., p. 117.

período vinha da região do Rio São Francisco, de São Miguel e dos campos dos Inhaúns, levados pelos “passadores de gado” para o norte da capitania⁴⁰.

Abarcando principalmente o século XVII, o quadro descrito até agora mostra que a *Alagoas Colonial*⁴¹, assim como os campos dos Inhauns tiveram sua ocupação pelos europeus majoritariamente ligada ao abastecimento interno das áreas açucareiras do norte da capitania de Pernambuco. No caso específico destes últimos, o gado criado na região era a principal atividade praticada pelos seus habitantes, com a produção de açúcar estando entre as atividades secundárias, tanto de portugueses quanto dos holandeses que dominaram à região por algum tempo.

Sobre o século XVIII, temos menos referências do que para os antecessores. No entanto, pelas informações encontradas e apesar do crescimento populacional experimentado, da ampliação do número de engenhos⁴² e também de um relativo aumento na produção de fumo, consequência da expulsão dos holandeses e dos combates que culminam na destruição da sociedade organizada por escravos fugidos em Palmares, os campos dos Inhauns continuaram como um local de considerável criação de gado e produção de gêneros alimentícios, ainda para o abastecimento da parte norte da capitania de Pernambuco⁴³.

Neste meio tempo foi criada, em 7 de janeiro de 1702, com a qualificação de Nossa Senhora do Ó – sendo que, desde 1683, já era curato⁴⁴, a freguesia de São Miguel que abarcava a povoação de mesmo nome, os campos dos Inhauns e a povoação de Coruripe e, em

⁴⁰ CURVELO, Arthur Almeida de Carvalho. Op. cit., pp. 68 e 119.

⁴¹ Para uma discussão desse conceito, relacionado ao atual território de Alagoas durante o período do domínio português no Brasil, ver CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Existe uma “Alagoas Colonial”? : Notas preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina. In: **Revista Crítica Histórica**. Ano I, nº 1, Jun. 2010. Disponível em: http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=53:existe-uma-alagoas&catid=36:dossie-ensino&Itemid=55. Acesso em 17 jul. 2015.

⁴² Este aumento ocorreu principalmente em outras áreas da região da agora comarca de Alagoas, criada em 1711, abrangendo as vilas de Porto Calvo, ao norte, Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul – sendo esta cabeça da comarca, ao centro e Penedo do Rio São Francisco, ao sul, todas ao sul do Rio Una. CURVELO, Arthur Almeida de Carvalho. Op. cit., pp. 68-9.

⁴³ BARBOSA FILHO, Gilberto. **Fragmentos de uma história**: índios, brancos, e negros no processo de construção da identidade sócio-econômica e política de Limoeiro de Anadia. Arapiraca: Gráfica Farias, 2010, p. 273.

⁴⁴ TENÓRIO, Douglas Apratto. A fé, a capela, os santos. Alagoas e a influência sacra em sua formação histórica. In: **Cabanos**: Revista de História. Ano 1, vol. 1. Arapiraca: FUNESA; Maceió: EDUFAL, jan./jun. de 2006, p. 27.

meados do século XVIII, tinha a maioria dos seus habitantes dedicando-se a produção de gado e a uma pequena produção açucareira⁴⁵.

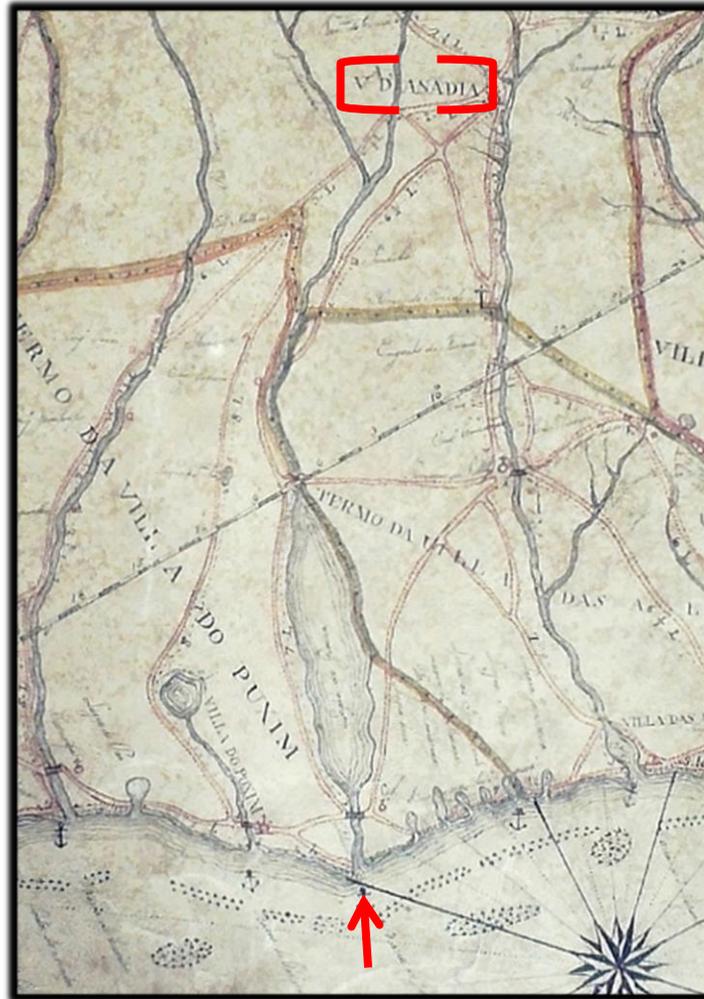


Figura 1.2: Intervenção sobre "Carta topografica da capitania das Alagoas que á pedido do illustrissimo senhor coronel Francisco Manuel Martins Ramos Comandante dos distritos das villas do Penedo e do Poxim trasladou Jozé da Silva Pinto na Villa de Maceió Ano de MDCCCXX"⁴⁶.

⁴⁵ CASTRO, Guiomar Alcides de. **São Miguel dos Campos**. Maceió: Gazeta, 1991, p. 24. ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1997, p. 29 e 32. Arthur Curvelo dá 180 fogos e estima em 900 pessoas na freguesia de São Miguel entre 1696 e 1700. Ver CURVELO, Arthur Almeida de Carvalho. Op. cit., p. 69. Douglas Apratto dá 635 fogos e 2.580 habitantes para a freguesia, não deixando claro se para 1702 ou 1747, contando com duas igrejas e seis capelas. TENÓRIO, Douglas Apratto. A fé, a capela, os santos. Op. cit., p. 27-8.

⁴⁶ Este mapa faz parte do capítulo "A formação do Estado Nacional e a construção do campo de ação indigenista", parte da tese de doutorado de Aldemir Barros, ainda em fase de elaboração fazendo parte do projeto de pesquisa SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Desaldeando: estratégias indígenas diante do poder político e econômico na Província de Alagoas (1842-1872)**. Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Linha de

O final desta centúria culminou com a transformação dos campos dos Inhauns em vila, com denominação de vila Nova de São João de Anadia, autorizada em 1799 e instalada em 18 de novembro de 1801⁴⁷. A localização da vila estava, como a maioria das povoações do período colonial, na margem de um curso d'água, no caso, o rio São Miguel que, desaguando no Atlântico, permitiu o processo de ocupação europeia da região (**Figura 1.2**). A alcunha de vila Nova de São João de Anadia é uma combinação de uma capela existente na região que tinha como padroeiro São João Nepomuceno e do nome do visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Mello, ministro português que autorizou a elevação da povoação a esta categoria⁴⁸. Além das mudanças político-administrativas, desde o final do século XVIII, seus habitantes reclamavam a necessidade de esperar e pagar por religiosos vindos da matriz de São Miguel para ministrar os sacramentos católicos, fato que culminou na criação da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, na já vila de Anadia, em janeiro de 1802⁴⁹.

Ao longo do século XVIII, principalmente no final da segunda metade, além das produções tradicionais da área (gêneros alimentícios, gado, madeira, fumo e algum açúcar), introduziu-se o algodão, que acabaria sendo, no século seguinte, uma das principais atividades econômicas de Alagoas, assim como da região de Anadia. Já existindo em períodos anteriores, outra atividade que também vai ganhar destaque no começo do século XIX é a extração de madeira⁵⁰.

Pesquisa Escravidão e invenção da liberdade, 2010. Indicado pela seta está o rio São Miguel. Agradeço a Aldemir Barros a gentileza pela cessão do capítulo.

⁴⁷ O território da antiga vila corresponde, basicamente, aos atuais municípios de Anadia, Limoeiro de Anadia, Pindoba, Tanque D'arca, Coité do Nóia, Craíbas, Junqueiro, Arapiraca, Lagoa da Canoa, Taquarana, Maribondo, Belém e Mar Vermelho. BARBOSA FILHO, Gilberto. Op. cit., p. 87-8. PEREIRA, Eudes Ferreira. **Vestígios da escravidão em Anadia**: anotações a partir de um inventário. TCC. Arapiraca: Departamento de História, 2014, p. 11. Temos em consideração que, tanto no Brasil colonial quanto no Império, a confusão de divisões judiciárias, administrativas, policiais e religiosas, para os contemporâneos e para pesquisadores, dificulta o entendimento da abrangência de determinada área. Para alguns questionamentos destas dificuldades, ver MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Um século de pernambucos mal contados**: estatísticas demográficas nos oitocentos. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005.

⁴⁸ TENÓRIO, Douglas Apratto. Campos dos Arrozais dos Inhauns: Anadia. In: SIMÕES, Leonardo (Coord. ger.). **Enciclopédia dos municípios alagoanos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello – Núcleo de Projetos Especiais, 2012, p. 290.

⁴⁹ IDEM, p. 291. PEREIRA, Eudes Ferreira. Op. cit., pp. 13-4.

⁵⁰ BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3 ed. Arapiraca: EDUNEAL, 2004, p. 62 e 70. DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., p. 118.

1.2 Continuação do domínio agropastoril: características econômicas de Anadia na primeira metade do século XIX

Além da separação política de Pernambuco, ocorrida em 1817⁵¹, o século XIX trouxe mudanças importantes na configuração econômica e social de Alagoas. No começo deste século, a ainda parte sul da capitania pernambucana viu seu número de engenhos de açúcar aumentar consideravelmente: no século XVIII, eles eram entre 47 e 69, no começo do seguinte, no entanto, existiam cerca de 120 engenhos no território da futura capitania e província⁵². Sem embaraço deste crescimento, algodão, couros, legumes, farinha de mandioca, azeite de mamona, madeira de construção naval estavam entre as principais produções da região nas primeiras décadas do século XIX: contando com mais de 300 fazendas de criação, mais de 220 engenhos e fartas lavouras de Algodão⁵³. Apesar dos dados censitários para este período serem muito precários, os números disponíveis mostram considerável crescimento populacional na primeira metade do século XIX: em 1816, quando ainda era comarca de Pernambuco, o território da depois província de Alagoas tinha 89.589 habitantes, passando, em 1819, para 111.973, sendo, neste último caso, 42.879 livres e 69.094 escravos, e, na década de 1840, em 1842, chegando a 207.294, sendo 167.619 livres e 39.675 escravos⁵⁴ e, em 1849, com 207.766 habitantes, sendo 56.797 brancos, 6.603 índios, 43.487 pretos, dos quais 12.442 livres e 31.045 escravos e 100.879 pardos, população majoritária, divididos entre 92.134 livres e 8.745 escravos⁵⁵.

⁵¹ Razões políticas e econômicas influenciaram no processo de emancipação política de Alagoas. BARBOSA JUNIOR, Jose. A autonomia política de Alagoas e seus factores. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. V. X, ano LXXX, 1925, pp. 60-2. Segundo Dirceu Lindoso, já havia a “formação de uma imagem diferencial da imagem dominante pernambucana”, desde a criação da comarca de Alagoas, em 1711. O que o ato régio de separação dos dois territórios em 1817 vem fazer é dar “legitimidade jurídica ao que um processo histórico de mais de dois séculos viera acumulando”. LINDOSO, Dirceu. Interpretação da província. In: **Cultura Popular**. Série Cadernos de Cultura. Maceió: Secretária da Cultura – SECULT, 1985, pp. 60-2.

⁵² SANT’ANA, Moacir Medeiros de. Op. cit., p. 230.

⁵³ IDEM, p. 25. BARBOSA JUNIOR, Jose. Op. cit., p. 62.

⁵⁴ COSTA, Craveiro. Os inquéritos censitários em Alagoas. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. V. X, ano 53, 1924, pp. 73-4. Segundo Costa, os dados para os escravos, em 1819, deviam estar exagerados.

⁵⁵ AGUIAR, Antonio Nunes de. **Fala dirigida á Assembleia Legislativa da Provincia das Alagoas, na abertura da segunda sessão ordinaria da setima legislatura, pelo excellentissimo presidente da mesma Provincia, o coronel Antonio Nunes de Aguiar, no dia 18 de março de 1849**. Pernambuco: Typographia de

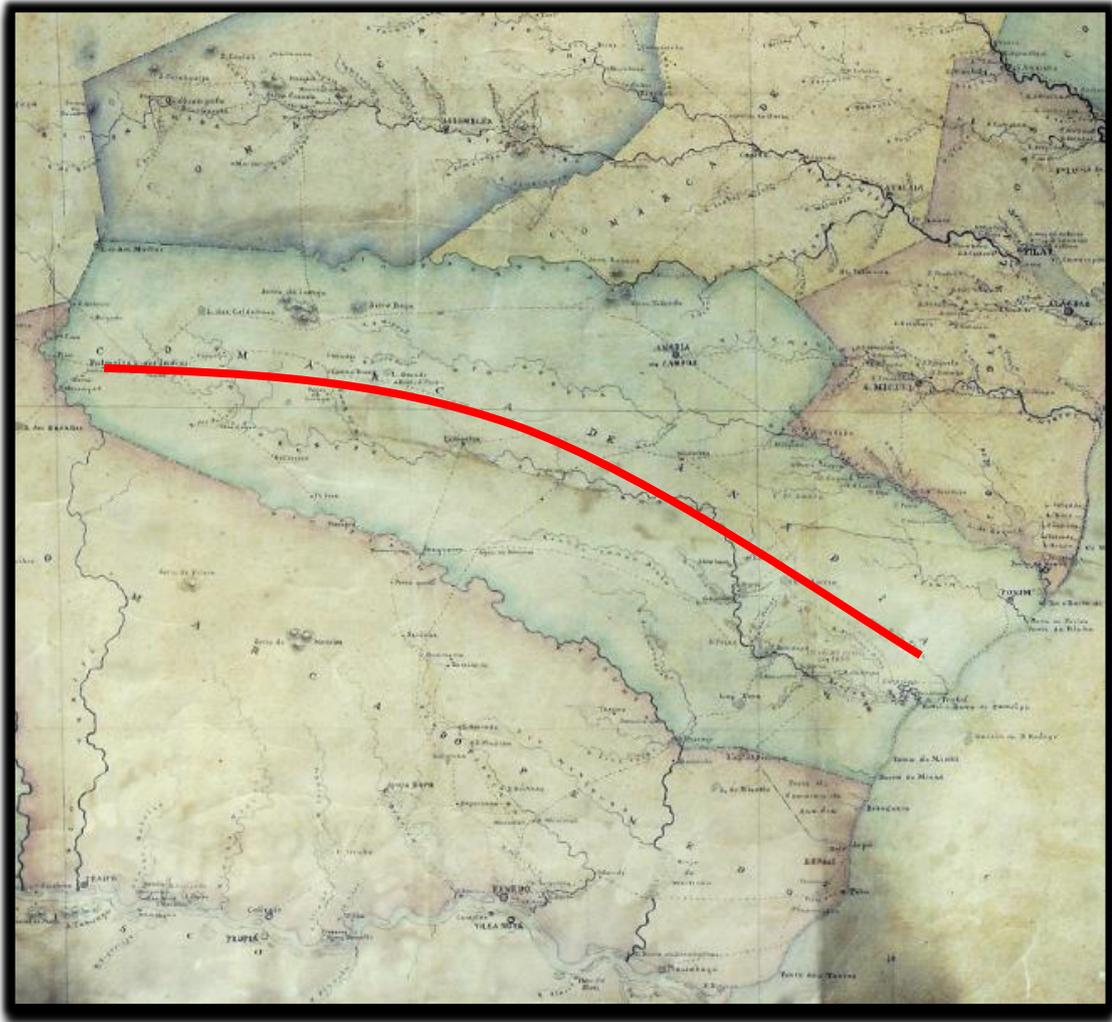


Figura 1.3 – Intervenção sobre “Carta topographica da provincia das Alagoas que de ordem do ex.^{mo} s.^r d.^{or} Antonio Alvez de Souza Carvalho d.^{mo} presidente da provincia levantou Carlos de Mornay em 24 de Maio de 1862 oferecido grátis.”⁵⁶

O considerável crescimento no número de engenhos nas outras partes de Alagoas não reverbera em Anadia. Naquela área, existiam apenas quatro engenhos na década de 1820, funcionando com 93 trabalhadores, entre escravos e livres que, considerando uma razão de 81 arrobas de açúcar por trabalhador – dos engenhos de Poxim (Coruripe), área próxima a de Anadia – tem-se uma produção de 7.533 arrobas de açúcar para a região⁵⁷. Baixa quando comparada com a produção de um único engenho, o Lameirão, no Pilar, em 1854, com seis

Santos & Companhia, 1849, p. 36. Todas as falas e relatórios de presidente de província foram buscados no site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/alagoas>. Acessado em 25 de janeiro de 2011. Não citaremos o site por economia de espaço.

⁵⁶ Ver nota 46.

⁵⁷ SANT’ANA, Moacir Medeiros de. **Op. cit.**, p. 149.

mil arrobas de açúcar⁵⁸. Dado bastante ilustrativo do que estamos argumentando encontra-se para 1849, quando, dos 316 engenhos moentes existente em Alagoas, somente 8 (ou 2,5%) ficavam em Anadia⁵⁹. No mesmo ano, sua freguesia tinha uma população total 11.305 pessoas, das quais 3.099 brancos, 79 índios, pretos, 448 livres e 1.904 escravos, e pardos, 5.315 livres e 460 escravos⁶⁰. Esta população estava dividida na comarca de Anadia, criada em 1838⁶¹ (**Figura 1.3**), abrangendo os municípios de Poxim e Anadia, sendo este, dividido nas freguesias de Palmeira e Anadia, que, por sua vez, era formada pela vila de Anadia e pelas povoações de Limoeiro e Mar-vermelho⁶².

Não possuindo uma produção de açúcar considerável, muito provavelmente, nas décadas iniciais do oitocentos, a região de Anadia tinha como principais atividades econômicas criação de gado, a produção de gêneros alimentícios e, também, o plantio de algodão. Neste período, a produção deste último cresce na capitania e depois província de Alagoas, consequência dos efeitos provenientes do aumento das indústrias têxteis da Europa, notadamente na Inglaterra, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, potencializados pelos problemas experimentados no fornecimento de algodão no mercado mundial que as lutas pela emancipação das colônias inglesas da América do Norte trouxeram⁶³. Nas várias partes do Brasil onde foi desenvolvido sua cultura, também este era produzido em larga escala e com a utilização de trabalhadores escravizados⁶⁴. Em Alagoas, segundo Douglas Apratto Tenório, apesar de ter iniciado como uma atividade praticada majoritariamente por grandes proprietários e, conseqüentemente, em latifúndios, ao longo do século XIX, o crescimento da agricultura do algodão⁶⁵ fez com que ela se tornasse uma

⁵⁸ IDEM, p. 153.

⁵⁹ AGUIAR, Antonio Nunes de. Op. cit., p. 47.

⁶⁰ IDEM, p. 36.

⁶¹ RAFAEL, Cícero. **História de Anadia**. Maceió: Secretária da Cultura de Alagoas – SECULT, 1994, p. 74. GALVÃO, Olímpio Euzébio; BASTOS, José Antônio de Magalhães; COUTINHO, Abílio. **Viagens do Exmo. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, mui digno Presidente da Província das Alagoas a cidade de São Miguel e Vila de Coruripe; as Comarcas de Camaragibe e Porto Calvo; Penedo e Mata Grande; ao Rio São Francisco até Piranhas e as Comarcas de Imperatriz, Anadia e Atalaia**. Maceió: Grafmarques, 2010, p. 165.

⁶² AGUIAR, Antonio Nunes. Op. cit., p. 39.

⁶³ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., p. 142-3. TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. Op. cit., pp. 28-9.

⁶⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit., p. 147.

⁶⁵ As exportações de algodão pelo porto do Jaraguá experimentaram crescimento ao longo da década de 1820, tanto de navios que zarpavam no rumo de Salvador e de Recife, quanto diretamente para portos estrangeiros. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Op. cit., p. 27.

cultura de pequenos proprietários, que a conjugavam com outros cultivos e, em alguns casos, principalmente nos períodos de *boom*, desenvolveu-se, inclusive, junto com a cana. Os que se dedicavam ao plantio do algodão, o faziam, majoritariamente, com trabalhadores livres, inclusive deles mesmos e de seus familiares e, em menor grau, de escravizados, normalmente em pequena quantidade, já que, ao contrário da produção de açúcar, esta planta exige poucos trabalhadores para o seu desenvolvimento⁶⁶.

Na década de 1840, açúcar, algodão, couro, coco e farinha eram os principais gêneros exportados por Alagoas, tanto para as demais províncias do Império quanto para exterior, sendo os dois primeiros os que geravam a maior quantidade de impostos arrecadados na província⁶⁷.

1.3 Domínio do algodão e do gado: trajetória da região de Anadia na segunda metade do século XIX

Segundo Luiz Sávio de Almeida, a década de 1830 marca o início de uma “enfática busca por informações” por parte do Estado brasileira, a nível local e nacional. No período da “formação do Estado Nacional” ou da “acumulação primitiva de poder”⁶⁸, tais dados tinham o objetivo de armar os administradores do período no sentido de melhor equacionar os problemas relativos à modernização do Império, em curso ao longo de todo o século XIX. Conforme o autor, os dirigentes da época tinham a “pretensão discursiva de uma administração eficaz e eficiente”, sendo que, na prática, tinham em mãos uma “administração inconsequente e incapaz de possibilitar acompanhamento e avaliação”⁶⁹. A década de 1850 é

⁶⁶ TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. Op. cit., p. 9.

⁶⁷ AGUIAR, Antonio Nunes de. Op. cit., pp. 48-9.

⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 154.

⁶⁹ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856. In: MACIEL, Osvaldo (org.). **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX).** Maceió: Q Gráfica, 2011, p. 81-2. É o que José Murilo de Carvalho chama de “modernização frustrada”, referindo-se à política de terras no Império. CARVALHO, José Murilo de. A modernização frustrada: a política de terras no Império. In: **Revista Brasileira de História.** V. 01, n. 01. São Paulo: Revista da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, 1981, pp. 39-57. Para o autor, as diversas tentativas do governo central e provinciais em buscar dados para colocar em prática suas disposições esbarrava na falta de recursos humanos, no custo elevado, na fraqueza da burocracia em nível local e, mais ainda, no “desaparelhamento da máquina do governo para enfrentar as resistências”, em especial dos proprietários, mas

período em que esse discurso ganha ênfase, pois, com as transformações havidas a partir daí – como o fim do tráfico internacional de escravos, as diversas leis que objetivam de alguma forma regulamentar a economia, o aumento no número de profissionais liberais e o relativo crescimento da população urbana –, o Império brasileiro e os grupos políticos e econômicos a ele ligados buscavam transformar a nova realidade de acordo com o “modo de ser senhorial”⁷⁰. O levantamento de dados objetivava, então, conhecer a realidade para tentar enquadrá-la nesta visão de mundo.

Tabela 1.1 – Quantidade de engenhos, produção total, razão de produção por localidade – Alagoas – 1859

Localidade	Engenhos		Produção (em pães ⁷¹ de açúcar)				
	Nº	%	Total ⁷²	% (do total)	Razão ⁷³	Maior	Menor
Porto Calvo	25	4,97	31.800	7,01	1.272	2.500	200
Barra Grande	36	7,16	53.300	11,76	1.480	2.500	500
Porto de Pedras	75*	14,91	51.300	11,32	743	3.000	400
Passo do Camaragibe	65*	12,92	35.460	7,82	695	2.300	200
Vila da Imperatriz	28*	5,57	16.010	3,53	640	1.400	100
Vila da Assembleia	29*	5,77	10.470	2,31	615	1.800	200
Vila de Atalaia	27*	5,37	30.560	6,74	1.222	2.000	450
Vila do Norte	41	8,15	59.500	13,12	1.451	2.000	750
Cidade das Alagoas	18	3,58	11.060	2,44	614	2.000	60
Vila de São Miguel	28*	5,57	43.150	9,52	1.598	4.000	200
Vila do Poxim	5*	0,99	2.550	0,56	637	900	150
Coruripe	11	2,19	5.170	1,14	470	1.500	120
Cidade de Penedo	23*	4,57	5.200	1,15	433	800	200
Cidade de Maceió	56	11,13	65.900	14,54	1.176	2.400	500
Vila do Pilar	21	4,17	26.200	5,78	1.247	2.200	500
Vila de Anadia	15	2,98	5.750	1,27	383	1.000	100
Total geral	503	100,00	453.380	100,00	901		

Fonte: GRAÇA, Guilherme José da. Relatório dirigido ao exm.o presidente da Província das Alagoas dr. Agostinho Luiz da Goma pelo inspector da Thesouraria Provincial da mesma Guilherme José da Graça no anno de 1859. In: GAMA, Agostinho Luiz da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Província das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1859, pelo excellentissimo presidente da provincia o doutor Agostinho Luiz da Gama.** Maceió: Typ. Commercial de A. S. da Costa, 1859., p. 38.

* Dos quais estavam sem funcionar, respectivamente: 6, 14, 3, 12, 2, 1, 1, 11.

também dos homens livres negros e pobres de uma forma geral que estavam amedrontados com a possibilidade de serem escravizados. CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., pp. 346-7. Para o caso das revoltas de homens livres e pobres em várias partes do Império, ver, CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012, em especial a introdução.

⁷⁰ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Op. cit., p. 89.

⁷¹ Cada pão de açúcar corresponde a quatro arrobas, que, por sua vez, correspondem a 15 quilos, cada. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Op. cit., p. 150.

⁷² Somando-se a menor produção.

⁷³ Calculada a partir da média aritmética da produção dos engenhos moentes.

Sendo assim, para a segunda metade do século XIX, há uma considerável quantidade de dados estatísticos que perpassam diversos ramos da vida social, política e econômica do país. Para o caso em estudo, o da província de Alagoas⁷⁴, esses levantamentos nos ajudam a compreender o desenvolvimento histórico da região em consideração. Para grande parte da segunda metade do século XIX, os dados consultados mostram a região de Anadia fora do circuito da agroexportação e, quando está inserida, o faz através da produção de algodão.

São as regiões do “valle do rio Parahyba, os do Mandahú e Satuba, [e] o norte da província”, as grandes áreas produtoras de açúcar⁷⁵, principalmente nos municípios de Camaragibe e Porto Calvo, onde “se assentam os maiores engenhos”, também nos vales destes rios se produz algodão, nos municípios de Assembléa e Imperatriz, onde “anda muito desenvolvido o trabalho livre, principalmente o que se refere á plantação do algodoeiro e colheita de sua lá”⁷⁶.

Como ilustrativo disso, mais uma vez nos reportamos ao número de engenhos: o quadro de baixa participação da região de Anadia na produção de açúcar da província continua (**Tabela 1.1**). Apesar de haver crescimento na quantidade, os engenhos da localidade são apenas 2,98% do total da província, produzindo apenas 1,27% do açúcar. Também devemos levar em conta que, em 1859, Anadia não possuía nenhum engenho destinado a destilação de aguardente⁷⁷. Insistimos na caracterização da localidade como, majoritariamente, *não produtora de açúcar*, pois boa parte da historiografia sobre a região, mesmo não possuindo fontes que sustentem suas preposições, caracteriza a mesma como fazendo parte de uma área onde dominava a sociedade açucareira⁷⁸.

⁷⁴ Para o levantamento de alguns dados estatísticos referentes à Alagoas no período ver, IDEM; MELO, Hélder Silva de. Dados estatísticos e escravidão em Alagoas (1850-1872). In: MACIEL, Osvaldo (org.). **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)**. Maceió: Q Gráfica, 2011.; LIMA, José Franklin Casado de. História da estatística em Alagoas. In: **Série Estudos Alagoanos**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura. Caderno XIV, 1962.; COSTA, Craveiro. Op. cit.

⁷⁵ ARAUJO, João Vieira de. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia das Alagoas na abertura da 2.ª sessão da 20.ª legislatura em 15 de março d 1875 pelo Doutor João Vieira de Araujo Presidente da Província**. Maceió: Typographia do Jornal das Alagoas, 1875, p. 65.

⁷⁶ MELLO, Roberto Calheiros de; et. al. Informações acerca do estado presente da lavoura na província das Alagoas. In: ARAUJO, João Vieira. Op. cit., p. 2.

⁷⁷ GRAÇA, Guilherme José da. Op. cit., p. 46.

⁷⁸ Ver, por exemplo, RAFAEL, Cícero. Op. cit., p. 50 e seguintes.; BARBOSA, Gilberto. Op. cit., p. 46 e seguintes.

Tabela 1.2 – Arrecadação (em réis) do dízimo do gado em Alagoas (1856-8 e 1859-61)		
Districtos	1856-58	1859-61
Traipu	14:700\$000 ⁷⁹	14:800\$000
Penedo	11:500\$000	11:500\$000
Matta Grande	8:600\$000	8:650\$000
Palmeira	4:500\$000	8:100\$000
Anadia	5:110\$000	8:500\$000
Imperatriz	2:700\$000	2:720\$000
Poxim	2:000\$000	2:200\$000

Fonte: GRAÇA, Guilherme José da. Op. cit., p. 18.

Referindo-nos às fontes existentes na área no mesmo período, temos que, ao contrário do que ocorre com o açúcar, os dízimos arrecadados com o abate do gado colocavam Anadia entre as cinco maiores criações da província (**Tabela 1.2**). Há, inclusive, um significativo crescimento de quase 70% nesta arrecadação entre os dois períodos compreendidos pela tabela. Sendo assim, ao longo do século XIX, a pecuária despontava como uma das atividades econômicas mais importantes da região, o que se coaduna com os dados encontrados nos inventários, nos quais grande parte das pessoas inventariadas tinha na criação de gado sua principal atividade econômica, ao lado de outras voltadas para a subsistência, como se verá no capítulo 2 deste trabalho.

O plantio do algodão mostra-se como outra atividade econômica importante da região na segunda metade do século XIX, principalmente a partir da década de 1860, quando questões internacionais estimulam o crescimento da produção de algodão em Alagoas e também das primeiras fábricas têxteis da província⁸⁰. Fazendo parte das comarcas centrais da província de Alagoas, Anadia circunscrevia-se na região onde se encontravam os melhores terrenos para esta prática agrícola, a saber: as “terras secas”, “montanhas vulgarmente chamadas serras”, “barro vermelho”, e “as agrestes conhecidas por caatingas cujo solo é composto de terra preta, areia e massapé preto e pedregoso”, onde não se encontram “grandes

⁷⁹ Lê-se quatorze contos e setecentos mil-réis.

⁸⁰ A guerra civil nos Estados Unidos (1861-5) desorganizou sua produção de algodão, fazendo com que se buscassem outras fontes para o suprimento do mercado mundial da fibra. TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery. Op. cit., p. 40.

árvores”, “e somente arbustos de pequeno crescimento”⁸¹. Sobre os trabalhadores utilizados na região, temos que, “pertencendo o [serviço] dos algodões ainda ao braço livre”⁸², majoritariamente. Segundo o relatório da Associação Comercial de Alagoas citado anteriormente, devido as grandes despesas com a produção, o preparo e o transporte do algodão e, também, com o pagamento de trabalhadores livres e os prejuízos causados com a perda trazida pelo gado, que, pelas roças não serem cercadas, se alimenta da planta, boa parte dos agricultores da década de 1870 deixaram de plantar o algodão como cultura principal, fazendo-o somente em conjugação com outras plantações, como mandioca, milho, feijão e mamona.

Com isso, as últimas décadas do século XIX experimentam uma diminuição na atividade produtiva, devido ao fim das condições positivas anteriormente experimentadas e, também, aos problemas trazidos pelas secas, principalmente na década de 1870⁸³, e as diversas epidemias, especialmente a da cólera morbos, que traziam problemas para Alagoas desde a década de 1850⁸⁴. A exportação de escravos para outras regiões do Brasil também contribuiu como fator importante no sentido de diminuir a atividade econômica na região⁸⁵. A

⁸¹ ARAÚJO, José Virgínio Teixeira de; et. al. **Relatório ou exposição a respeito da plantação e cultura do algodão na província das Alagoas, apresentada ao excelentíssimo presidente da mesma em 18 de fevereiro de 1875**. Disponível em: pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/10/documento-geografia-do-algodao-alagoano.html. Acessado em: 22 de março de 2015.

⁸² MELLO, Roberto Calheiros de; et. al. Op. cit., p. 2.

⁸³ As duas maiores secas se deram entre 1867 e 1872 e entre 1876 e 1879. No geral, elas não tiveram efeitos tão perversos em Alagoas quanto em outras províncias. O maior problema que a população da região teve de enfrentar foi a grande entrada de imigrantes vindos das províncias mais afetadas, principalmente para as cidades margeadas pelo rio São Francisco e para Maceió. BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. **Falla com que o exm. sr. dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão presidente da provincia installou a 1.ª sessão ordinaria da 22.ª provincial das Alagoas em 16 de abril de 1878**. Maceió: Typographia do “Liberal”, 1878. Ao mesmo tempo que as secas traziam problemas para as atividades agrícolas, também ajudavam no aumento de trabalhadores disponíveis para a agricultura. É que constata Peter Eisenberg para Pernambuco na segunda metade do século XIX. EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, em especial os capítulos 7 e 8.

⁸⁴ Foram várias as epidemias desta e de outras doenças na província ao longo da segunda metade do século XIX, sendo a mais danosa a de 1855 e 1856. ALBUEQUERQUE, Antonio Coêlho de Sá e. **Falla dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinária do anno de 1866, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque**. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1856, p. 19; CARVALHO, Antonio Alves de Souza. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas, pelo presidente da provincia Antonio Alves de Souza Carvalho, na abertura da 1.ª sessão ordinária da 14.ª legislatura**. Maceio: Typographia do Diario do Comercio, 1862, p. 15.

⁸⁵ Entre 1853 e 1871 saíram legalmente da província de Alagoas 2.309 escravos. MELO, Hélder Silva de. **As relações de trabalho e o discurso de valorização do trabalho em Alagoas na segunda metade do século XIX – 1850-1871/2**. TCC. Arapiraca: Departamento de História, 2010, p. 37.

diminuição da população escrava pode ser sentida a partir da análise da quantidade de escravos entre as décadas de 1850 e 1870, mostrando que, em praticamente todas as localidades, a quantidade de escravos diminuiu (**Tabela 1.3**). Frisamos que, as implicações trazidas pela resolução da questão servil no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX influenciaram a situação de diminuição dos braços escravos disponíveis na região de Alagoas e no Nordeste como um todo. Além, do que, muito provavelmente, ocorreu uma concentração da escravidão nas regiões mais desenvolvidas economicamente e, dentro destas, nas mãos dos senhores mais potentados. No ano de 1876, temos que a população de total da província era de 348.009 pessoas, sendo livres, 312.268 (155.584 homens e 156.684 mulheres) e apenas escravos 35.741 (17.913 homens (dos quais 1.447 estrangeiros) e 17.828 mulheres (das quais 930 estrangeiras))⁸⁶. Esta diminuição – da atividade econômica e da quantidade de escravos – também é sentida em Anadia, o que também é constatado nos capítulos 2 e 3, deste trabalho.

Nesse contexto, a região abarcada pelos inventários do presente trabalho foi desmembrada do ponto de vista eclesiástico, em 1865, pela lei provincial n° 456, com a criação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Limoeiro de Anadia, sendo elevada a categoria de vila em 1882, pela lei provincial n° 866, com instalação em 1883⁸⁷. A povoação de Limoeiro, pertencente a vila de Anadia, estava localizada às margens do rio Coruripe, tendo sua ocupação pelo colonizador português datada do final do século XVIII, quando Antônio Rodrigues da Silva e sua família instalam na região uma fazenda de criação de gado, produzindo também gêneros alimentícios⁸⁸. Pouco depois, em 1842, cria-se o Distrito Policial e Civil de Limoeiro, abrangendo, basicamente, a divisão da futura freguesia que, atualmente, corresponde aos municípios de Arapiraca, Coité do Nóia, Craíbas, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Taquarana e Belém⁸⁹.

Os inventários utilizados para a elaboração deste trabalho pertenciam, em sua maioria, ao cartório da vila de Anadia. Com a criação da vila de Limoeiro, na década de 1880, os processos que compreendiam esta povoação são enviados para o cartório da mesma, como é possível perceber a partir de uma nota escrita ao final de praticamente todos os inventários

⁸⁶ SILVA, João Thomé da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas pelo exm. sr. Presidente da Provincia Doutor João Thomé da Silva em 16 de março de 1876**. Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1876, p. 2.

⁸⁷ BARBOSA FILHO, Gilberto. Op. cit., p. 28.

⁸⁸ IDEM, p. 27, 46 e 49-50.

⁸⁹ IDEM, p. 87-8.

Aos dé-s dias do mês de Maio de mil oitocentos oitenta e tres, nesta Villa de Anadia em meo Cartorio faço remessa destes autos *para* o Cartorio de orphaos do novo termo de Limoeiro do que *para* constar faço este termo. Eu Francisco José Ferreira escrivão designado⁹⁰.

Sendo assim, os inventários constantes deste trabalho, em sua maioria, estavam originalmente na vila de Anadia e, quando do desmembramento da freguesia de Limoeiro, em 1882, os mesmos foram enviados para o cartório da nova vila, onde estão até a presente data.

Tabela 1.3 - Quantidade de escravos em várias localidades de Alagoas – 1855-6 e 1870

Localidade	1855/6	1870
Porto Calvo	1.830	3.400
Mata-Grande	753	400
Porto de Pedras	6.459	4.500
Paço do Camaragibe	3.064	4.410
Villa da Imperatriz	1.817	828
Villa d'Assembléa	637	591
Villa d'Atalaia	1.268	1.305
Villa do Norte	5.479	2.900
Cidade das Alagoas	3.360	2.900
Villa de S. Miguel	2.069	3.030
Villa do Poxim	3.408	-
Coruripe	-	3.000
Cidade de Penedo	2.182	2.700
Cidade de Maceió	2.196	2.818
Villa de Pilar	725	1.920
Anadia	2.976	987

Fonte: ALBUQUERQUE, Antonio Coêlho de Sá e. **Relatorio de 1 de março de 1857.** Maceió: 1857, p. 6; FIGUEIREDO JÚNRIO, José Bento da Cunha. **Relatorio lido perante a Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas no acto de sua instalação em 16 de março de 1870 pelo presidente da mesma Exm. sr. dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.** Maceió: Typografia Comercial de A. J. da Costa, 1870, p. 54.

⁹⁰ Inventário de Pedro Victal da Silva, 1862, fl. 193.

Este trabalho tem o objetivo de contar parte da história dos envolvidos nestes processos, como se verá nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 – BENS E POSSE EM LIMOEIRO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Tendo em mente as observações sobre os inventários desenvolvidas no capítulo precedente, passaremos a analisar os bens deixados pelos inventariados de Limoeiro entre 1850 e 1888. Ao produzirmos nossa argumentação, tivemos por base o contexto do fim do tráfico atlântico de escravos para o Brasil até a desagregação total do escravismo ao longo da segunda metade do século XIX. Ainda dentro do arcabouço deste capítulo, nos esforçaremos em compreender a economia do espaço estudado, suas principais produções, o nível de acesso aos fatores produtivos: mão-de-obra escrava, terra, ferramentas, grau de endividamento, assim também, traçaremos uma linha divisória entre os níveis de fortunas. Todos esses escopos observados a partir das transformações que se processaram ao longo das quatro décadas em análise.

2.1 Os afortunados⁹¹ de Limoeiro na segunda metade do século XIX

Levando em consideração o tempo, o maior número de inventários de nossa amostra está presente nas décadas de 60, 70 e 80, em especial na segunda (**Tabela 2.1**)⁹². Os 75 inventários utilizados nesta pesquisa estão depositados no Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia. Todos os processos deste tipo que tivemos acesso ao longo do desenvolvimento da pesquisa foram colhidos e pela quantidade pequena em relação a outras pesquisas do mesmo tipo⁹³, optamos por não fazermos outro recorte, analisando, assim, a

⁹¹ No sentido de possuidores de algum bem que justificasse a abertura de inventários e não somente dos economicamente mais privilegiados.

⁹² Ao contrário de outras áreas, onde há um crescimento contínuo no número de processos ao longo da segunda metade do século XIX. Ver LIMA, Carlos A. M. Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX). In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Escravidão e liberdade**. Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012, nota 23, p. 315.

⁹³ Ver, por exemplo, ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do Sertão**: espacialidade e poder, violência e resistência, 1850-1888. Dissertação de mestrado. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, 2011, que se utiliza de 259 inventários entre de 1850 e 1888, para estudar o alto sertão paraibano. Além de outras fontes, Faria utiliza 230 inventários para analisar Campos dos Goitacases, durante o século XVIII. Ver FARIA, Sheila de Castro. Op. cit. pp. 33 e 155. Versiani e Vergolino se utilizam de 444 inventário para pesquisar o Agreste de pernambucano da segunda

totalidade dos processos encontrados para o período em apreço. Este diminuto número, tem relação com a guarda desta documentação que, como a maioria das fontes para a pesquisa histórica, não tiveram como objetivo inicial esta demanda. Atualmente, depois de passado o uso corrente, seu armazenamento é feito em local precário e sem estrutura alguma para tal fim. Só para ilustrar: os documentos não correntes guardados naquele Cartório estão numa sala (sem luz) nos fundos do mesmo, junto com outros documentos de diversos tipos e épocas, sem a devida organização e separação. Frisamos que o acesso aos mesmos nos foi cedido pelo atual Tabelião do Cartório, Seu Valdomiro, que, felizmente, os guardou de sua destruição total.

De posse de tais dados, passaremos a analisar internamente os inventários, objetivando caracterizar as suas fortunas.

Para situarmos as análises a serem desenvolvidas adiante, consideramos os seguintes níveis de riquezas, construídos a partir dos montes⁹⁴ deixados em cada inventário. Referem-se, portanto, a sociedade estudada, com as especificidades que lhes são próprias:

- a) **grandes fortunas** com mais de 10:100\$000 réis;
- b) **médias fortunas** entre 2:101\$000 e 10:100\$000 réis;
- c) **pequenas fortunas** entre 1:101\$000 e 2:100\$000 réis;
- d) **pequeníssimas fortunas** entre 201\$000 e 1:100\$000 réis;
- e) **micro fortunas** entre 0 e 200\$000 réis⁹⁵.

metade do século XIX. Ver VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: **Estudos Econômicos**. V. 33, n. 2. São Paulo, abril-junho 2003, p. 361.

⁹⁴ O chamado monte-mor era a soma total dos bens deixados pelo morto, *sem* qualquer desconto. A partir deste valor eram feitos vários abatimentos, entre eles os referentes a dívidas, caso houvesse, custas do processo, de funerais, impostos, etc. O que restava, chamado de monte-partível, era o valor a ser dividido entre os herdeiros. Para os fins deste trabalho, quando não mencionado em contrário, os cálculos serão desenvolvidos a partir do monte-mor.

⁹⁵ Para a elaboração dos níveis de riqueza não se levou em consideração os qualificativos presentes internamente em cada inventário, a saber: a posse de determinados bens, a hierarquia política e social de detentor de cada fortuna, por exemplo. Como se vê, eles não se guiaram por padrões fixos de intervalos entre as fortunas. Isso traz alguns problemas, principalmente o fato de que, por considerarem intervalos de variação distintos, eles abarcam, diferentemente, o quantitativo de indivíduos pertencentes aos diversos grupos. Apesar desta ressalva, adotamos tal critério pelas características da sociedade em questão. Em outros trabalhos com análises baseadas em

No geral, as diferenciações das riquezas na sociedade estudada se faziam pela posse de escravos: sua ausência ou presença e, especialmente, o número de cativos em cada fortuna. Tendo em mente a sociedade considerada, as **grandes fortunas** pertencem, regra geral, aos grandes proprietários de escravos, riqueza mais importante do período; nas **médias fortunas** agrupam-se os indivíduos que também possuem escravos, mas que, na maior parte dos casos, concentram parte importante de sua riqueza em bens de raiz; as **pequenas** e as **pequeníssimas fortunas** são de propriedade dos indivíduos que, no geral, também concentram sua riqueza em trabalhadores escravizados, sendo em quantidade pequena o número de escravos possuídos; as **micro fortunas** dão conta dos indivíduos economicamente miseráveis que, no geral, tinham apenas partes de bens.

Tabela 2.1 – Quantidade (%) de inventários por período⁹⁶

Período	Nº	(%)
1850-59	8	10,67
1860-69	19	24,33
1870-79	30	40,00
1880-88	18	24,00
Total	75	100

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

inventários também são usais este procedimento. Ver, por exemplo, BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 238; GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006, p. 79; MATOSO, Kátia de Queirós. A riqueza dos bahianos no século XIX. In: **Clio – Revista de Pesquisa Histórica. Série História do Nordeste**. N. 11. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1988, p. 63; FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa ventura**. Op. cit., 257. Ainda em relação a estes níveis, ao contrário de outros locais, não encontramos fortunas negativas. Ou seja, nos processos analisados, todas as fortunas legadas eram superiores aos débitos a serem pagos no momento da partilha. Para níveis de fortunas negativas, ver GARAVAZO, Juliana. Op. cit.

⁹⁶ Caso não seja mencionado em contrário, todas as tabelas utilizados no trabalho se referem a Limoeiro ao longo da segunda metade do século XIX. Por questões de espaço, não mencionaremos esta informação nos títulos das tabelas. Como já mencionado na Introdução deste trabalho, temos em mente que este número de inventários é apenas uma **amostra** dos inventários produzidos na região ao longo do período referido. Não encontramos um catálogo com a sequência e a quantidade de inventários que foram abertos no Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia. Sendo assim, mesmo utilizando a totalidade de inventários que foram encontrados pelo esforço de pesquisa empreendido, não é possível e, nem eticamente correto, tomarmos os resultados entrados a partir da análise desta **amostra** de inventários como verdadeiros e únicos possíveis. As análises aqui empreendidas servem como caracterização possível da região empreendida.

Tendo em vista esta divisão, é possível visualizar a representatividade de cada nível de fortuna no total de inventários e nas somas das heranças deixadas (**Tabela 2.2**). Verificamos uma concentração de inventários entre os três grupos intermediários, que juntos totalizam 83,99% da amostra, principalmente no grupo formado pelos espólios médios que somam mais da metade das ações entre esse grupo. O extremo menos afortunado comporta apenas três processos⁹⁷. Na ponta oposta, temos 9 processos, congregando 12% do total.

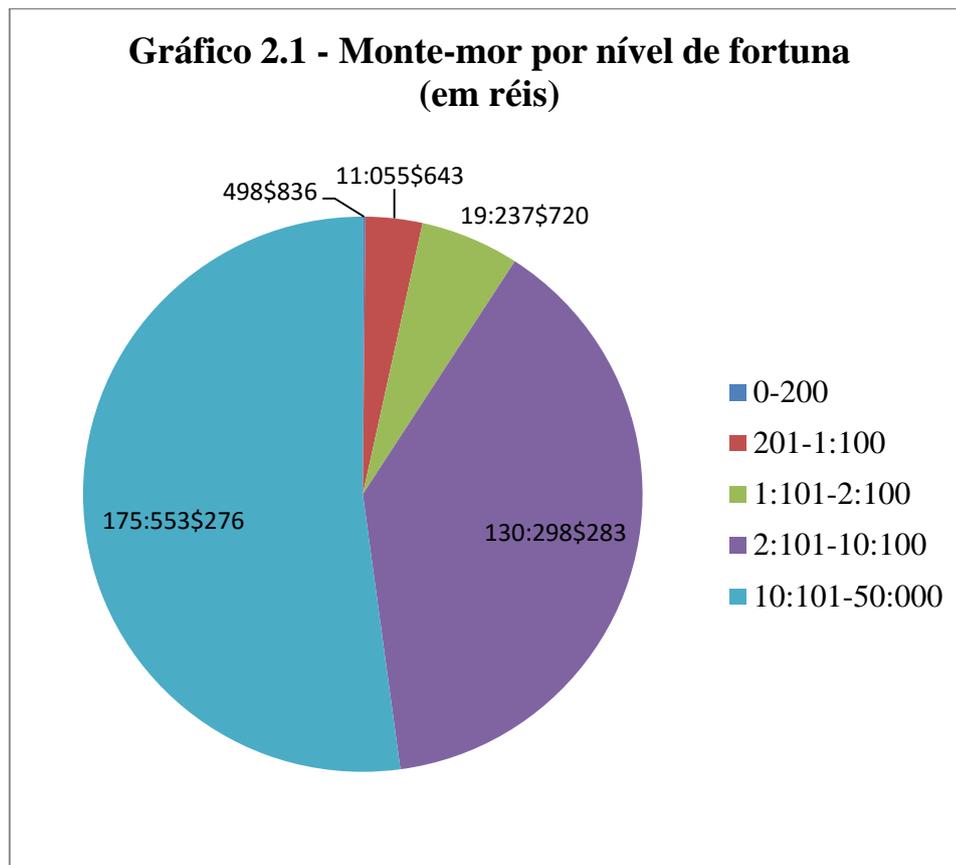
Tabela 2.2. Quantidade de processos (%) por faixa de fortuna (%)				
Faixas de riqueza bruta (em réis)	Nº	(%)	Soma (em réis)	(%)
0-200	3	4,00	498\$836	0,15
201-1:100	19	25,33	11:055\$643	3,28
1:101-2:100	13	17,33	19:237\$720	5,71
2:101-10:100	31	41,33	130:298\$283	38,71
10:101-50:000	9	12,00	175:553\$276	52,15
Total	75	100,00	336:643\$758	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Revelada pela divisão da riqueza geral e por praticamente todos os itens avaliados nos inventários, percebemos também uma característica daquela sociedade que será mencionada em diversas partes deste trabalho: sua concentração de riqueza. Os nove processos da faixa mais abastada congregam 52,15% da fortuna legada, enquanto que os outros 66 inventários somam 47,85% da mesma. Com quantidades de inventários próximas, as pequenas e grandes fortunas ilustram bem isso, enquanto que cada somam 13 e 9 ações de inventários, respectivamente, os bens legados por seus inventariados resultaram em valores totalmente diversos: 19:237\$720 réis (5,71% do total) e 175:553\$276 (52,15% do total), respectivamente. Ou seja, os inventariados com as 9 maiores fortunas – a riqueza deixada por Roberto da Ressureição e Silva ilustra bem isso, sendo ele um dos mais ricos da amostra, com seus 18:560\$060 réis, correspondendo a 5,5% do total das fortunas – possuíam quando das suas mortes bens que valiam mais do que nove vezes os bens dos indivíduos com as 13

⁹⁷ São eles Francisca Vieira Lima, Anna de Souza e Justino Maximo da Ora, com 200\$000 réis, 165\$000 réis e 133\$838 réis, respectivamente. Ver inventário de Francisca Vieira Lima, 1862, inventário de Anna de Souza, 1862 e inventário de Justino Maximo da Ora, 1872.

pequenas fortunas – é o caso, por exemplo, de Maria Magdalena da Conceição, que teve processo aberto em 1864 e deixou 1:159\$000 réis, apenas 0,34% do total das fortunas legadas. Percebemos ainda mais esta concentração a partir do **Gráfico 2.1**. Ele mostra uma concentração acentuada de riqueza quando passamos do terceiro para o quarto nível, aumentando em menor grau deste para o nível mais abastado, que, no entanto, concentra uma fatia importante da riqueza.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Em termos de quantidade, a maioria dos inventariados está na faixa considerada de média fortuna, com 31 indivíduos. Seus bens tem um valor significativo (130:298\$283 réis), obtidos principalmente em virtude da grande quantidade de pessoas nesta faixa de riqueza. Seu valor só precisa ser multiplicado por 1,34 para chegar ao das grandes fortunas, o que demonstra a grande significância do corte das fortunas entre as categorias média e a pequena. Dados parecidos foram encontrados para o sertão da Paraíba no mesmo período, onde as

riquezas médias (classificadas entre 501\$000 réis a 10:000\$000 réis) concentravam 63,9% dos inventários e 56,26% da riqueza geral, enquanto que os inventários enquadrados no nível das grandes fortunas (com 10:001\$000 réis ou mais) eram 4,7% dos processos e possuíam 39,45% da riqueza⁹⁸.

Período	Nº	(%)	Soma	(%)
1850-59	8	10,67	54:306\$345	16,13
1860-69	19	25,33	99:861\$432	29,66
1870-79	30	40,00	154:890\$861	46,01
1880-89	18	24,00	27:584\$920	8,19
Total	75	100,00	336:643\$558	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Debruçando-se um pouco mais sobre a concentração de inventários por faixa de fortuna, acrescentamos mais um dado: o período. A década de 1870 concentra o nível mais alto de três variáveis importantes: a maioria dos inventários, a maior parte da riqueza legada e a maioria dos inventários com as maiores riquezas (**Tabela 2.3, Tabela 2.4, Tabela 2.5**). É neste decênio que os três níveis de fortunas mais altos concentram as riquezas. Ilustra bem o que estamos falando a riqueza deixada pela viúva Dona Victoriana Francisca da Silva, falecida em 1872, possuía a maior fortuna encontrada em todos os períodos, com 42:970\$483 réis, 27,75% do valor legado na década e 12,76% de toda a fortuna encontrada nos inventários – trataremos sobre ela em tópico específico ainda neste capítulo⁹⁹. O nível de riqueza decai sobremaneira na década seguinte, na qual não encontramos nenhum inventário dentro do nível de riqueza mais abastado. É na década de 1880, porém, que encontramos o maior nível de concentração de riqueza, pois, nela 4 inventários concentram quase 61,63% da riqueza, os

⁹⁸ ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. Op. cit., p. 56. Para São Sebastião do Ribeirão Preto, da década de 1870, temos que a fortunas médias (entre 1000 e 2999 libras) são 16,6% dos inventários e congregam 23,1% da riqueza, enquanto que os grandes inventários (com 3000 libras ou mais) são 7,9% do total e 59,1% da riqueza. A maioria dos inventários está entre as pequenas fortunas (entre 0 e 999 libras) com 75,5% dos processos e 17,7% da riqueza. LOPES, Lucina Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. In: **História econômica & história de empresas**. V. X N. 2. 2007, p. 90.

⁹⁹ Ver inventário de Dona Victoriana Francisca da Silva, 1872.

outros 14 ficando com 38,37% restantes. Nos quatro decênios analisados, sempre o nível mais elevado teve coeficientes de concentração de riqueza acima dos 50%.

2.4 – Quantidade de processo (%) e soma (em réis e %) por nível de fortuna				
Faixas de riqueza bruta (em réis)	Nº	(%)	Soma	(%)
0-200	3	4,00	498\$836	0,15
201-1:100	19	25,33	11:055\$643	3,28
1:101-2:100	13	17,33	19:237\$720	5,71
2:101-10:100	31	41,33	130:298\$283	38,71
10:101-50:000	9	12,00	175:553\$276	52,15
Total	75	100,00	336:643\$758	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Tabela 2.5 – Porcentagem da riqueza legada por nível de fortuna e por década				
	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89
0-200	-	0,37	0,09	-
201-1:100	1,24	1,58	1,40	24,02
1:101-2:100	-	5,02	5,88	14,34
2:101-10:100	40,01	29,86	39,87	61,63
10:101-50:000	58,75	63,17	52,01	-

Como podemos perceber pelos dados lançados, na década de 1880, há um significativo declínio dos valores médios legados em fortuna: o que na década de 1870 era mais de 150 contos de réis, em 30 inventários, passa para menos de 28 contos em 18 processos¹⁰⁰. Esta diminuição no último decênio também pode ser percebida se comparada ao recorte inicial: nos 1850, 8 inventários deixaram pouco mais de 54 contos de réis. Sendo assim, a riqueza deixada pelos limoeirenses diminui acentuadamente ao longo da segunda metade do século XIX e, no final do período, chega a níveis inferiores aos encontrados no início do mesmo. Os dados demonstram uma clara diminuição da atividade econômica da região. Estamos cientes que tais informações certamente estão de alguma forma “contaminadas” pela maneira precária como os documentos estão sendo guardados, no entanto, os inventários em tela só nos permitem perceber esta diminuição significativa.

¹⁰⁰ Os dados analisados por Garavazo, para Batatais, em São Paulo, entre 1851 e 1887, indicam oscilação parecida: crescimento significativo dos valores legados entre as décadas de 1860 e 1870, porém, ao contrário dos nossos, no período final há uma estabilização dos montes. GARAVAZO, Juliana. Op. cit., pp. 81-82.

Tabela 2.6 - Razão¹⁰¹ das fortunas (em réis) por nível de fortuna e por década	0-200	201-1:100	1:101-2:100	2:101-10:100	10:101-50:000
1850-59	-	336\$000	-	5:431\$768	15:953\$635
1860-69	182\$500	395\$280	1:669\$906	4:260\$198	21:028\$066
1870-79	133\$836	725\$106	1:300\$285	4:116\$526	20:140\$452
1880-89	-	662\$720	1:318\$666	3:400\$384	-
Total	166\$278	581\$875	1:389\$824	4:203\$170	19\$505:919

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

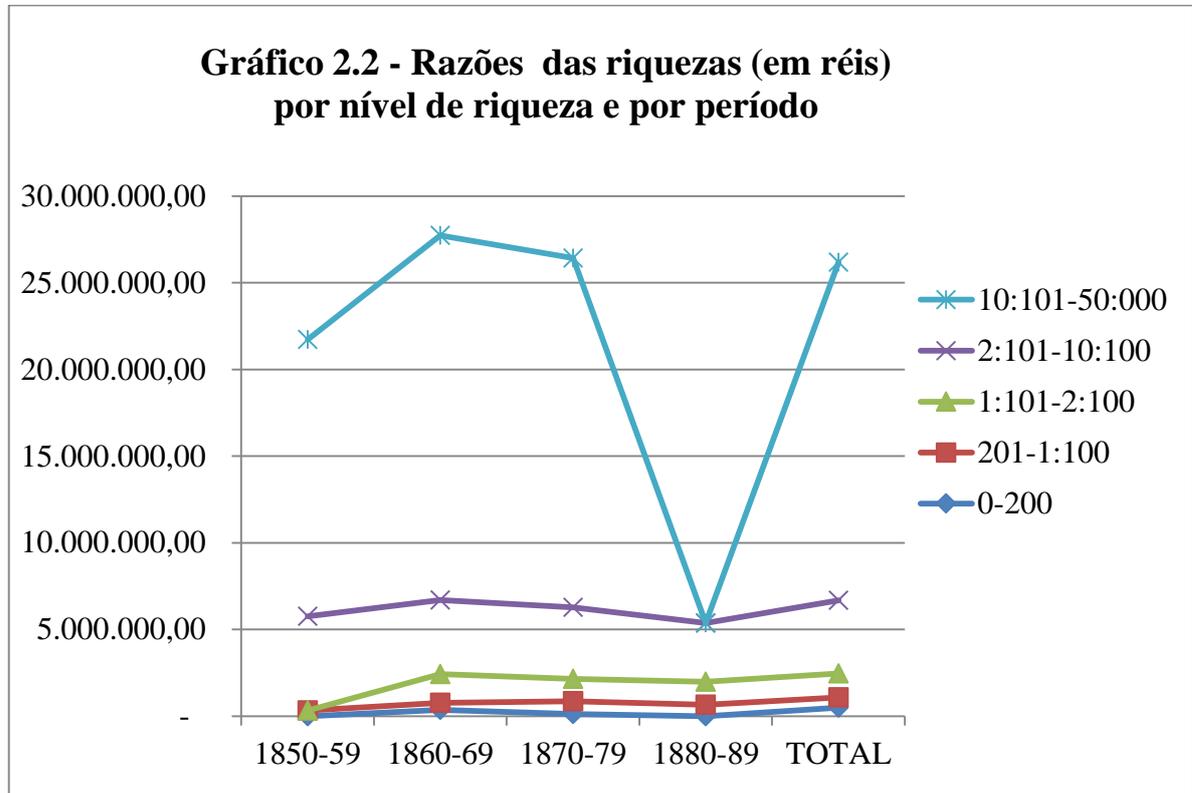
No que se refere às médias, temos que os 8 inventário da década de 1850, somavam em média 6:788\$293 réis; na década de 1860, os 19 processos deixaram em média 5:255\$865 réis legados; no decênio de 1870, foram em média 5:163\$028, nos 30 processos em tela; enquanto que em 1880, os 18 processos vistos deixaram fortunas médias de apenas 1:532\$435 réis, menos da metade da anterior (**Tabela 2.6**). Percebe-se uma diminuição importante do valor nominal e das fortunas médias legadas, que já vinha ocorrendo ao longo das décadas, mas que acentua-se nesta última. No geral, os 75 processos deixaram em média 4:488\$580 réis de bens.

As razões das fortunas em cada faixa de riqueza ajudam-nos a entender um pouco melhor o quão concentrada era a riqueza na sociedade em observação. Se compararmos os valores médios totais, a razão das fortunas dos indivíduos da faixa mais abastada (19:505\$919 réis) só são alcançadas se multiplicarmos por 4,5 vezes a soma dos bens legados pela faixa média (4:265\$442 réis), 14,5 pela faixa pequena (1:342\$857 réis), 23,2 vezes o da pequeníssima (837\$853 réis) e incríveis 117,3 vezes que os indivíduos da faixa micro (166\$278 réis).

Em todos os períodos temos uma diferenciação econômica acentuada entre as fortunas médias legadas, esta diferença fica ainda nítida a partir da observação do **Gráfico 2.3**. Assim, temos que na década de 1850, o coeficiente das grandes fortunas é praticamente 3 vezes maior que o das médias fortunas e nas décadas de 1860 e 1870 é quase 5 vezes maior. Nos anos 1870, as razões de fortuna se diferenciam ainda mais. Há uma diferença de 150,5 vezes entre as razões do primeiro e do último nível. A década de 1880 aparece agora como aquela em que

¹⁰¹ Calculados pela soma total da riqueza de cada nível de fortuna dividida pela quantidade de indivíduos com o nível de riqueza. Quando explicitado em contrário, todas as demais médias foram calculadas dessa forma.

há a menor diferença entre os níveis médios de fortuna: nos dois níveis extremos com representação na década a diferença é de apenas 3,8 vezes.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Um dado interessante que pode nos ajudar a ilustrar os níveis de concentração de riqueza naquela sociedade pode ser buscada pela posse das patentes militares no caso dos homens e da utilização do termo dona antes do nome das mulheres. Para a sociedade da época, pertencer ao oficialato de um corpo armado significava, ao mesmo tempo, ter prestígio e adquiri-lo. Neste sentido, os indivíduos com o maior poder político, prestígio social e que detinham as maiores riquezas eram privilegiados na escolha dos cargos de oficial, principalmente da Guarda Nacional. Ao mesmo tempo, a posse de tais cargos significava a aquisição de doses complementares de prestígio social, poder político e de riquezas. Para as

mulheres, ter seu nome precedido por “dona” significava pertencer a um nível superior de consideração social e, normalmente, também de poder econômico¹⁰².

Tabela 2.7 – Quantidade de processos e razão de riqueza (em réis) por sexo, patente e utilização de “dona”

Sexo e qualificativo	Nº	Razão da riqueza
Homens com patente	5	7:958\$209
Homens sem patente	33	4:418\$791
Mulheres "dona"	17	6:850\$138
Mulheres sem "dona"	20	1:734\$708

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

No caso em apreço, encontramos cinco homens oficiais militares: dois capitães, dois tenentes e um alferes¹⁰³ (**Tabela 2.7**). Para as mulheres, o número das que possuíam a designação “dona” foi maior, chegando a 17 – é o caso, inclusive da pessoa mais abastada entre os inventariados de Limoeiro: dona Victoriana Francisca da Silva¹⁰⁴ –, mesmo assim não sendo superior ao das que não receberam esta designação. Quando analisamos estas especificações, há diferença significativa nos valores dos montes, principalmente entre as mulheres: as que foram tratadas como “donas” tiveram fortunas superiores às que não foram tratadas desta forma, chegando a razão das fortunas daquelas ser aproximadamente quatro vezes superior às razões destas. Entre os homens esta diferença cai, porém, ainda assim é significativa, pois aqueles com alguma patente legaram fortunas com razões superiores em mais de 3,5 contos de réis. O que demonstra que os homens com patentes e as mulheres tratadas como “donas” tinham condições maiores que a média dos indivíduos que não possuíam estas condições e, com isso, conseguiam angariar durante a vida mais bens que os

¹⁰² Luiz Maria da Silva Pinto dá, em 1832, o seguinte significado para dona: “s. f. Em sentido proprio he a mulher, que conheceo varão. Titulo de mulher nobre. Mulher idosa.” PINTO, Luiz Maria da Silva. Op. cit., sem página.

¹⁰³ São eles os capitães Romão Gomes d’Araújo e Silva, falecido em 1871 e Francisco da Chagas e Silva, falecido em 1877, os tenentes Francisco Mendes da Silva, falecido em 1860 e Manoel Fernandes da Cunha Pinto, falecido em 1870 e o alferes Pedro Alexandrino de Santa Anna Gebara, falecido em 1877. Ver, respectivamente, inventário do Capitão Romão Gomes d’Araújo e Silva, 1871, inventário do Capitão Francisco das Chagas e Silva, 1878, inventário do Tenente Francisco Mendes da Silva, 1860, inventário do Tenente Manoel Fernandes da Cunha Pinto, 1870 e inventário do Alferes Pedro Alexandrino de Santa Anna Gebara, 1877.

¹⁰⁴ Ver inventário de Dona Victoriana Francisca da Silva, 1872.

demais. Ao mesmo tempo, os privilégios que aqueles termos traziam para as pessoas que os possuíam permitiam enriquecer ainda mais¹⁰⁵.

Tabela 2.8 – Quantidade de processos por sexo, patente, utilização do termo “dona” e nível de fortuna

Nível de fortuna	Homens com patente		Homens sem patente		Mulheres "dona"		Mulheres sem "dona"	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-200	-	-	1	3,03		0,00	2	10,53
201-1:100-	-	-	9	27,27	4	22,22	6	31,58
1:101-2:100	1	20	5	15,15	2	11,11	5	26,32
2:101-10:100	3	60	14	42,42	8	44,44	6	31,58
10:101-50:000	1	20	4	12,12	4	22,22	-	-
Total	5	100	33	100,00	18	100,00	19	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Para demonstrar o argumento anterior, analisemos a presença dos indivíduos com estas designações no que se refere ao nível de fortuna, onde percebemos novamente que a maioria das “donas” conseguiu chegar ao final de suas vidas com as maiores fortunas, o que as colocava entre os níveis de fortuna mais altos (**Tabela 2.8**). Entre estas, 66,66% (12 indivíduos) estão nas duas categorias superiores de riqueza, enquanto que entre as não “donas”, nenhuma conseguiu chegar a categoria superior de fortuna e somente 31,58% (6 indivíduos) teve acesso ao nível médio. Entre os homens com patentes militares, 3 (60% do total total) legaram fortunas com razões e 1 (20% do total) deixou fortuna encaixada no maior nível de riqueza. Porém, entre aqueles sem patente, 73,91% ficaram no nível intermediário (14 indivíduos, ou 42,42% do total) ou no nível superior (4 indivíduos, ou 12,12% do total).

Os dados dos inventários de Limoeiro na segunda metade do século XIX demonstram que havia uma diferenciação significativa de riqueza entre os grupos analisados. A maior parte da fortuna estava concentrada naqueles indivíduos que deixaram somas de bens que os colocavam nas faixas econômicas superiores. Com isso, em termos de quantidade de processos, os indivíduos das faixas médias concentraram a maioria. Ao contrário, em termos

¹⁰⁵ Garavazo também encontrou maior riqueza entre os homens com patentes e as mulheres tratadas como “donas”, em Batatais, no mesmo período. Ao contrário dos nossos dados, em Batatais os homens têm médias maiores de fortunas do que as mulheres. GARAVAZO, Juliana. Op. cit., pp. 86-7.

de valor acumulado, os indivíduos mais abastados somaram as maiores fortunas. A presença de patentes e outras diferenciações sociais também representou outro dado a interferir, normalmente de forma positiva, na formação de fortunas e na constituição do *status* social a que estimava-se cada indivíduo.

2.2 Os bens dos afortunados de Limoeiro na segunda metade do século XIX

A partir destas questões mais gerais sobre o desenvolvimento das fortunas, passamos agora a analisar de quais riquezas estas fortunas eram constituídas e suas distribuição entre os indivíduos inventariados.

Antes, porém, de analisarmos a composição das fortunas, saibamos quais bens compoñham cada tipo de riqueza. No momento da avaliação da riqueza dos indivíduos, quase a unanimidade dos processos dividiram os bens descritos pelos inventariantes e para os quais se atribuiu preço pelos avaliadores em categorias, que, normalmente, seguiam a seguinte ordem: dinheiro (em alguns casos apareceu ao final); metais (ouro, prata, cobre, ferro, outros); móveis (constituída por bens bastante variados, desde utensílios domésticos, passando por móveis de casa, por máquinas e ferramentas utilizadas na produção, por imagens sacras, entre outros); animais (principalmente gado, cavalos, mulas, bestas, cabras, carneiros, ovelhas); escravos (que, sugestivamente, eram avaliados logo após os animais); bens de raiz (casas (de morada, de trabalho e de oração), terras, plantações (que, algumas vezes, eram avaliadas dentro dos bens móveis)); dívidas ativas (créditos) e dívidas passivas ((débitos) neste último caso, incluindo, em alguns processos, as custas de possíveis tratamentos de saúde, do funeral e do inventário). Para nosso trabalho, fizemos algumas modificações na organização destes itens, não analisando-os necessariamente nesta ordem e dentro destas categorias.

Sendo assim, dividimos os bens presentes nos inventários em sete categorias de riqueza, a saber:

- a) **Móveis:** congregando joias, utensílios domésticos (talheres, bacias, panos), ferramentas (aqueles bens que eram utilizados na produção), móveis de casa (mesas, cadeiras, bancos, camas, oratórios, enfeites), estoques (mantimentos, produtos agrícolas colhidos, produtos fabricados);

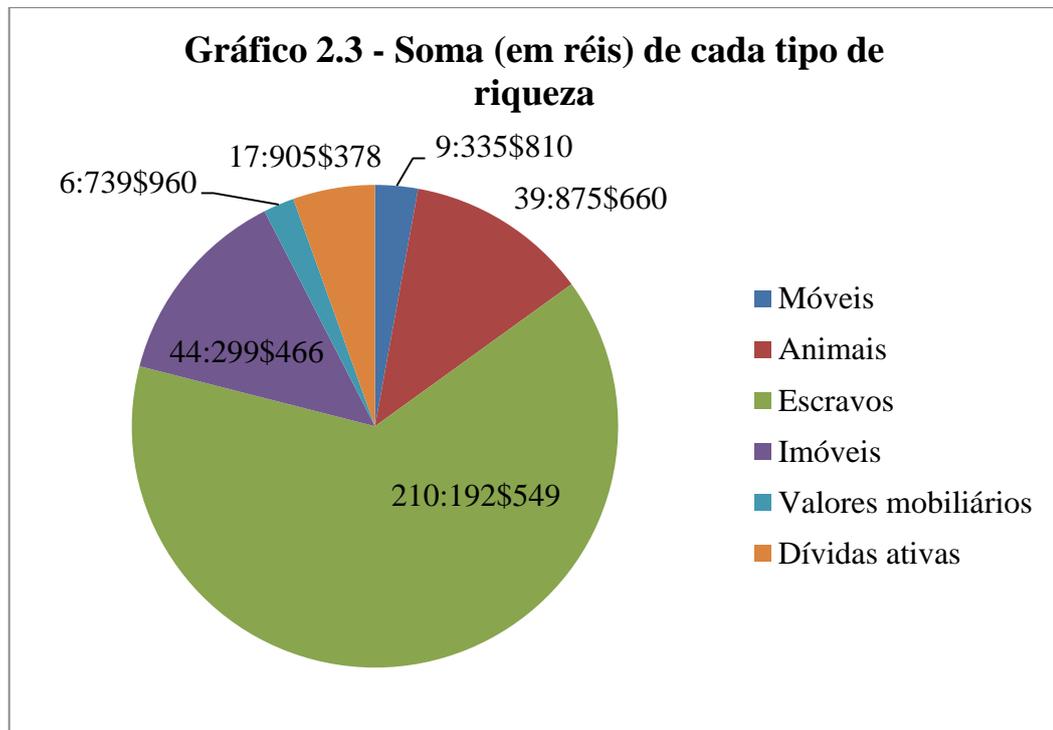
- b) **Animais:** gado (bois, vacas, novilhos (as), bezerros (as)), cavalos (cavalos, potros (as), bestas), outros animais¹⁰⁶ (carneiros, cabras, ovelhas e porcos);
- c) **Escravos;**
- d) **Imóveis**¹⁰⁷: casas rurais e casas urbanas (de morar, de trabalho e capelas), terras e roças;
- e) **Valores mobiliários:** no caso em apreço significa dinheiro, pois não encontramos outra categoria de valores mobiliários, como ações, por exemplo, comuns em processos deste tipo neste período para outros locais¹⁰⁸;
- f) **Dívidas ativas:** valores que o inventário tem a receber;
- g) **Dívidas passivas:** valores que o inventário tem a pagar, incluindo, em alguns casos, custas do velório do defunto e do processo de inventário.

A partir destas categorias de riqueza, passemos a analisar como os inventariados em tela compuseram suas riquezas.

¹⁰⁶ Optamos por congregar os animais que não fossem gado e cavalos na categoria **Outros animais**, pois eles compunham parte muito pequena tanto do quantitativo quanto do valor do total de animais, não justificando a menção individual de cada tipo de animal. São apenas 66 animais, presentes em 6 inventários que totalizam pouco mais de 67 mil réis, o mesmo valor de uma vaca, por exemplo.

¹⁰⁷ Entre os processos analisados, é muito comum haver a avaliação em conjunto dos bens imóveis. Ou seja, em boa parte dos casos, casas de morada e de trabalho, terras, plantações, benfeitorias tinham seus preços atribuídos em conjunto, não havendo a menção em separado da avaliação de cada item. Quando isso ocorreu, somamos o valor do bem ao item que aparecia em primeiro lugar na avaliação. É o caso, por exemplo, de “uma parte de terras com uma casinha n’Água de Meninos”, que Joaquim Gomes de Alcantara legou para seus herdeiros. Neste caso e em outros do mesmo tipo, como é impossível saber a o valor individual das terras e da casinha, somamos o valor da avaliação de 40\$000 réis do item na categoria terras, cuja menção ocorreu primeiro. Ver inventário de Joaquim Gomes de Alcantara, 1878, fl. 10.

¹⁰⁸ Segundo Luciana Suarez Lopes, é natural encontrar pouco ou nenhum dinheiro ou outros valores mobiliários em sociedades rurais e escravistas, como é o caso de Limoeiro da segunda metade do XIX. Ver LOPES, Luciana Suarez. Op. cit., p. 92. Contrariamente ao que ocorre em Limoeiro, segundo Rita de C. da S. Almico, Renato L. Marcondes e Juliana Garavazo ocorre crescimento no número de inventários com valores mobiliários ao longo da segunda metade do século XIX, assim como das somas deixadas neste tipo de riqueza. Ver ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A dança da riqueza: variações da fortuna pessoal em Juiz de Fora (1870-1914). In: **Anais do 1º Seminário de Pós-Graduação em História Econômica**. Araraquara: ABPHE, setembro de 2002, p. 7; MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX**. Lorena: Stiliano, 1998, p. 171; GARAVAZO, Juliana. Op. cit. p. 94-96. Também na Bahia, ao longo da segunda metade do século XIX, há crescimento da participação dos valores mobiliários (dinheiro, depósitos bancários, ações e apólices) na riqueza total dos inventários no período. Ver, MATOSO, Kátia de Queirós. Op. cit. pp. 67-8.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Em Limoeiro, ao longo da segunda metade do século XIX, os escravos compunham a maior parte da riqueza legada pelos inventariados aqui analisados (**Gráfico 2.4**). Em um segundo lugar muito distante, vem os imóveis, seguidos de perto pelos animais. Na ponta oposta, dinheiro era o item com menor valor na soma total das riquezas presentes. Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino encontraram dados parecidos para a região Agreste de Pernambuco ao longo da segunda metade do XIX, onde, nesta ordem, os escravos, os animais, os imóveis e as dívidas ativas eram as principais riquezas dos inventariados da região¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Ver VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo O. Op. cit., pp. 373-4 377-8. Para a Vila de Altinho, no Agreste de Pernambuco, Yvonne Costa C. de Araujo Lima, em 76% dos inventários os escravos representavam mais da metade da riqueza legada entre 1840 e 1851. Ver LIMA, Yvone Costa Carvalho de Araujo. **Escravidão na Região Agreste da Província de Pernambuco: a vila de Altinho na segunda metade do século XIX**. Monografia de Conclusão de Curso. Recife: Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 53.

Os três tipos de bens com os maiores valores transmitidos (escravos, imóveis e animais) refletem como as pessoas daquela sociedade construíam sua riqueza: com mão de obra de trabalhadores submetidos à labuta compulsória, empregando-os principalmente na criação de animais e na agricultura. A alta concentração dos valores imobilizados em escravos indica uma opção dos membros daquela sociedade e ao mesmo tempo o quão estes seres humanos eram valorizados como bens. Grande parte desta valorização provavelmente foi proporcionada pela repressão governamental ao comércio de escravos pondo fim ao mesmo ao longo dos anos 1850.

Tabela 2.9 – Valores (%) da riqueza (em réis) aplicada em cada tipo de bem por período

Tipo de riqueza	1850-59		1860-69		1870-79		1880-89		Total	
	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%
Móveis	2:362\$130	4,44	3:802\$870	3,80	2:858\$610	1,73	312\$200	1,10	9:335\$810	2,69
Animais	8:815\$000	16,56	17:143\$080	17,14	8:624\$000	5,21	5:293\$580	18,57	39:875\$660	11,48
Escravos	34:775\$000	65,33	63:670\$149	63,64	98:962\$400	59,79	12:785\$000	44,86	210:192\$549	60,52
Imóveis	4:666\$260	8,77	4:993\$618	4,99	27:476\$795	16,60	7:162\$793	25,13	44:299\$466	12,76
Valores mobiliários	41\$000	0,08	1:541\$060	1,54	5:105\$900	3,08	52\$000	0,18	6:739\$960	1,94
Dívidas ativas	2:524\$755	4,74	6:042\$490	6,04	9:338\$133	5,64	-	-	17:905\$378	5,16
Dívidas passivas	42\$780	0,08	2:853\$387	2,85	13:146\$375	7,94	2:895\$255	10,16	18:937\$797	5,45
Total	53:226\$925	100	100:046\$654	100	165:512\$213	100	28:500\$828	100	347:286\$620	100

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Passando um pouco adiante, percebemos que algumas modificações se processaram quando analisamos os dados ao longo do período em apreço (**Tabela 2.9**).

Os escravos são, nas quatro décadas, a categoria de bem com a maior concentração de riqueza, porém, com pequenas quedas na participação geral das riquezas: de 1,31% de 1850 para 1860, de 3,85% na transição seguinte e pesado declínio de 14,95% de 1870 para a década seguinte, único período em que valem menos da metade dos bens legados. No computo das quatro décadas, o valor a mão de obra escrava responde por 60,52% da riqueza legado pelos inventariados.

No geral, as bens imóveis respondem pela segunda categoria de riqueza mais importante entre os bens inventariados (12,76%), como se vê, bem longe do percentual deixados em escravos. Aqui, porém, as modificações são maiores. Na década inicial de nossa

análise, os imóveis correspondiam a 8,77% da fortuna deixada em inventário passando no período final para quase o triplo, quando 25,13% dos bens deixados em fortuna eram formados por este tipo de bem. Este tipo de riqueza só alcança este patamar na década de 1870, quando responde por 16,60% da riqueza legada, nos decênios anteriores são os animais o item da riqueza a ocupar o segundo lugar no posto dos maiores valores. Na década de 1860, os bens imóveis saem, inclusive, do terceiro lugar, cedendo espaço para as dívidas ativas. Esta diminuição se dá por todos os demais itens crescerem significativamente de valor, menos os bens imóveis que, de uma década para outra crescem pouco. Assim como ocorre com todos os itens aqui analisados, os valores nominais dos bens imóveis diminuem significativamente dos anos 1870 para a década de 1880, os inventariados tinham deixado mais de 27 contos de réis naquela e pouco mais de 7 contos de réis nesta. Como mostrado, porém, este item cresce em termos percentuais no período abarcado.

Os animais constituem item importante na riqueza daquela sociedade, concentrando, no geral, 11,48% da riqueza legada. Como já visto, ocupando o segundo lugar nas décadas iniciais, passando para a quarta posição nos anos 1870 e recuperando-se e voltando ao terceiro lugar na década de 1880, quando concentram 18,57% da riqueza. Esta oscilação ocorre, possivelmente, pela valorização que os bens imóveis experimentam ao longo do período e, ao mesmo tempo, as secas que comprometiam a região. Como se pode perceber a partir dos dados, é o item que mais oscila em termos percentuais e de valores brutos. Ao lado da agricultura de algodão e da produção voltada para o mercado interno, a pecuária era uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na região, sendo assim, o percentual deste valor condiz com a estrutura econômica da região.

Um dado que chama a atenção é o percentual ínfimo de valores imobilizados em dinheiro que, no geral, corresponde a 1,94% da riqueza presente nos inventários. O maior montante e percentual encontrados aparecem na década de 1870, quando pouco mais de 5 contos de réis correspondem a 3,08% da riqueza imobilizada. A baixa circulação monetária é característica da sociedade escravista brasileira ao longo de todo o período de vigência da escravidão e, ainda mais, de Limoeiro, região distante das áreas voltadas para a exportação e dos principais portos do país, onde o comércio não tinha grande peso.

As dívidas ativas têm alguma importância na composição das riquezas, principalmente na década de 1860, quando elas representam 6,04% dos valores partilhados.

No extremo oposto, elas desaparecem na década de 1880, quando nenhum dos indivíduos inventariados tinham valores a receber. No que concerne aos valores a pagar, na década de 1850 apenas 0,08% da fortuna foi deixada para pagar dívidas, porém ao longo período pesquisado as dívidas passivas crescem, chegando a representar 10,66% da riqueza nas heranças na década de 1880. Valor significativo, pois corresponde a 18,48% dos valores dos escravos, a quase 60% dos valores legados em imóveis e a boa parte da importância deixada em animais, neste intervalo de tempo. No geral, ao longo do período abarcado, as dívidas ativas concentram 5,16% da riqueza e as dívidas passivas comprometem 5,45% dos bens.

Tabela 2.10 – Soma (%) da riqueza (em réis) aplicada em cada tipo de bem por nível de fortuna

Tipo de riqueza	0-200		201-1:100		1:101-2:100		2:101-10:100		10:101-50:000	
	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%
Móveis	10\$000	2,00	242\$460	2,00	752\$600	3,63	4:231\$210	2,98	4:733\$140	2,71
Animais	205\$000	41,10	3:214\$700	26,53	5:252\$080	25,34	13:361\$000	9,41	19:872\$880	11,38
Escravos	122\$300	24,52	4:374\$483	36,11	8:960\$000	43,22	84:298\$166	59,37	112:437\$600	64,38
Imóveis	161\$538	32,38	3:031\$500	25,02	3:398\$620	16,40	21:608\$810	15,22	16:016\$998	9,17
Valores mobiliários	-	-	22\$000	0,18	58\$000	0,28	41.000	0,03	6:618\$960	3,79
Dívidas ativas	-	-	210\$000	1,73	965\$000	4,66	4:691\$305	3,30	11:839\$073	6,78
Dívidas passivas	-	-	1:019\$934	8,42	1:342\$600	6,48	13:765\$532	9,69	3:139\$731	1,80
Total	498\$838	100	12:115\$077	100	20:728\$900	100	141:997\$023	100	174:658\$382	100

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Analisando a distribuição dos diversos bens de acordo com a prosperidade, temos que, com exceção da menor, nas demais faixas de riqueza os escravos também formavam o bem com maior nível concentração (**Tabela 2.10**). Os grupos com as concentrações mais elevadas são as dos mais abastados: nesta sociedade, pertencer aos estratos dominantes economicamente significava ter escravos. É o caso da viúva Dona Anna d’Anunciação e Silva, falecida em abril de 1875, deixando para seus oito filhos, móveis (prensa de ensacar algodão e moinho, armário, estrado, caixão, banca, todos velhos), o sítio de terras denominado Coite e suas benfeitorias, com casa velha de telha e taipa, onde morava e parte de terras em Limoeiro, além de quinze escravos, cujos bens perfaziam um monte-mor de 10:500\$000 réis, dos quais ainda seriam descontados 900\$000 réis de quatro dívidas passivas¹¹⁰. Membro do grupo dos mais abastados, Dona Ana d’Anunciação tinha mais de 93% de sua riqueza empregada em

¹¹⁰ Ver inventário de Dona Anna d’Anunciação e Silva, 1875.

trabalhadores escravizados¹¹¹. Nas demais faixas, sempre mais de ¼ dos valores legados são deixados neste item da riqueza, mesmo que, no geral, não formassem mais da metade do valor do monte. Podemos tomar como exemplo deste caso, a Senhorinha Maria de Jesus, falecida em fevereiro de 1871, deixando viúvo Pedro Rodrigues Vieira, três filhos e uma fortuna de 3:910\$000 réis¹¹². Entre seus bens, três escravos que formavam 37,08% do monte, duas moradas de casa “fabricada[s] por elle inventariante”¹¹³ e mais duas partes de terras, imóveis que formavam 5,5% de seus bens, 200 arrobas de algodão, aviamento de fazer farinha, uma máquina de descarregar algodão e uma roça de mandioca, com 4 mil covas que, juntos, formavam 12,4% da fortuna. No entanto, em termos percentuais, o principal bem de Senhorinha Maria de Jesus eram 54 animais, entre animais de tiro e gado, que, ao total, somavam 43,75% do seu legado¹¹⁴.

O argumento do parágrafo anterior nos revela algo importante: as faixas de riqueza mais abastadas tinham maiores possibilidades de diversificação de suas aplicações. As grandes fortunas, por exemplo, concentram 64,38% de sua riqueza num único item, porém, em termos percentuais, aplicam mais riqueza em animais, dívidas ativas, valores mobiliários que as demais faixas. Para este grupo, animais, dívidas ativas e imóveis compunham, nesta ordem, os itens mais importantes no percentual da sua riqueza, depois dos escravos.

Animais e imóveis formavam, em conjunto com os escravos, o tripé de sustentação das riquezas em Limoeiro. Neste sentido, a faixa de fortunas médias concentra os maiores percentuais (15,22%) e valor monetário em imóveis, com cifras – percentuais e nominais – maiores que a da faixa das grandes fortunas. Naquela categoria de riqueza, encontramos o

¹¹¹ Exceções também devem ser citadas, como, por exemplo, o Capitão Romão Gomes d’Araújo e Silva, falecido em 1871, sem deixar filhos. Seus bens somaram um total de 6:827\$845 réis, a serem descontados quase 3 contos de dívidas passivas, sendo constituídos de alguns móveis de casa, equipamentos para a produção, dois bois mansos provavelmente para transporte, o valor total de dois escravos e parte do valor de outros dois e mais 3:765\$515 réis em diversos imóveis, entre eles um sítio, com uma casa de vivenda, uma casa de fazer farinha, outra de purgar, uma caldeira e uma olaria e parte de um sobrado na povoação de Limoeiro. Os imóveis do Capitão Romão Gomes formavam 55,15% de sua riqueza. Ver inventário do Capitão Romão Gomes d’Araújo e Silva, 1871.

¹¹² Ver inventário de Senhorinha Maria de Jesus, 1872.

¹¹³ No caso, o viúvo, Pedro Rodrigues Vieira. Ver inventário de Senhorinha Maria de Jesus, 1872, fl. 11v.

¹¹⁴ Para os inventariados deste grupo também temos exceções. Caso de Dona Pastora Maria de Jesus Lima, falecida deixando um monte de 2:356\$495 réis para seu marido, Joaquim Pereira Lima e três filhos. Seus bens eram constituídos por dívidas ativas, imóveis, joias, instrumentos de trabalho e, principalmente, por quatro escravos – a crioula Maria, com 35 anos e sua prole – que somavam 59,41% dos seus bens. Ver inventário de Dona Pastora Maria de Jesus Lima, 1854.

maior percentual deixado para o pagamento de dívidas e também um dos menores em termos de valores a receber entre os quatro grupos que possuem este item: quase 10% de seus bens são deixados para pagar dívidas passivas, enquanto que as dívidas a receber constituem pouco mais de 3% da riqueza da faixa de fortuna.

Depois desta passagem geral pela composição da riqueza inventariada em Limoeiro na segunda metade do XIX, enveraderemos a análise de cada item em separado. A ordem utilizada seguiu da maior para a menor participação de cada item na riqueza inventariada. Devido a sua importância e por falarmos de seres humanos, para a análise da mão de obra cativa reservamos o próximo capítulo.

Num nível bem inferior ao dos escravos, os bens imóveis ocupam o segundo lugar geral da riqueza dos inventariados analisados de Limoeiro na segunda metade do século XIX, com 44:299\$466 réis, o que equivale a 12,76% do total da riqueza inventariada (**Gráfico 2.4 e Tabela 2.9**). Percentual obtido principalmente nas décadas de 1870 e 1880, quando há um crescimento gradual da participação deste tipo de riqueza no percentual dos bens avaliados. Nos decênios anteriores, os bens de raiz ocupam o terceiro e o quarto lugar entre os itens da riqueza avaliados.

Tabela 2.11 – Valor total (em réis e %), presença em inventário (%) e razão dos itens de bens imóveis

Item de bem imóvel	Valor total	%	Nº	% (do total de inv)	Razão ¹¹⁵
Casas urbanas	5:126\$000	11,56	12	16,00	427\$166
Casas rurais	8:237\$284	18,58	48	64,00	171\$610
Terras	29:830\$182	67,29	55	73,33	542\$366
Plantações	1:136\$000	2,56	8	10,67	142\$000
Total	44:329\$466	100,00	71	94,67	624\$358

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Pelo tipo de sociedade em apreço, os bens imóveis, especialmente terras, deveriam ser um tipo de riqueza bastante difundido. E é o que acontece (**Tabela 2.11**). Quase a totalidade dos processos analisados (71 ou 94,67%) tem algum tipo de “bem de raiz”. As terras ocupam lugar de destaque com os valores nominal e percentual mais elevados, a maior incidência em

¹¹⁵ Calculada pelo valor total dividido pela quantidade de cada item.

relação ao total de inventários e também o maior valor médio por inventário. Outro dado importante refere-se às platâncias, que aparecem apenas em oito inventários, com seu valor correspondendo 10,67% da riqueza empregada neste tipo de bem. Adiante, faremos mais alguns comentários sobre este item.

Como observado, nem todos os inventariados possuíam casas de morar, o que nos faz perguntar: o que poderia significar a não existência de residências para todos os indivíduos avaliados? Provavelmente, o baixo valor deste tipo de bem – especialmente o das casas rurais, que são as mais difundidas – contribuiu para que houvesse casos em que ele possivelmente estivesse presente, mas não fosse avaliado. Também pode ter acontecido casos em que o inventariado e sua família morassem em propriedades alheias, de favor ou pagando aluguel (este último caso menos provável, pois não encontramos nenhuma menção a aluguel de imóveis nas dívidas passivas). Mesmo assim, o valor das casas cresce ao longo do período em apreço, como podemos observar por alguns casos. Falecido em 1863, Joaquim Roberto da Silva deixou para seus herdeiros uma casa de vivenda e de fazer farinha, no Sítio Gulandin, avaliada em 150\$000 réis¹¹⁶. Em 1878, 250\$000 réis é o valor da casa de telha e taipa deixada por João Vieira da Fonseca¹¹⁷.

Apesar de sua menor difusão entre os inventariados, as casas urbanas tem valor médio maior que as rurais, sendo mais do que o dobro destas. Nos dois casos estão incluídas as habitações destinadas ao trabalho, que nos inventários em análise se referem, principalmente, a imóveis destinadas a cobertura de máquinas (ou engenhos) de descaroçar algodão e ensacar lã e aviamentos de fazer farinha. A maioria das casas é de “telha e taipa”, expressão praticamente unânime quando da avaliação deste tipo de bem, poucas são as casas com maiores particularizações, como referências a se tratarem de sobrados, a possuírem janelas e portas, quantidade de “águas”, paredes, corredores, etc. O que demonstra a simplicidade das pessoas que viviam naquele período, mesmo das que estavam nos níveis mais elevados de riqueza.

Ocorrem mudanças importantes em relação aos bens imóveis ao longo do período (**Tabela 2.12**). Excetuando a década de 1860, nas demais décadas, o item terra compromete mais da metade da riqueza inventariada nesta categoria, chegando a empenhar, na década de

¹¹⁶ Ver inventário de Joaquim Roberto da Silva, 1863.

¹¹⁷ Ver inventário de João Vieira da Fonseca, 1878.

1850, 88,64% do valor deste tipo de bem. Frisamos também o salto, em termos nominais que o valor das terras dá entre as décadas de 1860 e 1870, tanto em termos de quantidade de itens avaliados: nos anos 1860, temos 18 propriedades avaliadas e na década seguinte, são 69 propriedades; porém também em valor, pois a razão por propriedade vai de 138\$629 réis para 298\$137 réis por propriedade, respectivamente. Crescimento de mais de 100% no valor médio das terras. É claro que essa constatação não leva em conta uma série de fatores internos ao próprio terreno que poderiam interferir no aumento do preço, como por exemplo, a existência de casas, plantações, outras benfeitorias, a sua localização, entre outros fatores, que, na maioria dos casos em apreço não são mencionados nas avaliações e/ou são avaliados em conjunto com o próprio terreno. Porém, é provável que entre os fatores a interferir estivesse a valorização geral deste tipo de bem que, possivelmente, tornou-se mais difícil de ser obtido ao longo do período por outros meios que não o da compra, assim como o declínio da escravidão que permitia a utilização do capital empregado em trabalhadores em outras áreas.

Tabela 2.12 – Soma (%) dos itens de bens imóveis por período

Item de bem imóvel	1850-59		1860-69		1870-79		1880-89		TOTAL	
	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%
Casas urbanas	301\$000	6,45	10\$000	0,20	4:165\$000	15,16	650\$000	9,04	5:126\$000	11,56
Casas rurais	193\$000	4,14	1:818\$284	36,41	3:951\$000	14,38	2:275\$000	31,63	8:237\$284	18,58
Terras	4:136\$260	88,64	2\$495\$334	49,97	19:080\$795	69,44	4:117\$793	57,25	29:830\$182	67,29
Plantações	36\$000	0,77	670\$000	13,42	280\$000	1,02	150\$000	2,09	1:136\$000	2,56
Total	4:666\$260	100,00	4:993\$618	100,00	27:476\$795	100,00	7:192\$793	100,00	44:329\$466	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

O valor dos demais bens imóveis analisados nos inventários de Limoeiro varia bastante ao longo das décadas. Isso ocorre, por exemplo, com as plantações, que saem de menos de 1% nos anos 1850, para quase 13,42% na década seguinte, voltando ao patamar de 1% nos anos 1870.

A supremacia da riqueza dos que pertencem ao grupo dos abastados em Limoeiro de Anadia, também é confirmada pela análise dos bens imóveis (**Tabela 2.13**). Aqui, a soma das fortunas legadas neste item pelos indivíduos da categoria média superou a riqueza do

indivíduos da faixa de riqueza seguinte¹¹⁸, porém, o valor médio empregado pelo grupo mais rico foi quase 3 vezes maior que os indivíduos pertencentes à faixa média, 12 vezes em relação às pequenas fortunas, quase 41 vezes maior que as pequeníssimas fortunas. O valor médio empregado pelas mircros fortuna existentes era distante 217 vezes da faixa superior. Porém, o corte realmente se dá do nível médio para o pequeno: a fortuna média empregada em bens imóveis por estes é 47 vezes menor que aqueles indivíduos.

O item terra tem importância considerável para todas as caterias de fortuna, representado percentual significativo do valor legado em bens imóveis. Analisando internamente a cada categoria de fortuna, porém, as diferenças aparecem. Entre os valores médios por inventário de cada item de bem imóvel, as fortunas intermediárias ultrapassam a camada superior nas casas urbanas e rurais e tem valores inferiores em relação aos itens terras e plantações. Chama atenção a insignificante participação das casas urbanas no valor dos bens imóveis da camada superior, com menos de 1% em relação ao valor dos seus bens imóveis. Apenas um inventário nesta categoria de riqueza possuía este tipo de bem, indicando que, naquela sociedade, os fatores produtivos e o reconhecimento social eram concentrados no campo. Com relação às terras, pouco mais de 1,5 conto de réis separam as duas maiores categorias de fortuna. Porém, enquanto que o valor da faixa média empregado neste tipo de bem imóvel espalha-se por 23 inventários, o da faixa superior está em apenas 6. As terras praticamente monopolizam o valor dos “bens de raiz” desta categoria de riqueza (87,99%), vindo, em seguida, as casas rurais com 7,88%. Somada com o dado relativo à posse escrava, o emprega do capital em terra significava a escolha de um tipo de bem pelos potentados locais. As outras faixas de riqueza diversificaram o investimento nestes bens, mesmo aplicando mais da metade deste valor em terras, possui percentuais de riqueza significativos nas casas urbanas e rurais.

¹¹⁸ Demonstrando, mais um vez, que naquela sociedade pertencer aos grupos economicamente dominante era prerrogativa dos grandes possuidores de escravizados e não dos proprietários de bens imóveis com valores altos. Pois, mesmo sendo os detentores da maior parte da riqueza em bens de raiz os grupos remediados da sociedade não chegaram ao maior nível de riqueza.

Tabela 2.13 – Soma, razão (em réis) e porcentagem de itens de bens imóveis por nível de fortuna

Tipo de bem imóvel	0-200			201-1:100			1:101-2:100			2:101-10:100			10:101-50:000		
	Soma	%	Razão ¹¹⁹	Soma	%	Razão	Soma	%	Razão	Soma	%	Razão	Soma	%	Razão
Casas urbanas	-	-	-	110\$000	2,91	36\$666	350\$000	12,72	175\$000	4:850\$000	22,44	808\$333	116\$000	0,72	116\$000
Casas rurais	120\$000	74,28	40\$000	883\$000	23,36	63\$071	1:000\$000	36,33	100\$000	4:663\$000	21,58	274\$294	1:262\$284	7,88	252\$456
Terras	41\$538	25,71	20\$769	2:577\$500	68,18	198\$269	1:402\$620	50,96	1404262	11:715\$810	54,22	488\$158	14:092\$714	87,99	2:348\$785
Plantações	-	-	-	210\$000	5,55	70\$000	-	-	-	380\$000	1,76	95\$000	546\$000	3,41	273\$000
Total	161\$538	100	53\$846	3:780\$500	100,00	198\$973	2:752\$620	100,00	250\$238	21:608\$810	100,00	900\$367	16:016\$998	100,00	2:669\$499

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

¹¹⁹ Obtida pela divisão do valor total de cada item pela quantidade de inventário em que aparecem cada item.

Tabela 2.14 – Tipo de plantação, valor (em réis) e presença em inventário por nível de fortuna¹²⁰

Tipo de plantação	201-1:110		2:101-10:100		10:101-50:000	
	Valor	Nº de inventário	Valor	Nº de inventário	Valor	Nº de inventário
Coqueiro	-	-	-	-	36\$000	1
Mandioca	190\$000	3	150\$000	2	230\$000	1
Milho	-	-	30\$000	1	-	-
Algodão	10\$000	1	200\$000	1	280\$000	2
Fruteiras	10\$000	1	-	-	-	-
Total	210\$000	3	380\$000	4	546\$000	-

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Tabela 2.15 – Variedade, quantidade, valor (%) das plantações

Produto	Medida	Quant. ¹²¹	Valor (em réis)	Valor total (em réis)	%
Coqueiro	Pés	36 (1)	36.000,00	36.000,00	3,17
Mandioca	Covas	7.000 (2)	150.000,00	570.000,00	50,18
	Roçado	7 (4)	420.000,00		
Milho	Roçado	1 (1)	30.000,00	30.000,00	2,64
Algodão	Roçado	5 (3)	490.000,00	490.000,00	43,13
Fruteiras	Sítio	1 (1)	10.000,00	10.000,00	0,88
Total				1.136.000,00	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Mesmo chamando atenção pela sua pouca presença, as plantações também demonstram a desigualdade da sociedade de Limoeiro (**Tabela 2.14** e **Tabela 2.15**). As roças mencionadas nos inventários são pouco variadas e seu valor percentual pouco significativo, tanto em relação à soma total dos bens inventariados – representando 0,33% – quanto à soma dos componentes de bem imóvel – sendo 2,56%. Das quatro roças mencionadas, temos que duas delas são mais frequentes e com valores nominais maiores: algodão e mandioca, o que casa com a presença entre os bens móveis dos inventários analisados de máquinas e engenhos de descaroçar algodão e com aviamentos de fazer farinha. Portanto, além da criação de animais, principalmente gado e cavalos, a agricultura de algodão e de mantimentos, principalmente a farinha, podem

¹²⁰ Não acrescentamos à tabela as faixas de fortunas para as quais não encontramos inventários com plantações.

¹²¹ Entre parênteses está indicado a quantidade de inventários com a presença de cada tipo de plantação.

ser mencionadas como as principais atividades econômicas identificadas a partir dos inventários na segunda metade do século XIX, como já visto.

Como uma das atividades econômicas mais importantes da região estudada e, em termos de valor, vindo logo após os bens de raiz, o volume de riqueza mais significativo dos inventariados de Limoeiro é empregado em animais, com 39:875\$660 réis, o equivalente a 11,48% da soma bruta dos bens avaliados nos processos analisados (**Gráfico 2.4 e Tabela 2.9**)¹²². Item bastante difundido, com presença em 61 dos 75 processos analisados, porém, em menor grau do que o grau de difusão dos bens de raiz. O tamanho médio do rebanho era de pouco mais de 30 animais por inventário, quantidade vinda principalmente das cabeças de gado, neste caso, com razão de 36,5 animais por processo (**Tabela 2.16**)¹²³.

Tabela 2.16 – Soma (%), presença em inventários (%), total (%), razão (%) e quantidade média por inventário segundo tipo de rebanho

Tipo de rebanho	Soma (em réis)	%	Nº total de animais	%	Razão (em réis) ¹²⁴	Nº de inventário	% (do total)	Média por inventário ¹²⁵
Gado	33:599\$080	80,66	1.608	86,50	20\$894	44	58,67	36,55
Cavalos	7:990\$000	19,18	185	9,95	43\$189	52	69,33	3,56
Outros	67\$580	0,16	66	3,55	1\$023	7	9,33	9,43
Total	41:656\$660	100,00	1.859	100,00	22\$408	61	81,33	30,48

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

De um lado, o gado concentra o grosso da riqueza empregada em animais e do número de cabeças, por outro os cavalos tem valor médio por cabeça superior ao do

¹²² Os dados que Wlisses E. de Albuquerque Abreu encontrou para o sertão da Paraíba anotam que, do valor somada de escravos e gado, na segunda metade do século XIX, a porcentagem de gado era de 55,44%. A importância do valor do gado é ainda mais vultosa se levamos em consideração somente o período de 1872 até 1888, no qual o este dado responde por 71,74% da soma. ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. Op. cit., p. 72.

¹²³ Para a Capivary, no Rio de Janeiro, entre 1850 e 1888, Hebe M. M. de Castro encontrou média por unidade produtiva de 8 bois, 7,2 vacas e 7,7 burros e bestas, nas fazendas e 4,4 bois, 2,8 vacas e 4,7 burros e bestas nos sítios. Ver CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da História da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 51. Juliana Garavazo calculou média de 58,5 animais, por inventários em Batatais, entre 1851 e 1887. GARAVAZO, Juliana. Op. cit., p. 127.

¹²⁴ Calculado pelo valor total dos animais dividido pelo número de cabeças.

¹²⁵ Calculado pelo número total de animais dividido pelo número de inventário com cada tipo de animal.

gado e também são mais difundidos, com presença em 69,33% dos inventários. A média de cabeças de gado por inventário demonstra que a produção não tinha somente o objetivo de subsistência, provavelmente servindo também para a venda dos animais vivos, da carne, do leite, do couro e para transporte, que, para o último caso, é explicitado em alguns inventários: do gado de Dona Anna Josefa da Cunha, 14 cabeças eram de “boi[s] manso[s] de carro”¹²⁶; outro caso é o “boi de carro” avaliado com um “carro já velho” de Miguel Archanjo de Oliveira, provavelmente utilizados em conjunto no transporte¹²⁷.

No caso dos animais, algumas ausências foram sentidas, como, por exemplo, a não avaliação de aves, o que não significa, necessariamente, sua ausência total dos bens dos limoeirenses, mas, possivelmente, seu baixo valor que não justificava a entrada no arrolamento da riqueza¹²⁸.

Tabela 2.17 – Presença (%) de animais em inventários por tipo e categoria de rebanho

Tipo de rebanho	Até 5		6 a 20		21 a 50		51 a 100		101 a 150		Mais de 150		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Gado	19	43,18	13	29,55	5	11,36	3	6,82	3	6,82	2	4,55	44	100
Cavalos	41	78,85	10	19,23	-	-	-	-	-	-	-	-	52	100
Outros	3	42,86	3	42,86	1	14,29	-	-	-	-	-	-	7	100
Total	29	47,54	17	27,87	5	8,20	5	8,20	3	4,92	2	3,28	61	100

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Como na maioria dos itens de riqueza, o grosso dos animais está presentes entre aqueles indivíduos pertencentes à faixa de fortuna superior, cuja razão de animal por inventário é mais de 10 vezes superior à da categoria intermediária (**Tabela 2.17** e **Tabela 2.18**). Em todos os tipos de rebanhos, temos razões maiores de quantidade de animais por inventário na categoria superior de riquezas que nos demais grupos. Puxa a razão para cima, a grande quantidade de gado entre os mais ricos. É o caso, por

¹²⁶ Ver inventário de Dona Anna Josefa da Cunha, 1860.

¹²⁷ Ver inventário de Miguel Archanjo de Oliveira, 1887. Em outros inventários, podemos, não com total certeza, dizer que alguns animais eram utilizados em transporte. Caso do já citado Capitão Romão Gomes, que possuía dois “bois manços” e um carro velho ferrado e um “carretam” ferrado, muito provavelmente, utilizados em conjunto. Ver inventário do Capitão Romão Gomes d’Araújo e Silva, 1871.

¹²⁸ Em outras áreas havia participação pequena de aves, no entanto, com presença de alguns animais desse tipo. Ver, por exemplo, GARAVAZO, Juliana. Op. cit., pp. 125-8.

exemplo, das 143 cabeças de gado e os 6 animais de tiro de Bazilio Esteves da Costa, que, no entanto, têm preços médios inferiores ao da razão geral: cada cabeça de gado deste proprietário vale em média 11\$699 réis e seus animais cavalares valem, em média, 23\$666 réis¹²⁹.

Tabela 2.18 – Rebanho médio¹³⁰ por inventário, por tipo de rebanho e nível de fortuna

Tipo de rebanho	0-200	201-1:100	1:101-2:100	2:101-10:100	10:101-50:000
Gado	2,5	5,15	11,38	22,2	155,0
Cavalos	1	2,5	3,1	3,67	5,57
Outros	-	6	-	8,5	24,0
Total	3	7,38	12,2	17,52	164,0

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

O número maior de animais entre os mais abastados não parece, mas explica os maiores valores médios atribuídos aos rebanhos das faixas inferiores em relação ao grupo dos mais afortunados, pois, com uma quantidade maior de animais, a faixa superior de riqueza tem maiores possibilidades de possuir filhotes que valem menos do que animais adultos (**Tabela 2.19**). Como se vê, todos os tipos de rebanho e também os preços médios por animais diminuem à medida que aumenta a faixa de fortuna. Além disso, os proprietários com mais de 150 animais são das décadas de 1850 e 1860, cujos valores médios dos animais são menores¹³¹. No entanto, a maioria dos proprietários está na categoria de até cinco animais, que perfazem 47,54% dos proprietários e, apenas, 3,81% dos animais. Caso de Dona Thereza Maria de Jesus, com seu único cavalo russo¹³² e de Apolinario Martins de Oliveira com suas três cabeças de gado e seus dois

¹²⁹ Ver inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852.

¹³⁰ Calculado pela soma de cada tipo de rebanho dividido pela quantidade de inventário com cada tipo de rebanho.

¹³¹ Como, por exemplo, Dona Roza Maria da Conceição, com suas 545 cabeças – entre elas, 525 cabeças de gado e 20 cavalos –, das quais 148 já haviam sido doadas em dote, e Pedro Victal da Silva, com 205 animais, 201 cabeças de gado – entre eles, 57 doadas em dote – e 4 animais cavalares. Ver, respectivamente, inventário de Dona Roza Maria da Conceição, 1856 e inventário de Pedro Victal da Silva, 1861.

¹³² Ver inventário de Dona Thereza Maria de Jesus, 1871.

poltrons¹³³. Enquanto que os proprietários com mais de 150 animais eram 4,55% dos pecuaristas e possuíam significativos 37,28% dos animais.

Tabela 2.19 – Razão de preço atribuída a animais por faixa de riqueza

Tipo de rebanho	0-200	201-1:100	1:101-2:100	2:101-10:100	10:101-50:000
Gado	31\$000	30\$970	33\$000	29\$702	16\$501
Cavalos	50\$000	33\$200	50\$625	46\$355	29\$962
Outros	-	2\$988	-	1\$176	\$910
Total	-	50\$000	34\$263	31\$028	16\$842

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Estas informações demonstram tanto a concentração de riqueza nas mãos de poucos proprietários quanto a queda nas atividades produtivas da região ao longo do período em estudo, pois, nas décadas de 1870 e 1880 nenhum proprietário de animais conseguiu possuir mais do que 150 cabeças. Sendo assim, os grupos mais ricos da região diminuiriam significativamente sua participação da riqueza neste tipo de bem.

Tabela 2.20 – Razão de preço atribuída a animais por tipo de rebanho e década

Tipo de rebanho	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89
Gado	12\$948	22\$302	29\$848	36\$057
Cavalos	26\$225	57\$918	38\$016	45\$909
Outros	-	1\$175	1\$750	3\$468
Total	13\$499	22\$509	31\$119	35\$221

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Somando, por década, temos um crescimento significativo do valor médio atribuído a animais: entre a década de 1850 e 1860, o crescimento é de 66,75%, desta para os anos 1870 de 27,66% e daqui para 1880 de 13,18% (**Tabela 2.20**). Entre as duas décadas que recortam a pesquisa, 1850 e 1880, temos um expressivo aumento de 160,92% no valor atribuído a animais. Todos os tipos de rebanhos crescem, no entanto, o valor médio do gado quase triplica neste meio tempo.

¹³³ Ver inventário de Apolinario Martins de Oliveira, 1876.

Tabela 2.21 – Soma (em réis e %), presença em processos e razão das dívidas passivas por décadas					
Período	Nº	(%)	Soma	(%)	Razão¹³⁴
1850-59	1	12,50	42\$780	0,08	42\$780
1860-69	6	31,58	2:853\$387	2,86	475\$564
1870-79	17	56,67	13:146\$375	8,49	773\$316
1880-89	9	50,00	3:225\$255	11,69	358\$361
Total	33	44,00	19:267\$797	5,72	583\$872

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Tabela 2.22 – Soma (em réis e %), presença em processos e razão das dívidas ativas por década					
Período	Nº	(%)	Soma	(%)	Razão¹³⁵
1850-59	3	37,50	2:524\$755	4,65	841\$585
1860-69	5	26,32	6:042\$490	6,05	1:208\$498
1870-79	8	26,67	9:338\$133	6,03	1:167\$266
1880-89	-	-	-	-	-
Total	16	21,33	17:905\$378	5,32	1:119\$086

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

No geral, a sociedade em análise não possui níveis significativos de riqueza em dívidas, tanto ativas quanto passivas, porém, somando-as, temos um percentual expressivo de 10,61% que é 2,15% menor que o valor dos bens imóveis (**Gráfico 2.4, Tabela 2.9, Tabela 2.21 e Tabela 2.22**). Quarenta e dois indivíduos ou 56% dos processos analisados não possuíam nem créditos nem débitos: 7 na década de 1850, 13 em cada uma das década de 1860 e 1870 e 9 nos anos 1880. Dos 33 indivíduos com algum tipo de dívida, apenas 6 possuíam dívidas ativas e passivas ao mesmo tempo. A quantidade de processos com dívidas passivas ou ativas é bem distinta: 33 e 16, respectivamente, ou 44% e 21,33% em relação ao total de processos analisados. No que se refere ao valor nominal, porém, quase não há distinção: 17:905\$378 réis para os créditos e 19:267\$797 réis para os débitos, o que responde por 5,32% e 5,72%, respectivamente, em relação ao total da riqueza inventariada¹³⁶. Importante frisar que

¹³⁴ Calculada pela divisão da soma da dívida pela quantidade de inventários com dívidas passivas.

¹³⁵ Calculada pela divisão da soma da dívida pela quantidade de inventários com dívidas ativas.

¹³⁶ Na Bahia, ao longo de todo o século XIX, temos que 16,07% dos valores presentes nos inventários eram em dívidas ativas. Em Batatais, entre 1851 e 1887, as dívidas ativas representavam 10,2% e as

isso ocorre porque o valor médio empregado em dívidas passivas, que são as mais difundidas, é relativamente baixo. Estas dívidas só ultrapassam mais da metade do valor da riqueza inventariada em créditos na década de 1870, quando praticamente dobram de valor médio e mais que quadruplicam seu valor nominal em relação ao decênio anterior¹³⁷. Nas décadas de 1860 e 1880, os valores nominais dos débitos não se modificam tanto, apesar de apresentarem percentuais bastante diversos em relação ao total da riqueza, com 2,86% e 11,69%, para uma e para outra. Mesmo diminuindo de valor médio entre os dois períodos, temos que, na década de 1880, tanto ocorre um empobrecimento geral dos processos analisados, como já visto, como um aumento do endividamento.

O processo inverso ocorre com os créditos, pelo menos em relação à década de 1880, quando não encontramos nenhuma processo que relacionasse entre seus bens dívidas a receber, muito provavelmente por falta de condições de emprestar dinheiro. A diminuição da participação dos créditos na riqueza inventariada no último período mostra-se ainda maior se compararmos com a década de 1870, quando temos o maior número de processos com créditos e o maior valor nominal da riqueza empregados neste componente, mesmo que o percentual e a razão por processo sejam um pouco menores que a década de 1860. Em todo o período, as dívidas ativas respondem por 5,32% da riqueza avaliada, com razão por processo bastante alta. Em relação à razão, temos a maior dívida ativa média por processo na década de 1860, quando apenas 5 processos (38,46% do total da década) têm para receber 6:042\$490,00 réis (6,05% do valor total dos montes da década)¹³⁸. Os créditos variam bastante de valor nominal e, nas três décadas nos quais estiveram presentes, cresceram.

dívidas passivas representavam 9,2% do valor da riqueza inventariada. Ver, respectivamente, MATOSO, Kátia de Queirós. Op. cit., p. 67 e GARAVAZO, Juliana. Op. cit., p. 89. No Agreste de Pernambuco, entre 1850 e 1887, 17,24% da riqueza era formada por créditos e 7,34% era comprometido em dívidas a pagar. Ver VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo O. Op. cit., p. 374.

¹³⁷ A significativa soma de débitos de Francisco Guedes Cavalcante, com valor total de 1:498\$461 réis, o que compromete 13,19% da riqueza do inventariado, ilustra bem este período. Ver inventário de Francisco Guedes Cavalcante, 1875.

¹³⁸ Somando um valor total de 2:713\$530 réis, as 18 dívidas ativas de Roberto da Ressureição e Silva são 14,62% de seu patrimônio e ilustram bem o dado da década de 1860. Ver inventário de Roberto da Ressureição e Silva, 1861.

A diferenciação social presente naquela sociedade pode ser demonstrada pela análise das dívidas que cada faixa de riqueza possuía (**Tabela 2.23** e **Tabela 2.24**). É clara a diferença numérica entre os indivíduos devedores e credores, estes um grupo mais restrito.

Tabela 2.23 – Presença em inventários (%), soma (em réis e %) e razões das dívidas passivas

Faixas de riqueza bruta (em réis) ¹³⁹	Nº	(% ao total de processos)	Soma	(% do total da riqueza)	(% do total das dívidas passivas)	Razão ¹⁴⁰
201-1:100	7	36,84	1:019\$934	9,23	5,29	145\$704
1:101-2:100	6	46,15	1:342\$600	6,98	6,97	223\$766
2:101-10:100	15	48,39	13:765\$532	10,56	71,44	917\$702
10:101-50:000	5	55,56	3:139\$731	1,79	16,30	627\$946
Total	33	44,00	19:267\$797	5,72	100,00	583\$872

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Tabela 2.24 – Presença em inventários (%), soma (em réis e %) e razões das dívidas ativas

Faixas de riqueza bruta (em réis) ¹⁴¹	Nº	(% ao total de processos)	Soma	(% do total da riqueza)	(% do total das dívidas ativas)	Razão ¹⁴²
201-1:100	2	10,53	210\$000	1,90	1,09	105\$000
1:101-2:100	2	15,38	965\$000	5,02	5,39	482\$500
2:101-10:100	7	22,58	4:891\$305	3,75	27,32	698\$757
10:101-50:000	5	55,56	11:839\$073	6,74	66,12	2:367\$814
Total	16	21,33	17:905\$378	5,32	100,00	1:119\$086

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Em relação aos débitos, com exceção da micro, todas as faixas tem valores a pagar entre os itens arroladas nos processos. A baixa participação das dívidas dos grupos menos afortunados indicam condições mais difíceis de acessar o mercado de crédito da região, suas dívidas, em termos percentuais, são de valores baixos, porém, são eles que têm percentuais maiores de débitos em relação ao total de seus bens. O grupo da faixa média tinha condições facilitadas de crédito: este grupo responde pelas dívidas

¹³⁹ Não encontramos nenhuma dívida passiva para o nível de riqueza entre 0 e \$200 réis, por isso não o inserimos na tabela.

¹⁴⁰ Calculada pela divisão da soma da dívida pela quantidade de inventários com dívidas passivas.

¹⁴¹ Não encontramos nenhuma dívida ativa para o nível de riqueza, entre 0 e \$200 réis, por isso não o inserimos na tabela.

¹⁴² Calculada pela divisão da soma da dívida ativa pela quantidade de inventários com dívidas ativas.

passivas com maiores valores nominal, percentual (respectivamente, 10,56% do total da riqueza da categoria e 71,44% do total das dívidas passivas) e médio por processo, enquanto que os indivíduos da faixa de riqueza alta comprometeram apenas 1,79% de sua riqueza com valores a pagar e sua razão de dívida passiva por processo está pouco acima da média geral.

A análise das dívidas ativas corrobora a desigualdade social presente na sociedade e no período analisados. Não encontramos na faixa micro nenhum crédito arrolado entre os bens. Entre as faixas pequena e média, menos de 1/4 dos indivíduos têm cabedais suficientes para conceder créditos. Os maiores cobradores da sociedade empregada estão entre os indivíduos da faixa superior de riqueza, onde mais da metade deles possui dívidas a receber. São eles que possuem o maior valor nominal emprestado, o mais alto valor percentual de créditos em relação ao total da riqueza da faixa e respondem por 66,12% do total das dívidas ativas, que nesta faixa de riqueza são em média 2:367\$814 réis, valor que é mais que o dobro da média geral das dívidas ativas, quase três vezes e meia a razão da faixa de fortuna anterior e quase cinco vezes da faixa de riqueza pequena.

Tabela 2.25 – Informações relativas às dívidas ativas		
Com informações¹⁴³		Sem informações (n°)¹⁴⁴
Tipo de informação	N° de informações	
Parentesco	6	
Local de moradia	2	
Cor	2	
Condição	1	5
Profissão	2	
Razão da dívida	3	

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Ainda em relação às dívidas, parte delas vem apenas com o nome do devedor e o valor da dívida (**Tabela 2.25 e 2.26**). As informações mais presentes são as seguintes: quando o credor/devedor tem alguma grau de parentesco com o inventariado

¹⁴³ Além do nome do devedor e do valor da dívida.

¹⁴⁴ Somente o nome do devedor e o valor da dívida.

(principalmente filho (a), genro, irmão), profissões ou atividades econômicas desenvolvidas (são frequentes principalmente os comerciantes, profissionais liberais e detentores de patentes militares); outra informação com alguma frequência diz respeito ao local de moradia (normalmente especificando o sítio, povoado ou cidade); principalmente em relação às dívidas passivas, mais informadas que as ativas, aparecem informações pertinentes ao que gerou a dívida, que, no caso dos débitos, se referem principalmente às custas do inventário e do funeral, mas também alusivas a alugueis de escravos, compra de algodão, de lã, de fazendas, de animais, entre outras.

Tabela 2.26 – Informações relativas às dívidas passivas		
Com informações¹⁴⁵		Sem informações (nº)¹⁴⁶
Tipo de informação	Nº de informações	
Parentesco	1	
Local de moradia	12	
Juros	1	1
Profissão	10	
Razão da dívida ¹⁴⁷	20	

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Os móveis estão presentes em 54 (72%) processos dos 75 analisados para Limoeiro na segunda metade do XIX, com valor muito aquém do investido nos demais itens, correspondendo 2,69% do total de riqueza em análise (**Gráfico 2.4, Tabela 2.9 e Tabela 2.27**). A razão por inventário deste tipo de item é baixa. Entre suas partes constitutivas estão as ferramentas e os estoques de bens agrícolas, parte importante daquilo que gera a riqueza dos inventariados que analisamos. Entre as ferramentas, temos “taxos de cobre”¹⁴⁸, “enxadas”, “foices”, “machados”, “balanças”¹⁴⁹, “prensas de ensacar lã”¹⁵⁰, “engenhos de descaroçar algodão”¹⁵¹, “aviamentos de fazer farinha”¹⁵²,

¹⁴⁵ Além do nome do credor e do valor da dívida.

¹⁴⁶ Somente o nome do credor e o valor da dívida.

¹⁴⁷ Incluindo as custas do inventário e do funeral, quando mencionadas.

¹⁴⁸ Ver inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852.

¹⁴⁹ Ver inventário de Roberto da Ressureição e Silva, 1861.

¹⁵⁰ Ver inventário de Dona Anna d’Anunciação e Silva, 1875.

¹⁵¹ Ver inventário de Paulino Barbosa da Silva, 1856.

¹⁵² Ver inventário de Maria da Conceição, 1863.

“chocalhos”¹⁵³, “selas”¹⁵⁴, “esporas”¹⁵⁵, ou seja, são os objetos empregados no desenvolvimento das duas principais atividades econômicas identificadas a partir dos inventários: a agricultura e a pecuária. Porém, devido ao nível técnico empregado nas atividades econômicas da região – assim como de praticamente toda a agricultura brasileira ao longo do período colonial e do século XIX –, temos que o valor das ferramentas somadas equivalia a 22,77% do valor empregado em bens móveis, valor baixo se compararmos a outro grupo de objetos que compõe esta parte da riqueza: as joias somam percentual de 51,98% deste tipo de bem e mesmo com presença em menos inventários que as ferramentas – que aparecem em 58,62% do processos – têm valor médio maior que todos os outros componentes dos bens móveis¹⁵⁶.

Tabela 2.27 – Valor total (%) presença em inventário, razão dos itens de bens móveis

Item de bem móvel	Valor total	%	Nº	% (do total de inv)	Razão ¹⁵⁷
Joias	4:847\$320	51,98	30	40,00	161\$577
Utensílios domésticos	244\$600	2,62	18	24,00	13\$588
Ferramentas	2:123\$890	22,77	44	58,67	48\$270
Móveis de casa	764\$990	8,20	24	32,00	31\$874
Estoques	1:345\$010	14,42	10	13,33	134\$501
Total	9:325\$810	100,00	54	72,00	172\$700

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Os móveis de casa são bastante infrequentes entre os bens móveis¹⁵⁸. Avaliou-se este item em apenas 32% dos inventários, o que sugere a vida simples que boa parte dos

¹⁵³ Ver inventário de Anna Joaquina das Chagas, 1854.

¹⁵⁴ Ver inventário de Valentin João de Souza, 1863.

¹⁵⁵ Ver inventário do Tenente Francisco Mendes da Silva, 1860.

¹⁵⁶ Investimento percentual baixo em ferramentas também foi constatado para Pernambuco e Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX. Ver, NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira, et. al. Elementos comuns e diferenças entre os patrimônios registrados na pecuária gaúcha e na pernambucana no início do século XIX. In: **VIII Encontro de Economia da Região Sul**, p. 11. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2005/artigos/area4-02.pdf>. Acessado em: 23 de março de 2015.

¹⁵⁷ Calculado pelo valor total dividido pela quantidade de inventários com bens móveis.

¹⁵⁸ Algumas joias, dois escravos e uma parte de outro, alguns animais, mas nenhum móvel de casa, nem imóveis foram avaliados entre os bens de Manoel Valentin de Almeida. Ver inventário de Manoel Valentin de Almeida, 1863. O abastado senhor de escravos Bazilio Esteves da Costa, com seus 42 cativos, além de outros doados em dote, 12 propriedades em imóveis, muitos animais e joias, além de

indivíduos aqui analisados levava, provável característica da sociedade rural do período. O grosso destes itens – os mais frequentes são catres e camas, mesas, cadeiras, bancos, tambores, baús, arcas, caixões, alguns oratórios e imagens sacras, candeeiros – não têm maiores especificações além do seu valor, porém, muitos são qualificados como velhos, em mau estado, quebrados, muito usados, adjetivações que demonstram que a vida naquelas paragens não tinha grandes luxos, mesmo para aqueles que possuíam móveis avaliados. Como em outros itens da riqueza inventariada, a ausência de móveis entre os valores inventariados são significava, necessariamente, que os indivíduos não os possuísem, mas que, com mais probabilidade, os bens presentes tivessem valores tão baixos que não justificavam sua avaliação.

As joias também têm presença importante entre os bens móveis, com valor médio por inventário e insidência superiores, inclusive, que os dos estoques. A quase totalidade das avaliadas vem com a especificação do seu peso em oitavas e, em muitos casos, o valor de cada oitava e do total. Não encontramos nenhum caso em que outros componentes (origem, detalhes, idade, etc.) influíssem na avaliação, mesmo estando especificados em alguns objetos. Reforça esse entendimento, a menção de algumas peças quebradas que são avaliadas por seu peso, recebendo o mesmo preço por oitava que o das joias intactas. Aparecem com mais frequência argolas, colares, contas, cordões, anéis, anelões, pulseiras, pentes para marrafas, alfinetes, brincos, botões, crucifixos.

Como na quase totalidade dos itens da riqueza inventariada, os bens móveis demonstram a desigualdade social presente entre os inventariados de Limoeiro de Anadia, na segunda metade do século XIX (**Tabela 2.28**). Os inventariados com maior nível de riqueza concentram 47,47% do valores avaliados em bens móveis (**Tabela 2.10**), possuindo apenas 7 dos 54 processos com este tipo de bem. Os componentes de maior valor nominal e médio entre esta categoria são as joias que somam valor superior que o mesmo item de todas as categorias de riqueza juntas. Porém, em termos de valores nominal e médio por inventário do bem ferramenta, a categoria de riqueza média supera os mais abastados em quase 289,94%, superando também no valor total

outros bens, num valor total de 14:877\$000 réis. O único móvel de casa no inventário deste abastado escravista era uma “mesa grande”, com algumas gavetas, no valor de 6\$000 réis. Ver inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852.

dos móveis de casa e dos utensílios domésticos. Nos demais itens de bens móveis, a maior razão pertence ao nível das grandes fortunas. Enquanto que a categoria média concentra sua riqueza neste item em ferramentas (40,95%) e joias (29,19%), o nível superior de riqueza arrolou 67,90% dos seus bens móveis apenas em joias, com as ferramentas participando com apenas 7,98% do valor percentual neste item.

Tabela 2.28 – Soma (em réis e %) e razão dos itens de bens móveis por nível de riqueza¹⁵⁹

Item de bem móvel	0-200			201-1:100			1:101-2:100			2:101-10:100			10:101-50:000		
	Soma	%	Razão ¹⁶⁰	Soma	%	Razão	Soma	%	Razão	Soma	%	Razão	Soma	%	Razão
Jo. ¹⁶¹	-	-	-	113\$640	46,11	18\$940	469\$500	62,72	78\$250	1:050\$220	29,19	75\$015	3:213\$960	67,90	535\$660
Ut. dom.	-	-	-	11\$520	4,67	3\$840	31\$100	4,15	7\$775	134\$620	3,74	14\$957	73\$360	1,55	24\$453
Fer.	10\$000	100,00	10\$000	106\$800	43,33	13\$350	189\$000	25,25	31\$500	1:473\$270	40,95	64\$055	377\$820	7,98	53\$974
Móv. de cas.	-	-	-	14\$500	5,88	3\$625	59\$000	7,88	14\$750	385\$500	10,72	29\$653	276\$990	5,85	55\$398
Est.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	554\$000	15,40	79\$142	791\$010	16,71	395\$505
Total	10\$000	100,00	10\$000	246\$460	100,00	22\$405	748\$600	100,00	124\$766	3:597\$610	100,00	156\$417	4:733\$140	100,00	676\$162

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Também neste item, o recorte mais elevado entre as riqueza se dá entre as médias e as pequenas fortunas, aquelas superando estas em quase 7 vezes e sendo superior às pequessímas fortunas em mais de 60 vezes.

Tabela 2.29 – Soma (%) de itens de bens móveis por década

Item de bem móvel	1850-59		1860-69		1870-79		1880-89		TOTAL	
	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%	Soma	%
Joias	1:185\$060	50,17	3:005\$300	78,39	481\$460	17,09	175\$500	56,21	4:847\$320	51,98
Utensílios domésticos	120\$640	5,11	61\$760	1,61	50\$000	1,77	12\$200	3,91	244\$600	2,62
Ferramentas	335\$840	14,22	377\$720	9,85	1:308\$330	46,43	102\$000	32,67	2:123\$890	22,77
Móveis de casa	80\$590	3,41	184\$080	4,80	477\$820	16,96	22\$500	7,21	764\$990	8,20
Estoques	640\$000	27,09	205\$010	5,35	500\$000	17,75	-	-	1:345\$010	14,42
Total	2:362\$130	100,00	3:833\$870	100,00	2:817\$610	100,00	312\$200	100,00	9:325\$810	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

¹⁵⁹ Não acrescentamos a categoria de fortuna micro nesta tabela, pois não foram arrolados móveis nos processos com este nível de fortuna

¹⁶⁰ Calculado pela soma valor dividido pela quantidade de inventários com a presença de bens móveis por nível de fortuna.

¹⁶¹ Em virtude do espaço da tabela, abreviamos os itens que são, em ordem: joias, utensílios domésticos, ferramentas, móveis de casa e estoques.

Ao longo da segunda metade do século XIX, os valores dos bens móveis perdem importância em termos percentuais e também nominais na constituição da fortuna dos inventariados de Limoeiro (**Tabela 2.29**). Participam com 4,44% dos valores arrolados na década de 1850 e chegam ao final do período com apenas 1,10%. Entre esses dois períodos, em todas as passagens de década temos decréscimo dos percentuais da participação dos bens móveis.

No que concerne a cada tipo de bem, as joias oscilam bastante e têm valores superiores ao demais itens, com exceção da década de 1870, quando perdem espaço para as ferramentas, os estoques e os móveis de casa. Excetuando-se os estoques, que desaparecem da riqueza inventariada nos processos analisados, todos os tipos de bem móvel têm alguma participação em todos os períodos.

Tabela 2.30 – Tipo, quantidade, soma (em réis e %) de estoques				
Item de estoque	Medida	Quantidade (inventários)¹⁶²	Valor (em mil réis)	%
Algodão carroço	em Arroba	989 (6)	1:176\$160	87,45
Telhas	Uni	2040 (3)	34:000	2,53
Lã ensacada	Arroba	15 (1)	120\$000	8,92
Lã solta	Arroba	2,12 (1)	14\$850	1,10
Total	-	-	1.345.010,00	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Alguns comentários sobre os estoques são necessários. Em relação à soma geral da riqueza inventariada nos processos em análise, sua participação é de apenas 0,40%, com presença em 10 (13,33%) dos 75 inventários. Os estoques respondem por 14,42% da riqueza inventariada em bens móveis. A multiplicidade de estoques é baixa, com presença apenas de algodão, lã solta e ensacada (subproduto do algodão) e telhas (**Tabela 2.30**). Estes dados vão no sentido de que tanto a presença de estoques nos inventários, quanto sua variedade podem ter sido influenciadas pelo baixo valor destes – suposição menos provável –, o que não justificava sua avaliação e/ou – mais crível –

¹⁶² Entre parênteses está indicado a quantidade de inventários com a presença de cada tipo de estoque.

que estes fossem logo consumidos e/ou vendidos e, no momento do inventário, não estivessem presentes.

O algodão em carroço é, de longe, o item com mais presença e com maior valor nominal nos inventários, inclusive em alguns inventariados que possuíam engenhos ou máquinas de descaroçar algodão, o que pode demonstrar que estas máquinas eram alugadas para terceiros e que o pagamento por este serviço se dava com o próprio produto. A presença de telhas pode ser explicada tanto pela sua produção para o mercado quanto pela desmontagem de casas e coberturas.

Tabela 2.31 – Soma (em réis) e presença em inventários de item de estoques por nível de fortuna¹⁶³

Item do estoque	2:101-10:100		10:101-50:000	
	Soma	Nº de inventário	Soma	Nº de inventário
Algodão em carroço	520\$000	4	656\$160	2
Telhas	34\$000	3	-	-
Lã ensacada	-	-	120\$000	1
Lã solta	-	-	14\$850	1
Total	554\$000	7	791\$010	4

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Também para os estoques temos concentração de riqueza, sendo os inventários componentes das médias e grandes fortunas que agregam a totalidade da riqueza presente nos inventários neste item (**Tabela 2.31**). Nas grandes fortunas, 44,44% dos inventários possuíam algum tipo de estoque, esse percentual é de 23,33% para os inventários da faixa média de riqueza. Apesar de concorrem com valores nominais parecidos, as razões dos estoques por inventário nas categorias de riqueza é bem distinta. Nas demais faixas, não encontramos estoques nos inventários analisados.

A segunda metade do século XIX representou um período de crescimento da importância do dinheiro, de notas de crédito, de ações de empresas na riqueza de parte da população brasileira de então. No entanto, como já dito, em Limoeiro, os valores

¹⁶³ Não acrescentamos à tabela as faixas de fortunas para as quais não encontramos inventários com estoques.

mobiliários resumem-se a dinheiro, contribuindo com o menor percentual em relação ao total da riqueza, ficando pouco abaixo do valor dos bens móveis (**Gráfico 2.4** e **Tabela 2.9**). Foram 8 inventários com dinheiro, com razão significativa (**Tabela 2.32**). A década de 1860 concentra a maior quantidade de inventários com dinheiro (3) – são os 400\$000 réis “em moeda” de Dona Maria Barbosa de Oliveira, por exemplo¹⁶⁴ –, enquanto que o único inventários dos anos 1870 com este tipo de riqueza concentra 76,32% do total do dinheiro nas quatro décadas: são os 5:105\$900 réis de Dona Victoriana Francisca da Silva¹⁶⁵ (**Tabela 2.33**). A divisão desproporcional da riqueza verificada para os demais itens apresenta-se também para o dinheiro (**Tabela 2.34**). Aqui, em grau maior: as fortunas da faixa superior praticamente monopolizam o valor do dinheiro, com 98,94% do total, possuindo também razões de dinheiro por inventário muito além das razões das demais faixas.

Tabela 2.32 – Soma (%), presença em inventário e razão dos itens de valores mobiliários

Item de valor mobiliário	Soma	Nº	% (do total de inv)	Razão
Dinheiro	6:739\$960	8	10,67	842\$495
Total	6:739\$960	8	10,67	842\$495

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Tabela 2.33 – Soma e razão de itens de valores mobiliários por período

Item de valor mobiliário	1850-59		1860-69		1870-79		1880-89		TOTAL	
	Soma	Razão	Soma	Razão	Soma	Razão	Soma	Razão	Soma	Razão
Dinheiro	41\$000	41\$000	1:541\$060	385\$265	5:105\$900	5:105\$900	52\$000	26\$000	6:739\$960	842\$495
Total	41\$000	41\$000	1:541\$060	385\$265	5:105\$900	5:105\$900	52\$000	26\$000	6:739\$960	842\$495

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Tabela 2.34 – Soma e razão dos itens de valores mobiliários por nível de fortuna

Item de valor mobiliário	201-1:100		1:101-2:100		2:101-10:100		10:101-50:000	
	Soma	Razão	Soma	Razão	Soma	Razão	Soma	Razão
Dinheiro	22\$000	22\$000	58\$000	19\$333	41\$000	41\$000	6:618\$960	2:206\$320
Total	22\$000	22\$000	58\$000	19\$333	41\$000	41\$000	6:618\$960	2:206\$320

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

¹⁶⁴ Ver inventário de Maria Barbosa de Oliveira, 1861.

¹⁶⁵ Ver inventário de Dona Victoriana Francisca da Silva, 1872.

2.3 Os maiores proprietários de Limoeiro e a caracterização de suas fortunas¹⁶⁶

Nas quatro décadas em consideração, os indivíduos com as maiores fortunas legadas nos inventários analisados foram: nos anos 1850, Bazilio Esteves da Costa (14:877\$000 réis), Pedro Victal da Silva (34:664\$520 réis), Dona Victoriana Francisca da Silva (42:970\$000) nas décadas de 1860 e 1870, respectivamente e, por fim, o menos abastado entre os mais abastados, Miguel Archanjo de Oliveira (5:068\$293)¹⁶⁷, na década de 1880.

Dentro do grupo dos abastados mencionados acima, temos uma constante: suas fortunas baseiam-se na mão-de-obra escrava. Tal constatação é verdadeira mesmo para o penúltimo ano da escravidão no Brasil (1887), quando o valor dos cativos compõe 43,17% da fortuna de Miguel Archanjo da Oliveira. Há de se mencionar uma diminuição substancial em relação às décadas anteriores quando Bazilio Esteves da Costa (1852), Pedro Victal da Silva (1861) e Dona Victoriana Francisca da Silva (1872) concentravam em escravos, respectivamente, 75,74%, 81,54% e 62,31% do total dos valores legados.

As escravarias de Dona Victoriana Francisca da Silva e Pedro Victal da Silva são diferenciadas para os padrões do local no período analisado. Exemplificando com a deste último, temos que a mesma é formada por 63 escravos, que vão desde escravinhos com 40 dias de nascimento até anciões com mais de 80 anos de idade; desde aqueles comprados até os “produzidos” internamente. Com isso temos a constituição de várias famílias escravas – avós, mães, filhos – inclusive com mais de uma geração ainda presente na mesma escravaria: como por exemplo, Catharina angola, com 80 anos de idade, incorporada ao inventário por compra. Teve duas filhas (pelo menos as que estão presentes no inventário e mencionadas suas origens): Margarida – sem menção de idade –, doada antes da morte de Pedro Victal da Silva, a sua neta Thereza Maria de Jesus, e Anastacia que, com 40 anos, formou a maior prole até aquele momento, com dez filhos.

¹⁶⁶ Boa parte das informações sobre estas pessoas estão referidas neste capítulo e no capítulo 3, elas foram acrescentadas aqui com o objetivo de concentrá-las e analisar as trajetórias individuais.

¹⁶⁷ Ver, respectivamente, inventários de Bazilio Esteves da Costa, 1852, inventário de Pedro Victal da Silva, 1861, inventário de Dona Victoriana Francisca da Silva, 1872 e inventário de Miguel Archanjo de Oliveira, 1887. Neste tópico, todas as referências referem-se a estes processos.

Assim como temos uma significativa diminuição percentual da presença escrava nas fortunas dos abastados, o seu valor unitário oscilou sensivelmente durante o período analisado. Para exemplificar: temos que em 1852, José de nação Angola, com 22 anos de idade é avaliado em 400\$000 réis; em 1861, a variação é significativa, pois o crioulo Manoel Pitomba, com 23 anos, possui pouco mais de duas vezes e meia o valor de José (1:050\$000 réis); quase não há variação no decênio posterior, quando Terencio, com 28 anos, é avaliado em 1:250\$000 réis (1872). Em 1887, Grigorio, 24 anos, tem seu preço estipulado em 900\$000 réis, valor que supera em mais de duas vezes o da década de 1850. Outro fator a ser considerado, a variação do número de escravos legados também é significativa: passamos dos 63 escravos de Pedro Victal da Silva para tímidos 3 de Miguel Archanjo de Oliveira.

Do ponto de vista do gênero, temos que entre os quatro inventários analisados, o sexo masculino é predominante entre os indivíduos escravizados. Miguel Archanjo de Oliveira, com 3 escravos (100%); Dona Victoriana Francisca da Silva possuía 39 escravos (72,2%) e 15 (27,8%) escravas; seu esposo, falecido dez anos antes dela, possuía 38 (60,3%) homens e 25 (39,7%) mulheres em seu poder e Bazílio Esteves da Costa, com seus 27 (62,8%) homens e 15 (37,2%) mulheres, têm as escravarias mais equilibradas neste aspecto, mesmo assim com uma proporção homem/mulher bastante elevada em favor do primeiro grupo.

Ao longo da segunda metade do século XIX, Limoeiro permaneceu como uma área basicamente voltada para a produção de gêneros de subsistência, de criação de gado e de produção de algodão. Os inventários analisados demonstram que, de uma forma geral, as pessoas a que os processos se referem são pequenos produtores que, majoritariamente, levavam uma vida modesta, produzindo tanto para o consumo próprio, como também para o comércio interno. Trabalhadores escravos, terras, casas, animais mostram-se como os bens mais importantes naquela sociedade.

Nas duas primeiras décadas, economicamente forte, ao longo do período, principalmente a parte da década de 1870, a região perde parte de sua força econômica. Mesmo assim, durante todo o período, temos uma importante concentração de riqueza,

com os grupos intermediários da sociedade tendo participação considerável, tanto do ponto de vista número quanto do valor da riqueza.

CAPÍTULO 3 – ESCRAVIDÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX EM LIMOEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE INVENTÁRIOS *POST-MORTEM*

Neste capítulo, analisaremos mais detalhadamente o principal item da composição da riqueza dos inventariados limoeirenses: seres humanos escravizados. Nele, trataremos os aspectos demográficos (sexo, idade, origem, profissões), dos plantéis, de precificação, a partir da análise da presença destes em inventários, das transformações pelas quais passaram ao longo do período abarcado, sempre relacionando os diversos aspectos entre si.

Como observado no capítulo anterior, a fortuna empregada em escravos compunha a parte mais significativa dos valores deixados pelos inventariantes de Limoeiro na segunda metade do século XIX. A partir disso, concluímos que, naquela sociedade, no período observado, *ser rico significava ter escravos*. Ao mesmo tempo, aqueles que possuíam este tipo de riqueza puderam potencializar o aumento de seu patrimônio com o emprego de escravizados nas suas atividades econômicas, ou seja, *para ser rico era necessário ter escravos*. Neste capítulo, acompanharemos algumas das características da mão-de-obra escrava tendo em vista as informações presentes nos inventários.

A recorrência das informações coletadas sobre os escravos nos processos não é uniforme (**Tabela 3.1**). Devido às características das fontes, dos 372¹⁶⁸ escravos encontrados nos inventários, apenas dois apareceram sem a informação relativa ao preço¹⁶⁹. Assim como em relação ao preço, foi possível obter a informação no que diz

¹⁶⁸ Não contabilizamos “partes” de escravos, ou seja, aqueles indivíduos que, por força de divisão de fortuna, eram repartidos para mais de um herdeiro e, quando estes faleciam, eram mencionados em seus inventários somente a parte que lhes coube. Ver, por exemplo, o inventário de Nicolaó Alves Generaso, 1882, que tinha somente parte do valor da escrava Francisca, preta, de 30 anos e o inventário de Manoel Valentin de Almeida, 1863, que só possuía 666\$666 réis da escrava Theodora. Fizemos isso pensando principalmente no preço que não revelaria o valor real da avaliação daquele indivíduo, mas apenas de uma parte, o que traria imprecisão aos dados. Do total de escravos, muito provavelmente, alguns estão mencionados de forma repetida, ou seja, são mencionados na herança do pai, do filho e do neto, ou do marido e da esposa, sendo, com isso, contabilizados mais de uma vez.

¹⁶⁹ São eles Marcelino, de 25 anos e Juventina, de 20, ambos pertencentes aos bens do Capitão Romão Gomes d’Araújo e Silva, falecido em 1871, ficando forros “por disposição testamentaria”. Foram alforriados no momento da elaboração do processo de inventário por meio de instrumento de testamento

respeito ao sexo para a quase totalidade dos casos – não podemos saber o sexo de apenas “uma cria” que foi avaliada junto da mãe¹⁷⁰. Foi possível saber o sexo pelo nome ou pelo gênero – escravo ou escrava, cativo e cativa. No que concerne à idade, 295 indivíduos (79,3%) aparecem com esta informação. Com 61,02% dos casos, a origem dos escravizados é a quarta informação mais recorrente. Cor, estado conjugal e, principalmente, profissão aparecem em número pequeno de casos.

Tabela 3.1 – Variáveis concernentes aos escravos – quantidade		
	Quant.	%
Sexo	371	99,73
Preço	369	99,19
Idade	295	79,30
Origem	227	61,02
Cor	97	26,08
Estado conjugal	74	19,89
Profissão	30	8,06
Total geral	372	100
Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia		

Após esta visão sobre as informações que podemos coletar a partir das fontes, passaremos a analisar suas transformações ao longo período abarcado.

3.1 A posse de trabalhadores escravos em Limoeiro na segunda metade do XIX

Como se vê na observação da Tabela a seguir, ocorre crescimento da população escravo até a década de 1870, que concentra 37,1% dos escravos encontrados em Limoeiro (**Tabela 3.2**). No decênio seguinte, apenas 20 indivíduos escravizados foram inventariados. Este aumento da quantidade de indivíduos até os anos 1870 pode está

anexado, como era praxe. Ver inventário do Capitão Romão Gomes de Araújo e Silva, 1871. Resolvemos inserir as informações concernentes a estes trabalhadores, pois, quando da morte do inventariado, eles ainda pertenciam a categoria de escravizados, deixando de sê-lo apenas após seu falecimento. Compunham, portanto, sua fortuna.

¹⁷⁰ Falamos da “escrava Izabel, com idade vinte e dois anos com uma cria de um ano de idade”. Ver inventário do Capitão Romão Gomes de Araújo e Silva, 1871.

ligado ao aumento no número de processos encontrados. Como visto anteriormente, entre 1850 e 1870, a quantidade dos processos de inventários mais do que triplica (**ver tabela 2.1**), enquanto que os escravos tem um aumento de 9,8% de 1850 para 1860 e de 23,21% entre este e o decênio seguinte. Mesmo tendo um considerável aumento acumulado de 35,29% na quantidade de escravos entre 1850 e 1870, ele não acompanha o salto no número de processos.

Período	Quant.	%
1850-59	102	27,42
1860-69	112	30,11
1870-79	138	37,10
1880-89	20	5,38
Total geral	372 ¹⁷¹	100

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Uma série de razões podem ser levantadas para elucidar aquele aumento. É provável que a subida no número de processos seja a mais acertada, o que pode, inclusive, está ligado ao fato de que mais pessoas tinham condições de, com seus bens, ter a necessidade de abrir inventário. Porém, as circunstâncias advindas do tipo de atividade econômica desenvolvido na região podem ter contribuído: como vimos no capítulo anterior, a região estava ligada economicamente a produções voltadas para o mercado interno e de subsistência, além da produção de algodão, e, possivelmente, foi menos afetada pelas flutuações depressivas pelas quais passava a região de Alagoas e Pernambuco¹⁷², fazendo com que a mão-de-obra cativa permanecesse e não fosse

¹⁷¹ Devemos considerar que, a escravidão de Limoeiro não está abarcada na sua totalidade nos inventários aqui analisados, pois, como visto ao longo deste trabalho, por diversas razões, estes documentos não abarcam a totalidade da sociedade com bens. Sendo assim, os números apresentados ao longo deste trabalho dão conta de uma possibilidade e de parte dos escravos e de seus senhores envolvidos na escravidão de Limoeiro e não da totalidade deste contexto histórico.

¹⁷² Ver FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e República dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, em especial, pp. 153-5.

negociada para outras áreas com maiores possibilidades de retê-los¹⁷³. Como se verá ao longo deste capítulo, os nascidos no Brasil compunham a maior parte dos escravos de Limoeiro, o que possivelmente também contribuiu tanto para sua manutenção na região quanto para o crescimento desta população, mesmo com o fim do tráfico africano na década de 1850.

Deve-se destacar a acentuada queda da escravaria nos inventários da década de 1880 – apenas 20 pessoas escravizadas. É provável que a queda acentuada dos processos neste período – menos da metade do período anterior – tenha contribuído para este diminuto número. É crível também que as medidas tomadas pelo governo imperial e o contexto econômico do período – local e nacional – tenham tornado proibitiva, para alguns, a possibilidade de adquirir, ou mesmo de manter, em Limoeiro, trabalhadores escravizados, apesar de não anular totalmente a possibilidade da sua conservação por alguns. Passaremos a analisar alguns caracteres concernentes aos plantéis de escravos.

Tabela 3.3 – Razão de escravos por proprietários			
	Proprietários	Escravos	
Período	Quant.	Quant.	Razão
1850-59	6	102	17,00
1860-69	12	112	9,33
1870-79	24	138	5,75
1880-89	9	20	2,22
Total geral	51	372	7,29

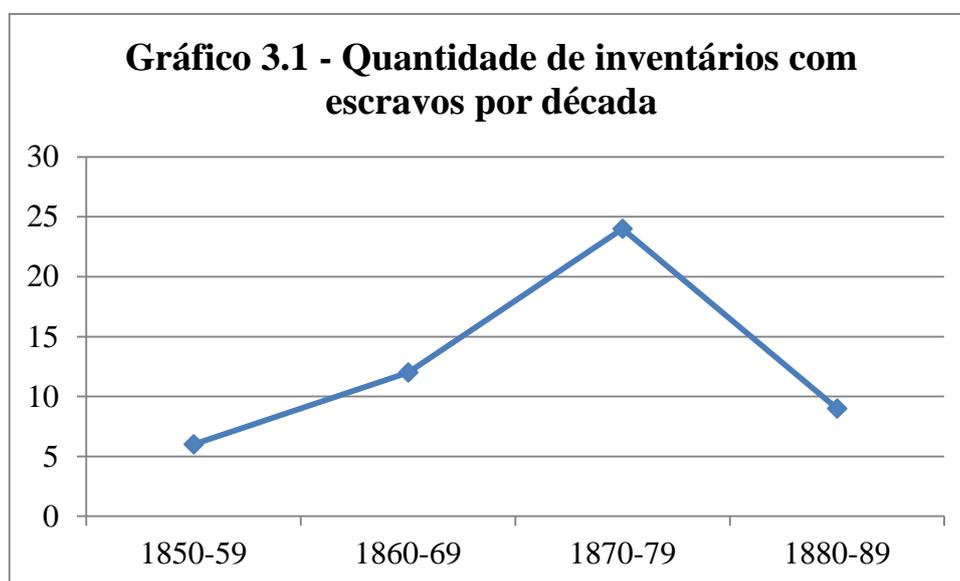
Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia

Inicialmente, ao analisarmos as razões de escravos por inventário, os dados mostram um cenário diverso do até agora descrito (**Tabela 3.3**). Aqui, este dado encontra-se em declínio constante ao longo do período, passando de uma razão de 17 escravos por inventários para apenas 2,22 nos dois extremos cronológicos, ou seja, em 1880, a razão de escravos por inventário era menos de 13% do foi que em 1850. Mesmo assim, a oscilação negativa difere entre os períodos. Da mesma forma com o que ocorreu ao total de escravos, o maior percentual de queda da razão de escravos se deu

¹⁷³ Ver GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. In: *Afro-Ásia* – Revista de História. N. 27. Salvador: UFBA, 2002, pp. 121-160.

entre 1870 e 1880, quando este número diminuiu em 61,74%. Ainda que significativa, a menor queda na razão de escravos ocorre entre 1860 e 1870, diminuição de 38,17%.

No geral, percebemos que os plantéis de cativos de Limoeiro vistos a partir dos inventários são pequenos – pouco mais de 7 escravos por inventário –, sendo a maioria de seus proprietários possuidores de pequenos a médios plantéis. Como veremos adiante, isso não impediu que houvesse grande concentração de escravos nas mãos de alguns senhores, assim como ocorreu em relação à renda.

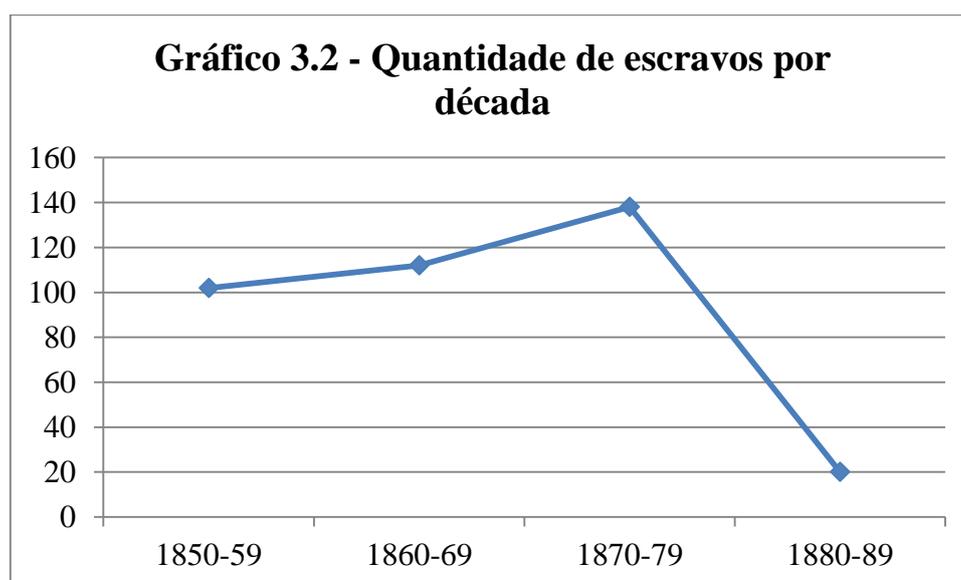


Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Mesmo apresentando a maior quantidade de escravos em relação aos demais períodos, a década de 1870 não possui as maiores razões. Como vimos, há um crescimento na quantidade de escravos e no número de processos de inventários com a presença de escravos até a década de 1870 – numa curva bastante próxima –, o inverso ocorre com as razões de escravos que, durante todo o período, oscilam negativamente (**Gráficos 3.1, 3.2, 3.3**).

Bazilio Esteves da Costa, quando faleceu em junho de 1852, possuía 42 escravos, um dos maiores escravocratas entre os analisados neste trabalho, colocando-o

bem acima das razões geral e da década¹⁷⁴. Num contraste esclarecedor, temos Dona Rita Francisca do Espírito Santo, com inventário nos anos 1880, possuidora de apenas uma escrava, a preta Jenoveva, de 41 anos¹⁷⁵. Os dois senhores ilustram momentos distintos vivenciados pela sociedade em questão: no intervalo que separa seus óbitos, a economia de Limoeiro ganhou impulso na década de 1860, principalmente até meados dos anos 1870, quando, ao longo destes, começou a regredir, caindo no ostracismo na década em que foi aberto o inventário de Dona Francisca do Espírito Santo. Estas flutuações econômicas tiveram impacto expressivo na posse dos trabalhadores escravizados – o que as quantidades significativamente distintas possuídas por estes dois senhores só vem ilustrar –, tornando a possibilidade de sua detenção restrita e, como veremos, diminuindo a quantidade de senhores que os possuíam.



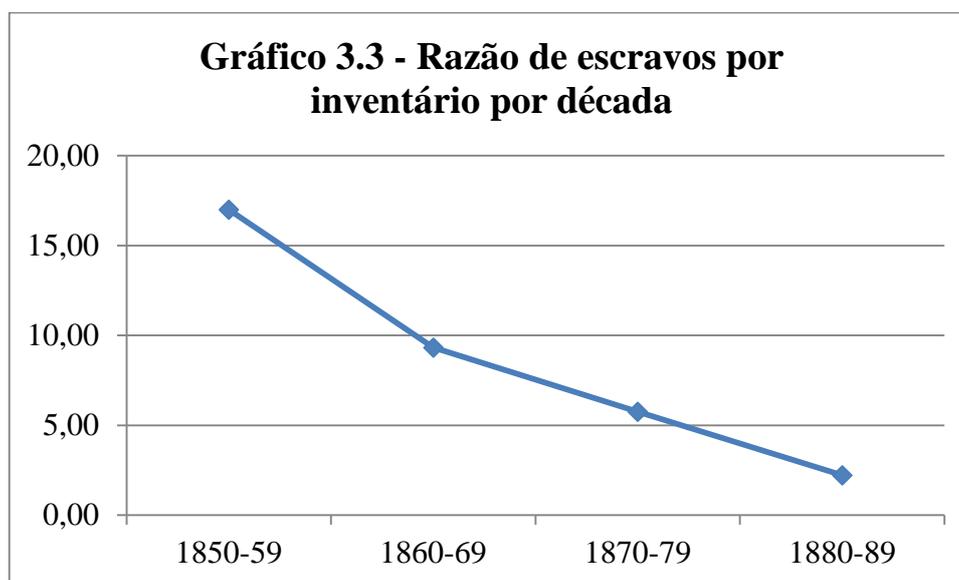
Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Tendo em vista a posse de escravos, a análise dos dados dos inventários mostra os proprietários de escravos formavam a maioria das pessoas que foram inventariadas em Limoeiro, ao longo da segunda metade do século XIX, mostrando que,

¹⁷⁴ Ver inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852.

¹⁷⁵ Ver inventário de Dona Rita Francisca do Espírito Santo, 1882. Falecida em 25 de fevereiro de 1879, só teve inventário aberto no mesmo mês de 1882.

no caso do grupo de pessoas abarcado pelos inventários, a escravidão estava significativamente espalhada (**Tabela 3.4**). No geral, possuíam escravos pouco mais 70% dos inventariados, destes as mulheres eram maioria, com 54,9%, confirmando o dado relativo ao número total de inventariados, entre os quais também as mulheres ultrapassavam os homens. Dos vinte e um que não possuíam escravos, temos apenas um na década de 1850 (14,28% do total de inventariados da década), sete nos anos 1860 (36,84% do total de inventariados da década), quatro nos anos 1870 (14,28% do total da década¹⁷⁶) e outros nove na década de 1880 (exatos 50% do total de inventariados da década), com os homens somando percentual de 57,14% dos não-escravistas. Os taxas de inventários sem escravos são 4,76%, 33,33%, 19,05% e 42,86%, respectivamente nas décadas de 1850, 1860, 1870 e 1880. Na década de 1880, a utilização de trabalhadores escravizados, que, mesmo sendo importantes do ponto de vista do valor no inventário, tornava-se, cada vez mais, inacessível para boa parte da população.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Inserir-se entre os não possuidores, com situação bastante distinta do nível geral da década, a inventariada Anna Joaquina das Chagas, que morreu em setembro de 1854, possuindo algumas ferramentas agrícolas, onze cabeças de gado e quatro cavalos, além

¹⁷⁶ Os percentuais de inventários sem escravos das décadas de 1850 e 1870 são realmente coincidentes.

de uma casa de telha e taipa na beira do Rio das Cruzes, mas nenhum escravo¹⁷⁷. Seus bens foram avaliados em 295\$000 réis, ainda a serem abatidos de uma dívida passiva de 42\$780 réis. Mesmo sendo casada e contando com a presença dos mais velhos dos cinco filhos em idade produtiva e solteiros – Manoel, com 18 e Eugenia, com 16 anos –, a falta da propriedade escrava pode ter diminuído as possibilidades de construção de fortuna por este grupo familiar. Ao mesmo tempo que somava-se aos demais itens da fortuna na composição do espólio, ao longo da vida do inventariado, a exploração do trabalho do bem mais valorizada da época também permitia o acúmulo de novos componentes de riqueza, fazendo com que os não detentores de sua posse tivessem chances reduzidas no contexto econômico em questão. Encontrava-se nesta situação, André da Piedade Ursulino que, falecendo na década de 1880, deixou viúva Antonia Maria Brasida, junto com a qual tinha sete filhos¹⁷⁸. Formavam seus bens dois tachos de cobre, um jogo de baús, uma casa provavelmente de morar e outra de fazer farinha e seis partes de terras em diversos sítios da região. Infelizmente, para eles, não constituía parte de seu espólio trabalhadores, o que fez com que todos esses bens importem em apenas 444\$500 réis, valor inferior à razão de preço de um escravo para a década.

Tabela 3.4 – Proprietários e não-proprietários de escravos por sexo

	Proprietários		Não-proprietários		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Homens	23	45,10	12	57,14	35	48,61
Mulheres	28	54,90	9	42,86	37	51,39
Total	51	70,83	21	29,17	72	100

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

No sentido oposto aos dos inventariados referidos no parágrafo findo, o capítulo 2 mostrou que poucas pessoas detinham substancial parcela da riqueza presente nos inventários, deixando transparecer uma sociedade consideravelmente desigual. Em parte, isso é explicado pela vultosa concentração de escravos nas mãos de poucos indivíduos, pois, devido ao seu valor elevado, este tipo de bem representava mais de 60% do total da riqueza inventariada (**Tabela 2.9**). Podemos ilustrar tal fato observando

¹⁷⁷ Ver inventário de Anna Joaquina das Chagas, 1854.

¹⁷⁸ Ver inventário de André da Piedade Ursilino, 1884.

a quantidade de escravos possuídos pelos grupos de senhores que formavam as diferentes faixas de plantéis (**Tabela 3.5**). Os 4 indivíduos com 20 ou mais escravos representam apenas 7,84% dos 51 proprietários de escravos. Possuíam, no entanto, 42,74% dos escravos arrolados nos inventários, percentual superior ao das três primeiras categorias de proprietários, concentradores de mais de 80% destes indivíduos e de apenas 36,02% dos escravos. Expressiva parcela de escravos também está entre aqueles indivíduos com 10 a 19 escravos: 6 escravistas (11,76% dos proprietários de escravos) com 79 cativos (21,24% dos trabalhadores escravos). Os pequenos plantéis – de 1 a 4 escravos – continham em si a maioria dos senhores de escravos (58,82%), que possuíam apenas 17,74% dos trabalhadores escravizados, número que mais do que dobra (39,52%) quando se observa os possuidores de médios plantéis – 5 a 19 escravos. Sendo assim, conclui-se, inescapavelmente, que mesmo numa sociedade cuja organização econômica em grande parte estava voltada para a produção de subsistência e de algodão e criação de gado, o bem que dava a tônica da riqueza era altamente concentrado nas mãos de poucos indivíduos: dez (19,61%), de cinquenta e um indivíduos, possuidores de 238 (63,98%) escravos, enquanto que quarenta e um proprietários (80,39%) detinham os demais 134 (36,02%) escravos. Possibilitando, por sua vez, a convergência geral da riqueza entre estas pessoas.

Tabela 3.5 – Quantidade de escravos por faixa de tamanho de plantel				
Plantéis ¹⁷⁹	Proprietários		Escravos	
	Quant.	%	Quant.	%
1	11	21,57	11	2,96
2 a 4	19	37,25	55	14,78
5 a 9	11	21,57	68	18,28
10 a 19	6	11,76	79	21,24
20 ou mais	4	7,84	159	42,74
Total	51	100	372	100,00

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia

¹⁷⁹ As duas primeiras categorias – **1** e **2 a 4** – referem-se aos pequenos proprietários de escravos. As duas seguintes – **5 a 9** e **10 a 19** – abarcam os proprietários com plantéis médios. A última – **20 ou mais** – envolve os grandes proprietários de escravos. Esta categorização levou em conta a realidade da sociedade em análise, mostrada a partir das fontes que ora analisamos.

Nos utilizaremos, mais uma vez do proprietário Bazilio Esteves da Costa, uma das maiores fortunas de Limoeiro, somando quase quinze contos de réis, 74,81% dos quais estavam empregados em seus 42 escravos¹⁸⁰ que, por sua vez, perfaziam 11,29% de todos os cativos arrolados nos inventários utilizados na pesquisa. Enquanto isso, quando morreu em outubro de 1872, Maria Fellipe da Conceição deixou treze filhos e apenas cinco escravos, entre eles Dominga, Catharina e Sebastião que tinham, respectivamente, 11, 5 e 3 anos¹⁸¹. Seus escravos formavam 77,59% do valor de seus bens e eram, no entanto, apenas 1,34% dos escravos presentes nos inventários em apreço. Percentual menor ainda tinha Joaquim Roberto da Silva que possuía entre os bens de seu patrimônio dois escravos: a crioula Felicidade, de 25 anos e africano Domingos, de 40 anos¹⁸². A parcela do valor dos escravos na composição da fortuna deste inventariado era de pouco mais de 70%, muito próximo do Esteves da Costa, porém, os dois representavam apenas 0,54% dos escravos inventariados nos processos em análise. Percebe-se, assim, que os escravistas citados, mesmo fazendo parte de grupos distintos de posses escravas, concentravam boa parte do valor de sua fortuna em trabalhadores.

Tabela 3.6 – Quantidade de escravos por faixa de tamanho de plantel por década

Período		1	2 a 4	5 a 9	10 a 19	20 ou mais
1850-59	Plantéis (%)	16,67	16,67	-	33,33	33,33
	Escravos (%)	0,98	3,92	-	22,55	72,55
1860-69	Plantéis (%)	8,33	50,00	25,00	8,33	8,33
	Escravos (%)	0,89	13,39	18,75	12,50	54,46
1870-79	Plantéis (%)	20,83	29,17	33,33	12,50	4,17
	Escravos (%)	3,62	14,49	34,06	30,43	17,39
1880-89	Plantéis (%)	44,44	55,56	-	-	-
	Escravos (%)	20,00	80,00	-	-	-

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia

O agrupamento de escravos entre os proprietários mostrou-se diferenciado quando o analisamos ao longo das décadas (**Tabela 3.6**). Em termos percentuais, os

¹⁸⁰ Ver inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852.

¹⁸¹ Ver inventário de Maria Fellipe da Conceição, 1872.

¹⁸² Ver inventário de Roberto da Silva, 1863.

maiores plantéis – 20 ou mais escravos – perdem participação ao longo do período em análise: enquanto que nos anos de 1850 este grupo de senhores concentra 33,33% dos proprietários e 72,55% dos escravos, seu número declina bastante nas décadas seguintes, tanto num quanto noutro dado, até que, juntamente com plantéis classificados como médios, desaparecem totalmente no final do período em análise. Os plantéis relacionados como pequenos – 1 a 4 escravos – seguem o sentido inverso da curva: por década, entre 1850 e 1880, sua participação no total de escravos é de 4,9%, 14,29%, 18,12% e 100%.

Os anos 1870 parecem ser o ponto de inflexão da economia de Limoeiro. Pelo menos a análise ora empreendida indica. Enquanto que a concentração de escravos nas mãos dos maiores plantéis decresce entre 1850 e 1880, as demais categorias aumentam sua participação neste tipo de riqueza, sendo que na década de 1860, os grandes senhores de escravos possuíam mais da metade dos escravos, sua participação cai para 17,39% em 1870¹⁸³, o que faz com que, nesta década, os indivíduos que detinham entre 1 e 9 escravos possuíssem 52,17% dos cativos, apesar de continuar uma riqueza fortemente concentrada nas mãos de poucos.

Na década de 1880, a ausência de plantéis a partir do corte de 5 ou mais escravos, mostra-nos outro indício do que estamos verificando no trabalho como o declínio da sociedade escravista ao longo do período abarcado, principalmente a partir da segunda metade da década de 1870, acentuando-se de forma vertiginosa na seguinte. Os inventários analisados mostram que, neste período final, não era mais possível aos senhores de escravos de Limoeiro possuir escravarias além de quatro indivíduos. Provavelmente, como vimos argumentando, isto estivesse ligado às circunstâncias econômicas gerais da sociedade brasileira, em especial aos rumos do que concerne à “questão servil”.

Depois desta análise geral sobre as posses escravas de Limoeiro, dedicaremos o restante do capítulo para sopesarmos algumas características dos indivíduos escravizados.

¹⁸³ Para ilustrarmos ainda mais esta conjectura de baixa, verifica-se que, enquanto nos anos 1850, 7,2 em cada 10 escravos estavam nas mãos dos grandes proprietários, nos anos 1860, este número cai para 5,4 em cada 10 e decresce acentuadamente durante a década de 1870, quando chega em 1,7 em cada 10.

3.2 Características dos escravos de Limoeiro na segunda metade do século XIX

Somando-se todos os escravos observados nos inventários das quatro décadas, os homens formam a maioria dos indivíduos escravizados em Limoeiro: 212 daqueles para os quais foi possível obter esta informação são do sexo masculino (**Tabela 3.7**). A razão de sexo (também chamada de razão de masculinidade)¹⁸⁴ de 133,33 aproxima-se de outras áreas escravistas com características de subsistência econômica, entre elas Bonfim do Paraopeba (MG), em 1831, com razão de sexo de 138¹⁸⁵, Franca (SP), em 1836, com 134¹⁸⁶. Este dados são reveladores de que o tráfico de escravos africano, apesar de extinto no começo do período em análise teve interferência sobre a população cativa da região. Demonstram também que, mesmo em áreas agrícolas não voltadas para o mercado externo a escravidão e o tráfico de escravos conseguiram penetrar. Dizemos isso, pois a superioridade numérica masculina estava relacionada ao fato de que os homens em idade produtiva serem os preferidos dos comerciantes de escravos europeus e brasileiros, assim como daqueles residentes na África, o que dava determinadas características à população escrava do Brasil: maior número de homens entre os indivíduos transportados da África¹⁸⁷.

¹⁸⁴ O dado razão de sexo tem por objetivo verificar a relação entre as quantidades de indivíduos de cada sexo em uma determinada população e é calculada a partir da seguinte fórmula: $RaSe = (N^{\circ}Ho / N^{\circ}Mu) / 100$. Sendo **RaSe** a razão de sexo, **N^oHo** o número de homens e **N^oMu** o número de mulheres. **100** é o coeficiente de divisão. Em relação ao resultado, **RaSe** igual a 100 significa igualdade de indivíduos de ambos os sexos. Quanto mais distante de 100 for a **RaSe**, há mais concentração de determinado gênero. Sendo que, **RaSe** com resultados inferiores a 100 significam maior presença de mulheres e **RaSe** com resultados superiores a 100 significam maior presença de homens. Para a fórmula, ver SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste século XIX**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011, p. 83.

¹⁸⁵ PEREIRAS, Cláudia Eliane; MARTINEZ, Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX**. Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, p. 61

¹⁸⁶ CUNHA, Maíse Faleiros da. senhores e escravos: uma análise transversal. In: **Centro de Documentação e pesquisa de História dos Domínios Portugueses**, p. 375. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Senhores-e-escravos-Uma-an%C3%A1lise-transversal-Ma%C3%ADsa-Faleiros-da-Cunha.pdf>. Acessado em: 2 de março de 2015.

¹⁸⁷ Sobre as características do tráfico atlântico, na África e na travessia, ver FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). IN: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial: volume 1 (ca. 1443-ca. 1580)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Homens	%	Mulheres	%	Total	Razão de sexo
212	57,14	159	42,86	371	133,33

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

A observação da razão de sexo por década dá ainda sinais maiores de que o desarticulação do tráfico de escravos africanos interferiu sobremaneira nas características da população escrava de Limoeiro, pois quanto mais nossa análise se distânciava em termos temporais do fim do tráfico de escravos, ocorrido em meados da década de 1850, menor a distância entre as quantidades de homens e mulheres se mostra (**Tabela 3.8**). Ou seja, quando o comércio deixa de ser a regra na reposição dos trabalhadores escravizados e a reprodução natural torna-se predominante, a razão de sexo dos escravos tende ao equilíbrio. Os dados revelam que, ao longo do período em análise, ocorre diminuição da diferença entre homens e mulheres, saindo de uma razão de sexo de 191,43 em 1850 – quase o dobro de homens –, para o nível de igualdade no decênio de 1880. Este fato ocorre mesmo havendo acréscimo no número de homens até a década de 1870 – em termos percentuais, esta população cresce 6,94%. No entanto, o percentual de mulheres salta: elas são 35 nos anos 1850 e chegam a 65, na década de 1870 – neste caso, crescimento de 85,71%. Fazem parte deste aumento, a escravinha Maria, parda, com 4 anos, filha dos também escravos Thomas, preto de 27 anos e Serafina, parda, de 20 anos¹⁸⁸. Ainda ilustrativo deste mudança, são os cinco filhos da escrava Maria e de pai desconhecido, três homens e duas mulheres, todos cabras, com idades entre quatro meses e seis anos¹⁸⁹. Nos dez anos seguintes, o número de homens e de mulheres se iguala, demonstrando que os efeitos do tráfico atlântico foram sentidos por aquela sociedade no período em que este vigorou e, ao mesmo tempo, que as regiões distantes das áreas de produção voltadas para a exportação também dispunham de condições que possibilitavam a utilização do trabalho escravo, tanto crioulo quanto africano. Os cativos Jose, preto, de 38 e sua esposa Joaquina, cabra, de 40 anos, únicos escravos de Manoel Jose da Costa exemplificam esta situação de igualdade entre os

¹⁸⁸ Ver inventário de João da Rocha Cavalcante, 1874.

¹⁸⁹ Ver inventário de Joaquim Ferreira de Jesus, 1862.

sexos, possibilitada pela reprodução natural, pela cessação do tráfico atlântico, impossibilitando a compra de escravos de outras áreas¹⁹⁰.

Período	Homens	Mulheres	Razão de sexo
1850-59	67	35	191,43
1860-69	63	49	128,57
1870-79	72	65	110,77
1889-89	10	10	100
Total	212	159	133,33

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Juntamento com os dados anteriores sobre a posse cativa, estes possibilitam-nos concluir que a escravidão estava presente no âmago da sociedade estudada, perpassando por todas as áreas e sendo bastante difundida, mesmo nos grupos sociais cujas condições materiais os inseriam nos estratos mais baixos. Ao longo do tempo, no entanto, se tornou cada vez mais difícil a obtenção e a manutenção de escravos e os efeitos do fim do tráfico foram sentidos e possibilitaram a mutação de diversas características: dos possuídores assim como dos possuídos.

Plantéis	Homens		Mulheres		Total		Razão de sexo
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
1	6	54,55	5	45,45	11	100	120,00
2 a 4	25	46,30	29	53,70	54	100	86,21
5 a 9	32	47,06	36	52,94	68	100	88,89
10 a 19	43	54,43	36	45,57	79	100	119,44
20 ou mais	106	66,67	53	33,33	159	100	200,00
Total	212	57,14	159	42,86	371	100	133,33

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

¹⁹⁰ Ver inventário de Manoel Jose da Costa, 1881.

Acrescentando informações à nossa análise sobre o sexo dos cativos, podemos perceber que haviam diferenças substanciais quando dividimos os homens e as mulheres por tamanho de plantel (**Tabela 3.9**). Ao analisarmos cada nível de plantel, os dados mostram-se diversos: entre os maiores proprietários temos o dobro de homens para mulheres, os indivíduos do sexo masculino também são maioria naqueles plantéis com um cativo e entre aqueles proprietários que possuem entre 10 e 19, com razões de sexo praticamente iguais. Enquanto que para aqueles proprietários com 2 a 4 e 5 a 9 escravos os indivíduos do sexo feminino estão em maior número, com razões de sexo de 86,2 e 88,88, respectivamente, próximas da igualdade, portanto. Os seis escravos pertencentes a Maria Luisa da Silva, falecida em fevereiro de 1870, nos mostram os efeitos da reprodução natural: quatro deles Sebastiana, 18 anos, Clemente, 15[?] anos, Bartholomeu, 8 anos e Luisa, de apenas 3 anos, são filhos de Antonia, com 40 anos, que também pertence à mesma senhora, e frutos, portanto, da reprodução interna de escravos¹⁹¹. Completa o plantel de Luisa da Silva, a africana Theresa, com 60 anos, que, apesar de não haver menção, poderia ser mãe de Antonia, formando um plantel quase totalmente de escravos brasileiros e nascidos fruto de escravos pertencentes ao mesmo grupo. Com características diversas, temos os quinze escravos de Dona Anna d'Anunciação e Silva, dos quais dez são homens, com idades entre dez e trinta e nove anos¹⁹². Mesmo não havendo alusão explícita a cativos nascidos de mulheres do próprio plantel, pelas idades de alguns e pela menção à palavra “orphão” – os crioulos Limão, de 10 anos e Felicia, de 6 anos são assim descritos –, provavelmente, existiam rebentos, sendo pouco provável que esta senhora resolvesse adquirir tantas crianças por meio da compra¹⁹³, pois, nas suas idades, seriam um investimento custoso e de retorno demorado.

¹⁹¹ Ver inventário de Maria Luisa da Silva, 1870.

¹⁹² Ver inventário de Dona Anna d'Anunciação e Silva, 1875. Entre os escravos deste processo, temos dois africanos: Luiza, de 43 anos e José, de 39 anos. Só pelas idades podemos inseri-los entre os escravos contrabandeados ilegalmente para o Brasil, pois nasceram em 1833 e 1936, respectivamente, período em que vigorava legislação proibitiva deste tipo de tráfico. Ver nota 221, deste capítulo. Para uma discussão a respeito ver CHALHOUB, Sidney. Op. cit. MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA; Silvia H.; MENDONÇA, Joseli M. N. (orgs.). **Direitos e justiça no Brasil**. Ensaios de história social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

¹⁹³ São elas: Miguel, crioulo, de 13 anos, João, conhecido por Jozé Pam, de 12 anos, Sebastiana, crioula, de 11 anos, Angela, crioula, com 14 anos, Antonio, de 11 anos, além dos dois órfãos já mencionados.

Os dados demonstram que os maiores proprietários de escravos tinham condições superiores para obter e/ou manter o escravizado do sexo masculino que era, por sua força física maior em relação às cativas, na maioria dos casos e na maior parte do período, mais valorizado para as funções desempenhadas na agricultura e na pecuária que, como visto no capítulo anterior, a partir dos dados dos inventários, mostraram-se como os tipos de atividades econômicas majoritariamente praticados na sociedade em questão.

Entre os grupos de idade¹⁹⁴, em todas as categorias, os homens são maioria (**Tabela 3.10**). O grupo de escravos com 50 anos ou mais possuía razão de sexo bastante elevada, o que corrobora o entendimento que estamos construindo de que os efeitos do tráfico atlântico foram de alguma forma sentidos em Limoeiro, tanto durante sua existência, como após o seu fim, pois, era de se esperar – como veremos adiante – que, por terem deixado de entrar no Brasil ao longo dos anos 1850, os africanos escravizados aqui existentes tivessem idade proporcionalmente maior à dos escravos brasileiros que, pelo menos até 1871, ainda nasciam. Aqueles escravos mais velhos são resquícios de quando ainda era possível trazer escravos da África e seus compradores poderiam optar entre os trabalhadores de sua preferência. Quando o tráfico cessa e se torna mais complicado buscar escravos no mercado, a reprodução natural faz com que, ao longo do tempo, as quantidades de escravos por sexo se tornem parecidas.

¹⁹⁴ Os critérios utilizados para os recortes relativos aos grupos de idade levaram em consideração os argumentos presentes em alguns trabalhos sobre a escravidão que levam em consideração esta questão, ver, por exemplo, GARAVAZO, Juliana. Op. cit., 2006, página 151 e seguintes, MATOSO, Kátia de Queirós. Op. cit., 1988, MAUPEOU, Emanuele Carneiro. **Cativeiro e cotidiano num ambiente rural**. Sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Recife: 2008. Grosso modo, por estes trabalhos, é possível afirmar que, de 0 a 14 anos, os escravos estavam num período de transição entre a tenra infância e a preparação para o trabalho, necessitavam de treinamento por parte dos adultos, tanto escravos quanto livres, para o desempenho de atividade futura, seu valor, portanto, na sua maior parte, era dado num “por vir”. Entre 15 e 49 anos, os cativos passavam pela plena forma física e estavam no auge das suas atividades produtivas, mesmo que, nos últimos anos dez ou quinze anos, comessem a perdê-las, neste período, a maior parte do valor dos escravos era dado “em si”. Aqueles com 50 ou mais, formando o grupo dos velhos, quando começavam a perder sua forma física e a produzir menos, *ainda* tinham valor “em si”, mas boa parte dele já havia sido dado. Entendemos que estamos falando de uma situação ideal e que, quando analisamos os dados reais, as variações das avaliações podem ocorrer.

Tabela 3.10 – Quantidade de escravos por grupos de idade e sexo (%)

Faixa de idade	Homens		Mulheres		Total		Razão de sexo	Razão de idade ¹⁹⁵
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		
0 a 14 anos	55	32,93	52	40,00	107	36,03	105,77	6,97
15 a 49 anos	89	53,29	64	49,23	153	51,52	139,06	29,42
50 ou mais	23	13,77	14	10,77	37	12,46	164,29	62,00
Total	167	100,00	130	100,00	297	100,00	128,46	25,39

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

No geral, a idade média¹⁹⁶ de 25,39 anos aponta para uma escravaria bastante jovem e no auge de sua idade produtiva. A isto se soma o fato de que a maioria dos escravos pertencia ao grupo entre 15 e 49 anos, formando 51,52% do total. As crianças¹⁹⁷ e jovens na transição para a idade produtiva – 0 a 14 anos – formavam o outro grupo com significativa presença: mais de um terço dos escravizados anotados nos inventários pertenciam a esta faixa de idade. Devido às características das fontes utilizadas não é possível seguir a trajetória individual dos escravos, mas, é quase certo que alguns ou muitos dos escravos deste grupo de idade que, possivelmente, ainda viveriam alguns anos permanecessem até o término de seu cativeiro ou de suas vidas – para alguns, ambos os lances ocorriam concomitantemente – em Limoeiro, possibilitando a manutenção/reprodução da escravidão nesta região. Juntos, os escravos entre 0 e 49 anos somavam praticamente 88% do total destes trabalhadores cujas idades

¹⁹⁵ A razão de idade foi calculada pelo resultado da soma de todas as idades mencionadas dos escravos dividido pelo quantidade de escravos com esta informação.

¹⁹⁶ A informação relativa à idade de alguns escravos que foram arroladas a partir de 1871, quando a conhecida Lei do Ventre Livre obrigou os senhores a matriculá-los, era seguida de “quando da matrícula” ou coisa que o valha. Ver, por exemplo, o inventário do Capitão Francisco das Chagas e Silva, proprietário do escravo Domingos, com 45 anos, em 11 de julho de 1872, data da sua matrícula. Seis anos depois, quando foi aberto o inventário do seu senhor, em setembro de 1878, tinha, portanto, 51 anos. Em casos como o citado, e quando possível, somamos a idade informada no inventário com o tempo transcorrido da elaboração da matrícula até a data do processo, como no exemplo. Todas as vezes que mencionarmos a idade de escravos neste trabalho, levamos em consideração as observações feitas nesta nota.

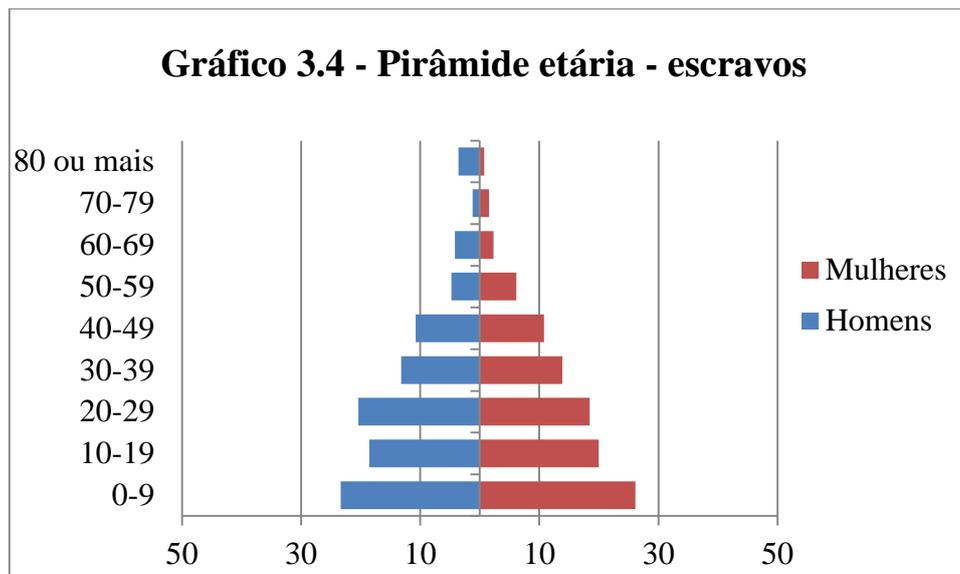
¹⁹⁷ Algumas eram recém-nascidas: por exemplo, a escrava Maria, com 8 meses de vida, sendo filha da escrava Francisca, crioula, de dezoito anos, ambas pertencentes ao tenente Francisco Mendes da Silva. Ver inventário do Tenente Francisco Mendes da Silva, 1860. Ainda mais jovem e já experimentando as agruras do cativeiro é outra Maria, de mãe homônima: quando da assentada dos bens de Pedro Victal da Silva, em 15 de fevereiro de 1862, tinha apenas 40 dias de nascimento. Ver inventário de Pedro Victal da Silva, 1861.

foram identificadas. Escravos mais velhos¹⁹⁸ perfaziam menos de um oitavo daqueles com idades mencionadas.

Os companheiros de cativo Jeronimo, Antonio Carcereiro, Miguelina e Messias, de 28, 20, 25 e 22 anos, respectivamente, ilustram bem as expectativas e o valor que se originavam nos escravos: o primeiro oficial de sapateiro – único indivíduo com esta profissão entre os escravos inventariados; o segundo é provável que desempenhasse as funções que o seu nome sugere; as duas últimas são exemplos das muitas sem profissão especificada presentes nos inventários analisados, provavelmente agricultoras, domésticas ou desempenhassem tarefas ligadas aos cuidados com o gado – ao que parece, a principal atividade econômica de sua senhora¹⁹⁹. Passando de um conto de réis cada indivíduo, seus valores são os maiores entre os 14 escravos avaliados no inventário, que, somados, formam mais de 70% da fortuna legada pela senhora. Exemplificando que, escravos nesta faixa de idade, pelas atividades que desempenhavam, favoreciam avaliações com altos valores e, em consequência, se esperava deles maiores retornos para quem os possuísse a partir da partilha. Cativos jovens e em plena forma física significavam para os senhores mais alguns anos de desempenho de atividades produtivas e, ao mesmo tempo, aumento do tempo de vida da escravidão na região.

¹⁹⁸ Alguns com até 80 ou 90 anos: é o caso da africana Catharina, com 80 anos, escrava do já mencionado Victal da Silva. Ver inventário de Pedro Victal da Silva, 1861. Sua esposa, Dona Victoriana Francisca da Silva, também escravizava dois africanos nos idos dos seus 80 anos: Manoel velho e Jose Catucá. Ver inventário de Dona Victoriana Francisca da Silva, 1872. Uma década mais velho, com 90 anos, o africano Manoel Antonio ainda era escravo, sendo avaliado em 20\$000 réis, menos de 2% dos 1:100\$000 réis de valor do seu companheiro de cativo Aleixo, crioulo, de 32 anos. Ver inventário de Roberto da Ressureição e Silva, 1861. Como são números arredondados, é provável que as idades destes idosos não fossem precisas, podendo variar para mais ou para menos.

¹⁹⁹ Ver inventário de Dona Maria Barbosa de Oliveira, 1862. Para alguns outros esclarecimentos sobre o caso deste senhora, ver 249, neste mesmo capítulo.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

A análise da pirâmide etária dos escravos arrolados nos inventários mostra que a reprodução natural da escravaria ocorria fortemente e possibilitava o avançar no tempo da instituição escravista, mesmo após o fim do abastecimento africano (**Gráfico 3.4**). Aqui, fizemos um recorte mais pormenorizado nas idades dos escravos, dividindo-os de dez em dez anos. As crianças de ambos os sexos com até nove anos são maioria. Se ao seu número acrescentarmos os dados dos demais escravos com até 39 anos, teremos uma população bastante significativa: os homens formam 75,45% e as mulheres somam 78,46%. Para ambos os sexos, é perceptível a queda nos percentuais na transição entre os escravos com até 9 anos e os escravos entre 10 e 19: os números destes últimos são praticamente iguais aos daqueles com 20 a 29 anos, no caso específico dos homens, inclusive, sendo inferiores. A observação indica que os escravinhos estavam submetidos a condições que tornavam sua existência perigosa, causando o falecimento de muitos deles e impossibilitando a passagem de uma faixa de idade para outra.

Da maneira como se mostra, a pirâmide apresentada pode indicar mais algumas coisas. Primeiro, uma população com baixa expectativa de vida, sendo que seus membros mais idosos (com 50 anos ou mais) são pouco expressivos – homens, 13,77% e mulheres, 10,77% –, levando-nos a crer que as condições de vida a que esta população era submetida tornassem complicada sua existência além dos 50 anos, assim como

ocorria com as crianças. Refeições desregradas, jornadas de trabalhos estafantes, condições higiênicas ruins, pouco ou nenhum acesso a assistência médica. Tudo isso poderia contribuir para o desenvolvimento de problemas de saúde que, com a velhice, tornavam a vida da pessoa escravizada curta. Para esta baixa participação dos idosos na pirâmide etária também deveria contribuir as fugas, as vendas e as alforrias compradas pelos próprios escravos ou por terceiros ou aquelas concedidas pelos seus donos, que, neste último caso, para os escravos mais velhos, poderia significar o prêmio dado por uma senhor que retribuía a prestação de serviços ao longo de uma vida e/ou a ação fria de livrar-se de uma despesa que pouco contribuía para sua riqueza.

Contraditoriamente, a pirâmide também exhibe uma população em processo de autoreprodução, com percentuais elevados de crianças²⁰⁰, que tinham a possibilidade de se tornarem escravos adultos e produtivos, e de jovens (até 29 anos), contribuidores tanto para a produção econômica propriamente dita, já que estava em idade de desempenhar suas atividades, como também para angariar novos membros a comunidade dos cativos através de nascimentos – até, pelo menos, 1871, quando o Império liberta, com uma série de critérios, os filhos das escravas nascidos a partir de então. Reunindo quase 60% do valor dos bens do processo em que foram incluídos, a crioula Maria e sua prole, pertencentes a Dona Pastora Maria de Jesus Lima, desenham bem esta situação²⁰¹. Na data de sua avaliação, em julho de 1854, com 35 anos, a cativa e mãe de três escravos possivelmente ainda teria a contribuir para o aumento tanto da escravaria – através da reprodução natural – quanto da riqueza de sua senhora – por meio do trabalho. Ao mesmo tempo, seus filhos, os “mulatinhos” Manoel, de 12 anos e Domingos, com 4 anos e a “escravinha” Izabel, mulata, de 10 anos, possivelmente, pelas suas idades, já começavam a terem traçadas suas vidas pelo trabalho para construir a riqueza de seus senhores, até, certamente, os 30 ou 40 anos. Conjugado com os números gerais observados acima, este caso nos faz crer que a escravidão em Limoeiro ainda teria alguns longos anos caso as medidas governamentais e sociais no sentido da abolição da escravidão não tivessem sido tomadas ao longo do período em questão.

²⁰⁰ Não encontramos menção explícita a nenhum escravo africano abaixo dos vinte anos.

²⁰¹ Ver inventário de Dona Pastora Maria de Jesus Lima, 1854. Além dos quatro escravizados, formavam o espólio algumas peças de ouro (33\$000 réis), de prata (20\$000 réis) e de cobre (3\$840 réis), móveis (12\$000 réis), terras e casas em diversos sítios da região (266\$260 réis), além de três dívidas ativas (620\$995).

Tabela 3.11 – Quantidade de escravos por tamanhos de plantel e grupos de idades (%)

Plantéis	0 a 14		15 a 49		50 ou mais		Total		Razão de idade
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
1	2	1,89	5	3,36			7	2,41	26,43
2 a 4	11	10,38	30	20,13	5	13,89	46	15,81	27,89
5 a 9	26	24,53	36	24,16	8	22,22	70	24,05	24,41
10 a 19	32	30,19	40	26,85	4	11,11	76	26,12	22,08
20 ou mais	35	33,02	38	25,50	19	52,78	92	31,62	27,06
Total	106	100,00	149	100,00	36	100,00	291	100	24,96

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Como já mostramos, os dados relativos às idades dos cativos da região sugerem uma população escrava com tendência a ser concentrada, com o tempo, nas mãos de alguns poucos proprietários. Os escravos mais jovens tinham a possibilidade de viver por mais tempo e, assim, num período onde a reposição de mão de obra não era tão fácil, possuí-los poderia significar ao senhor o controle sobre um tipo de fator produtivo que estava difícil de ser conseguido no mercado. A partir disso, quando analisados em termos de tamanho das posses escravas, os dados das idades mostram que a maioria das crianças e dos idosos – neste caso com 52,78% – estava nas mãos dos senhores com 20 escravos ou mais, que também possuíam pouco mais de um quarto da população cativa entre 15 e 49 anos (**Tabela 3.11**). Os dados mostram que os maiores senhores tinham também possibilidades potencializadas de manter a posse escrava por mais tempo, pois, escravos jovens significava, teoricamente, maior tempo de vida, por outro lado, a presença de idosos indicava que aquele senhor teve maiores condições de manter aquela posse. Para este grupo de escravos havia uma divisão praticamente igual entre três faixas de tamanho de plantel²⁰²: os senhores que tinham entre 5 a 9 escravos possuíam 24,16% e aqueles com 10 a 19 cativos eram proprietários de 26,85%. O um quarto restante estava nas mãos das duas faixas de senhores com até 4 escravos. Em todas as faixas de tamanho de plantel, os escravos do segundo grupo de idade eram maioria, o

²⁰² Aqui, devemos levar em consideração que não foram mencionadas nos inventários as idades de 78 escravos, pertencentes, em sua maioria (68), aos senhores com 20 ou mais escravos. Se tivesse ocorrida a referência a estas idades, provavelmente, estes percentuais se modificariam.

que é mais um dado a demonstrar que a população em análise estava apta para sua reprodução e em condições ideais para o trabalho²⁰³.

Dois dados também merecem menção: entre os senhores com apenas um cativo não havia escravos com 50 anos ou mais, indicando que ou, de alguma forma, este tipo de posse era desfeita ao longo da vida do senhor ou havia a introdução de outros escravos e o senhor mudava de categoria. Como é sabido, pelo tipo de fonte utilizada, que se caracteriza por mostrar um determinado momento da fortuna e não sua evolução, não podemos precisar o que sugerimos. Destaca-se também que somente os senhores com 20 escravos ou mais tinham percentuais significativos de escravos idosos (20,65% dos escravos deste grupo de plantéis tinham 50 anos ou mais)²⁰⁴, sugestivo de que estes senhores se mostravam menos propícios a alforriar seus trabalhadores. Podendo significar, também e ao mesmo tempo, melhores condições deste grupo de escravistas segurarem seus escravos, por prazos maiores, distantes de vendas, fugas e doenças.

Entre os diversos tamanhos de plantéis, a idade média de seus escravos não varia de forma significativa. A maior média de idade, encontra-se nos escravos pertencentes aos senhores detentores de 2 a 4 escravos, muito próxima do grupo com 20 ou mais escravos. Em todos os níveis de posse escrava, as médias de idades dos trabalhadores encontram-se na casa dos 20 anos, indicando, novamente, que a característica de juventude da escravaria de Limoeiro estava espalhada entre todos os grupos de senhores e que a reprodução natural era prática bastante difundida entre este grupo de escravos, puxando para baixo as médias de idade através de novos nascimentos.

Os argumentos construídos ao longo do capítulo, corroboram o entendimento de que os efeitos do tráfico atlântico de escravos e do seu ocaso chegaram a Limoeiro. Ou seja, assim como aconteceu para praticamente todas as áreas do Brasil ao longo da existência do comércio atlântico de escravos, nossa área também recebeu africanos. Suas implicações podem ser ainda mais perceptíveis se observarmos a origem dos escravos, tendo em mente que, escravos estrangeiros representaram a quase totalidade

²⁰³ Entendemos que estamos desconsiderando a possibilidade de haver outros impedimentos, como problemas de saúde, por exemplo, que eram pouco mencionados nas avaliações dos inventários de Limoeiro.

²⁰⁴ Para os plantéis de 2 a 4, de 5 a 9 e de 10 a 19 escravos os percentuais de idosos no conjunto dos seus escravos eram 10,87%, 11,43% e 5,26%, respectivamente.

da reposição de mão de obra do Brasil até meados de 1850 (**Tabela 3.12**). No geral, foi possível precisar a origem de 227 pessoas²⁰⁵ (61,02% do total), dos quais 43 africanos (18,94%) e 184 brasileiros (81,06%). A maioria dos africanos avaliados nos inventários aparece na primeira década, isso ocorre, pois à medida que o tempo avançava, progredia também o desaparecimento gradual dos escravizados estrangeiros dos processos, até que, na última década, não temos nenhum deles. Nos anos 1850, vieram da África 27,03% dos escravizados inventariados, percentual que cai para 20,9% no período seguinte e fica em apenas 12,16% nos anos 1870²⁰⁶. Estes decréscimos representam 30% e 42,86% de queda no número dos escravos importados identificados nos inventários, respectivamente. O inverso ocorre com os crioulos que crescem entre as décadas de 1850 e 1870 – entre os dois períodos, o número de brasileiros identificados nos inventários experimenta um crescimento de 20,37% –, diminuindo somente a partir da segunda metade desta década. Tal desaceleração no crescimento está ligada ao contexto geral pelo qual passava a questão servil no país, com o estacamento da reprodução de novos escravos a partir da lei de 1871. Sendo assim, no comparativo entre 1870 e 1880, o caminho de diminuição geral das cifras econômicas da região é

²⁰⁵ Temos algumas possibilidades de observar a origem dos trabalhadores escravizados a partir dos inventários. Em relação aos escravos africanos, alguns termos indicadores deste aspecto são mais frequentes nas fontes consultadas: angola (maioria dos casos), nação, africano (menos frequente). Pedro Grande, de 35 anos e Matheus, de 40 anos, são referidos no inventário do Tenente Manoel Fernandes da Cunha Pinto como de “Nação angola”. Ver inventário de Manoel Fernandes da Cunha Pinto, 1870. Para os escravos nascidos no Brasil, era possível saber a origem quando se indicava os escravos com os termos crioulo, cabra ou mulato, que formavam a maioria dos casos – é o caso de Efigenia, “criola”, de 10 anos. Ver inventário de Iria dos Santos, 1853. Também do “mulatinho” Manoel, de 12 anos. Ver inventário de Dona Pastora Maria de Jesus Lima, 1854. Mas também havia, para alguns brasileiros, a explícita indicação de que eram naturais de Alagoas ou desta província, principalmente nos inventários abertos a partir da década de 1870, na maior parte dos casos, mais ricos em informações sobre os escravos, pois, alguns deles traziam a lista de matrícula, documento relativo aos escravos e que continham uma série de informações. Imposição da Lei do Ventre Livre, a matrícula dos escravos deveria ser feita por todos os senhores, sob pena de perderem o direito sobre seus escravos e, em caso de inventário, deveria ser anexada ao processo. Caso da preta Josefa, de 26 anos, “natural desta Província”. Ver inventário de Dona Rosa Maria da Graça, 1881. Também somamos aos escravos crioulos aqueles cujos pais, normalmente apenas a mãe, eram referidos e estavam presentes no mesmo inventário. É o caso de Ignacia, “escravinha” de apenas 5 meses, “filha de Benedicta”, também pertencente ao plantel de Antonia Maria Marcella e avaliada no mesmo processo. Ver inventário de Antonia Maria Marcella, 1871.

²⁰⁶ Nesta última década, 4 em 24 inventários com escravos tinham africanos, ou seja, 16,66% do total, enquanto que na década de 1850, também temos 4 inventários com africanos só que o total era de apenas 6 processos com escravos, o que forma um percentual de 66,66% com presença estrangeira entre os cativos e nos anos 1860, o número de processos com africanos se repete, 4, ao mesmo tempo que o de processos com escravos sobe para 12, fazendo com que o percentual cai para a metade, 33,33%.

seguido pelos dados dos escravos identificados como crioulos que, neste último espaço de tempo, representam apenas 18,46% da década anterior.

Tabela 3.12 – Quantidade de escravos por década e origem (%)							
	Africanos		Crioulos		Total		Razão de idade
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
1850-59	20	27,03	54	72,97	74	100	22,92
1860-59	14	20,90	53	79,10	67	100	26,43
1870-79	9	12,16	65	87,84	74	100	21,08
1880-89	-	-	12	100,00	12	100	26,08
Total	43	18,94	184	81,06	227	100	23,52

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Assim como em relação à idade média do total geral de escravizados limoeirenses, o recorte de origem efetuado nos dados mostra uma escravaria bastante jovem, com média de idade de 23,52 anos. Estes números oscilam bastante durante o período estudado, sendo maiores nas décadas de 1860 e 1880 e em nenhuma delas encontramos médias na casa dos 30 anos.

Contrariamente, quando analisamos isoladamente os dados referentes aos 43 africanos para os quais encontramos a informação da idade, a média de idade sobe para 48,84 anos, mais que o dobro da média geral (elevação de 107,65% em relação à média de todos os escravos) (**Tabela 3.13**). Importantes salientarmos que, a diferença nas idades dos escravos crioulos e estrangeiros indica uma característica importante do tráfico atlântico: a preferência por homens em idade produtiva. Analisar as idades dos africanos após o fim daquele tráfico mostra o quão esta assertiva é ou não válida. Aqui, também ocorrem flutuações durante o período referido, porém, uma tendência pode ser identificada: a oscilação ocorre para cima, dando um salto de 16,52 anos entre as décadas de 1850 e 1860, apesar de diminuir 5,01 anos deste para o período seguinte. Mesmo assim, no comparativo entre os anos 1850 e 1870, o crescimento é de 28,04% ou de 11,51 anos a mais de média. Nisto, os efeitos do fim do comércio atlântico podem ser dados como motivo certo, pois, os escravos africanos só envelheciam, sem mais entradas a partir de meados da década de 1850. Nesta, os estrangeiros entre 15 e 49

anos, ou seja, aqueles no auge de sua força física, eram 70% (14), passando para 42,86% (6) nos dez anos seguintes e 55,55% (5) no decênio de 1870, este aumento percentual se dá porque aqueles africanos com 50 anos ou mais diminuem substancialmente neste último período, regredindo de 8 para apenas 4.

Tabela 3.13 – Quantidade de escravos africanos por década e grupos de idades (%)²⁰⁷

	15-49		50 ou mais		Total		Razão de idade
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
1850-59	14	56	6	33,33	20	46,51	41,05
1860-69	6	24	8	44,44	14	32,56	57,57
1870-79	5	20	4	22,22	9	20,93	52,56
Total	25	100	18	100	43	100	48,84

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

O africano mais velho encontrado nos inventários foi o já referido Manoel Antonio, com 90 anos, número provavelmente arredondado²⁰⁸. Da mesma origem, deparamo-nos com outros de 65, 70 e 80 anos. Quando observamos os crioulos, porém, encontramos os cabras João Beirada²⁰⁹, Victorio²¹⁰ e Fleciano²¹¹ e o crioulo Jacinto²¹², todos com 60 anos, idades que também devem ter sido aproximadas. Foram eles os escravos brasileiros mais idosos cujas idades foram mencionadas²¹³. É pouco provável que os senhores dispensassem um tratamento melhor aos africanos do que aos nacionais a ponto de justificar esta diferença tanto na média de idade quanto no escravo mais velho encontrado. É plausível, inclusive, que ocorresse o contrário, ou seja, que os escravos brasileiros tivessem maiores chances de sobrevivência, uma convivência mais

²⁰⁷ A coluna referente ao grupo de idade de 0 a 14 anos não foi inserida, pois não encontramos nenhum africano nesta condição, mesma razão para a não inclusão da linha referente à década de 1880.

²⁰⁸ Ver inventário de Roberto da Ressureição e Silva, 1861.

²⁰⁹ Ver inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852.

²¹⁰ Ver inventário de Dona Roza Maria da Conceição, 1856.

²¹¹ Ver inventário de Maria Magdalena da Conceição, 1864. Falecida em 13 de dezembro de 1855, a abertura de seu inventário ocorreu quase uma década depois, em junho de 1864.

²¹² Ver inventário de Pedro Victal da Silva, 1861.

²¹³ Com 80 anos e caracterizado como “velho” e “duente” na avaliação, o escravo viúvo Manoel Pedro não tinha indicação de origem. Ver inventário de Dona Anna Francisca Rabello Quintella, 1872.

harmoniosa ou maiores possibilidades de luta com os senhores, pois experimentavam o cativeiro desde nascidos.

Outros motivos podem ser levantados para tentar explicar estes dados: primeiro, comparado aos escravos nascido no Brasil, por estes estarem expostos desde criança ao ambiente, havia maiores possibilidades de os africanos contraírem doenças para as quais seu organismo ainda não apresentava defesas, sucumbindo a elas; os trabalhadores recém chegados não apresentavam o melhor estado de saúde, pois, as condições da travessia do atlântico estavam muito distantes de serem minimamente adequadas, ainda mais nas décadas de 1830, 1840 e 1850 quando os governos britânico e brasileiro – no caso do Brasil, quase que somente no último período – colocaram diversas dificuldades aos traficantes²¹⁴; além disso, por terem nascido no cativeiro, era mais fácil aos escravos crioulos adquirirem o traquejo da convivência ou da luta com os senhores e, por conseguinte, potencializarem suas chances de liberdade, através da própria compra, do consentimento de seus donos ou da fuga; por fim, havia também o dado individualizador, pois a quase totalidade dos escravos africanos encontrados com as maiores idades estavam presentes naqueles plantéis com 5 ou mais escravos²¹⁵ que, parece-nos, criavam maiores dificuldades para a alcance da liberdade para todos os que estavam no cativeiro, tanto é assim, que eles tinham os maiores plantéis.

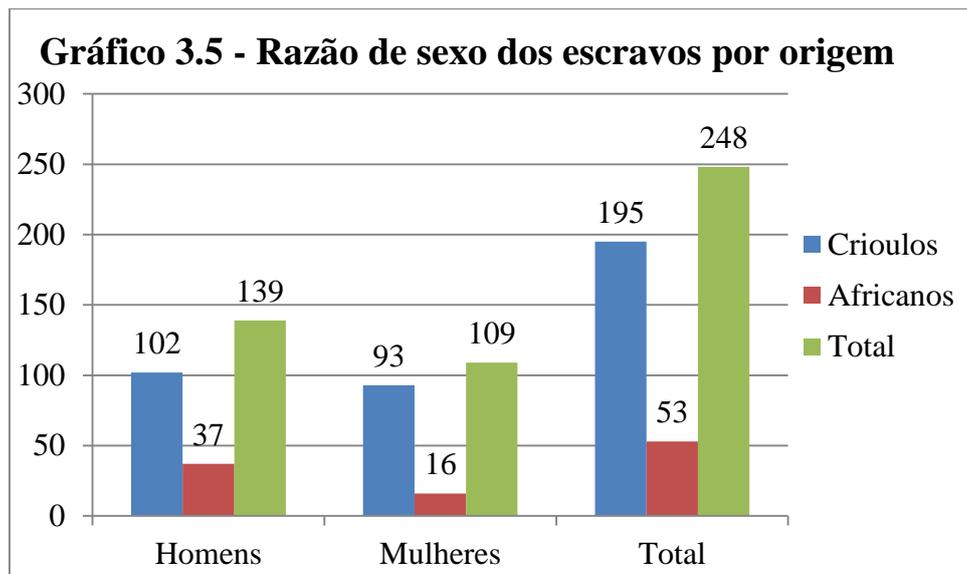
Tabela 3.14 – Quantidade de escravos por origem e sexo (%)

Origem	Homens		Mulheres		Total		Razão de sexo
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Crioulos	102	73,38	93	85,32	195	78,63	109,68
Africanos	37	26,62	16	14,68	53	21,37	231,25
Total	139	100	109	100	248	100	127,52

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

²¹⁴ Sobre as condições de chegada dos africanos nos portos brasileiros deste último período, ver, CARVALHO, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. In: **Revista de História**. N. 167, São Paulo: USP, julho/dezembro de 2012, pp. 223-60.

²¹⁵ Somente a africana Maria, angola, com 65 anos, foi encontrada no grupo de senhores com 2 a 4 escravos. Ver inventário de Maria Magdalena da Conceição, 1864. Os dois escravos que formavam o plantel desta senhora – somando 61,26% dos bens deixados no inventário – foram “havidos” por herança.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Quando observamos os dados relativos ao sexo, também notamos diferenças substanciais no comparativo entre os escravos da África e os nacionais (**Tabela 3.14 e Gráfico 3.5**). Como dito, as mulheres eram preteridas em relação aos homens na travessia. Assim, a maior presença de cativos em relação ao número de escravas – principalmente entre os africanos – mostra, mais uma vez, as influências demográficas que o tráfico de escravos trouxe para parte da mão de obra escrava de Limeoiro. A razão de sexo entre os escravos crioulos é bastante equilibrada, sendo o número de homens praticamente idêntico ao de mulheres, um dos possíveis efeitos da reprodução natural – diferença de nove escravos a mais do que escravas. No caso dos africanos, a razão de sexo é 231,25, mais do que o dobro da dos nacionais e bastante alta – para cada mulher da África havia mais de dois homens com a mesma origem. Identificamos 53 africanos, dos 37 são homens – preferidos para a travessia – e 16 mulheres. Internamente a cada gênero, também as implicações do tráfico e da reprodução natural podem ser sentidas, pois, entre todos os escravos homens o percentual de africanos é maior do que o percentual entre as mulheres: 26,62% e 14,68%, respectivamente.

Os dados em análise mostram o escravo africano típico dos milhões que foram trazidos para o Brasil durante a vigência do tráfico internacional: homem e jovem²¹⁶, predileção tanto dos próprios comerciantes da África quanto dos transportadores, assim como dos senhores no Brasil. No caso de Limoeiro para o período em que estudamos, a singularidade jaz em esta pertencer a uma área tipicamente de produção voltada para a subsistência e de abastecimento interno, com alguma presença de algodão, e, mesmo assim, possuir escravos estrangeiros, contrariamente a tendência de que boa parte do comércio de escravos africanos destinar-se aos grandes centros produtores de gêneros exportáveis.

As quedas mostradas nas quantidades de africanos ao longo da segunda metade do século XIX juntamente com o crescimento de suas idades médias no mesmo período indicam que a quantidade de estrangeiros entre a escravaria de Limoeiro foi significativa ao longo de toda a primeira metade do século. Sabemos que, a confirmação de tal assertiva somente poderia ser dada por uma pesquisa que levasse em consideração inventários ou recenseamentos populacionais do período anterior – primeira metade do século XIX. Sendo assim, aqui tomamos apenas como possibilidade.

Nossos dados também sugerem que alguns desses africanos tenham sido transportados para o Império no período de convivência do Estado brasileiro com o tráfico ilegal, qual seja: de 1831 até a década de 1850²¹⁷. Insinuam isto as idades de alguns dos africanos, como por exemplo, Joaquim, de nação angola, com 30 anos em maio de 1860²¹⁸ e Manoel, também angola, com 25 anos em maio de 1855²¹⁹. Segundo estas idades, se considerarmos que estas pessoas foram trazidas ao Brasil no período de legalidade parcial do tráfico, antes de 1831²²⁰, portanto, elas experimentaram a travessia

²¹⁶ Considerando que aqueles africanos idosos tenham experimentado a travessia quando jovens e que tenham chegado a esta idade no Brasil.

²¹⁷ Neste período, milhares de pessoas foram trazidas da África ao arripio das leis do Brasil. CHALHOUB, Sidney. Op. cit.

²¹⁸ Ver inventário de Dona Anna Josefa da Cunha, 1860.

²¹⁹ Ver inventário de Manoel Barbosa Rego, 1855.

²²⁰ Diversos acordos foram assinados entre Inglaterra e Portugal/Brasil ao longo das décadas de 1810 e 1820 no sentido de tornar ilegal o tráfico atlântico de escravos de diversas regiões da África para o Brasil. O último deles, assinado em 1827, previa que dali a três anos, o tráfico para o Brasil seria ilegal de qualquer região daquele continente. No entanto, somente em 1831, o governo imperial aprovou a lei que legitimava aquele acordo. MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. Op. cit. Agradeço a Moisés Sebastião a sugestão deste texto.

do Atlântico quando eram recém nascidas. Aqui, mais um vez, nossos dados só aludem a probabilidades que, podendo ter acontecido, não temos condições de confirmá-las com total certeza. Mais esclarecedoras neste sentido são as informações relativas aos africanos Pedro Grande, com 35 anos, em setembro de 1870²²¹ e João Congo, com 40 anos, em fevereiro de 1872²²², por estas informações, teriam nascido, respectivamente, em 1835 e 1832. Com tais dados, podemos passar da suspeita a confirmação: de fato, como ocorreu em outras áreas do Brasil no mesmo período, alguns africanos avaliados como escravos nos inventários de Limoeiro na segunda metade do século XIX estavam submetidos ao cativo ilegalmente.

3.3 Evolução dos preços dos escravos de Limoeiro a partir de 1850

Uma das variáveis mais importantes no que diz respeito a um processo de inventário é a atribuição de preço a fortuna legada pela pessoa falecida. Para cada categoria dos componentes do espólio, a imputação de determinado valor leva em consideração diversos caracteres requeridos como fatores diferenciadores e justificadores. No capítulo anterior, analisamos como as inúmeras partes constitutivas do monte-mor presentes nos inventários de Limoeiro tinham seus custos definidos, assim como ponderamos sobre as flutuações ocorridas ao longo do período em apreço nos valores e nas quantidades dos bens inventariados. Seguiremos agora o mesmo caminho em referência aos seres humanos lançados como parte substancial da riqueza nos inventários.

²²¹ Ver inventário do Tenente Manoel Fernandes da Cunha Pinto, 1870. No mesmo processo, a presença do já referido escravo Matheus, também indica a possibilidade da existência de cativo ilegal, pois, com 40 anos, se transportado no período do tráfico legalizado, veio para o Brasil muito criança. Para darmos uma ideia do quão representava o cativo ilegal para as fortunas da época, os 11 escravos do Tenente somavam 7:1300\$000 réis, representando quase 93% dos seus bens, se considerarmos somente os dois escravos possivelmente escravizados de forma ilegal, cujos valores somavam 2:200\$000 réis, este percentual é de consideráveis 27,28% dos 7:698\$000 réis legados por Cunha Pinto. Além dos escravos, faziam parte dos seus bens: 2 banquinhos, 3 cavalos, 1 casa e 3 partes de terras (no caso dos bens imóveis, somando apenas 240\$000 réis ou 3,12% do total) e 1 dívida ativa (também de pouca monta, 150\$000 réis ou 1,95% do monte-mor). Ainda seriam descontados do valor total 7 débitos, perfazendo 3:487\$900 réis (45,31% do monte-mor).

²²² Ver inventário de Dona Victoriana Francisca da Silva, 1872.

Como os dados mostraram, eles compunham a peça mais importante dos haveres inventariados, tanto no sentido geral das fontes consideradas quanto entre aqueles escravistas cuja riqueza os colocava no topo da hierarquia econômica da sociedade em questão, assim como em relação a praticamente todos os escravistas presentes na pesquisa. Sendo assim, como vimos anteriormente, e reforçaremos agora, eram os réis provenientes dos preços dos escravos que dividiam as linhas de riqueza. Além disso, ao considerarmos como base de estudo uma sociedade que construía significativa parcela de sua economia a partir da exploração dos escravos, a posse destes trabalhadores não interferia apenas no motante final da riqueza, mas também na hierarquização do *status* social a que cada pessoa ou grupo de pessoas possuídas de escravos se viam submetidas. Portanto, para os fins que buscamos com esta pesquisa, qual seja, o de analisar a economia de uma sociedade escravista na segunda metade do século XIX, a análise do fator preço no que diz respeito aos escravos torna-se premente.

Faremos a apreciação da valoração dos escravos de duas maneiras. Primeiro, analisaremos como as diversas variáveis concernentes aos escravos interferiam na atribuição de seus preços. Cabem aqui a verificação do sexo, da idade, da origem, das aptidões profissionais. Ao mesmo tempo, tentaremos estabelecer o que interferiu na evolução dos preços dos escravos ao longo do período avaliado pela pesquisa, percebendo suas características internas e externas. Faremos um paralelo entre as alterações de preços no que diz respeito aqueles fatores identificados de forma individual para cada escravo ou grupo de escravos e as modificações verificadas pela sociedade analisada, tanto local quanto nacional e internacionalmente.

Com as fontes que estamos analisando, há um complicador importante no item *quem* atribui preço ao escravo e qual destino que este tomava após a partilha dos bens: nos inventários, são os avaliadores – *a priori*, desinteressados nos valores dos bens – as pessoas encarregadas de estabelecer quanto vale cada item e os partidores, juntamente com o juiz de órfãos – também terceiros – os indivíduos a que se destina a tarefa decidir o que vai para quem. Ou seja, é de se esperar, a rigor, que os mais interessados nestas operações – o cônjuge, os filhos, os filhos dos filhos falecidos, os genros e noras, os herdeiros consagrados por testamento, os curadores de órfãos, as pessoas que tinham dívidas a serem cobradas do espólio, etc., enfim, todos os beneficiados no valor a ser

recebido por cada item da herança – não tenham ingerência no preço valorado para estes bens e nem na constituição de seu futuro dono. Saindo do ideal, no entanto, é provável que a interferência destes ocorresse, como de fato alguns vezes sucedeu²²³. Além do que, o processo de inventário não lida diretamente com uma relação de compra e venda, em que o valor a ser atribuído a mercadoria sofre intervenção aberta dos interesses de cada parte.

Consideramos importante destacar, ainda, que duas variáveis devem ser levadas em consideração em relação aos preços dos escravos. Primeiro, uma que está ligada ao assunto do parágrafo anterior: o grau de representatividade dos preços verificados nos inventários. A pergunta é: o quão “real” podem ser considerados os valores atribuídos aos diversos produtos presentes nestes processos? É provável que os preços aqui apreciados variassem em relação aos preços do mercado, ou seja, que verificassem médias maiores ou menores em relação às médias tidas como “reais” para o local e período em questão. No entanto, se a hipótese anterior se desse de forma substancial e com recorrência, esta variação em desacordo com os preços “corretos” tornaria a economia desta sociedade inviável com o passar do tempo, pois, criaria nos valores estabelecidos nos inventários uma bolha de artificialidade. Assim, mesmo com esta ressalva, temos a possibilidade de tomar os valores dos inventários como representativos de parte do mercado de escravos de Limoeiro.

A segunda variável que consideramos importante diz respeito à inflação verificada para o período analisado – as décadas de 1850 até 1880 – que foi de 70,2%²²⁴. A variável inflacionária nacional dos escravos recebia a própria intervenção do preço dos escravos, que neste espaço de tempo, estava em processo de diminuição da oferta pelas interferências causadas pelo fim do mercado atlântico e de aumento da procura, pela expansão da produção de café no sul, principalmente na área paulista, que necessitava cada vez mais de braços. Além do que, é pertinente levarmos em conta a variação dos itens que compunham a manutenção dos escravizados: alimentação, vestuário, moradia, tratamentos de saúde. Importante também considerarmos os preços locais. Como visto no capítulo 1, no período em questão, temos diversos fatores que

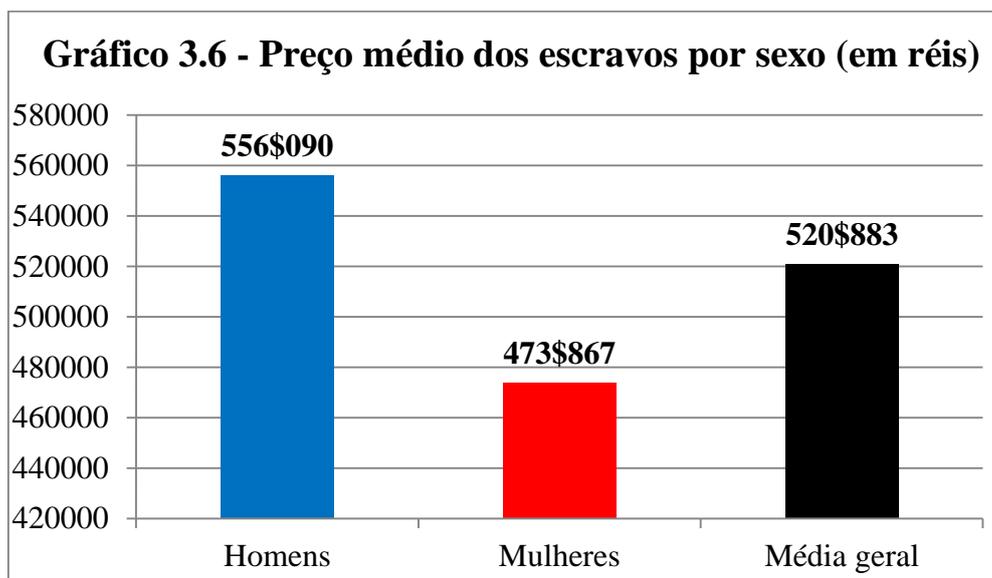
²²³ Alguns herdeiros tentaram modificar os valores estabelecidos para alguns itens da fortuna de seus parentes, por considera-los em desacordo com realidade.

²²⁴ BUESCU, Mircéa. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 223.

interferiram nos preços de uma forma geral: algumas epidemias, principalmente na década de 1850, como a cólera; no decênio de 1860, temos o aumento da produção de algodão, verificada, sobretudo, por um fator externo; nos anos 1870, uma seca muito forte na região, que já se iniciara anteriormente. Não é por demais afirmar, assim, que tanto os dados nacionais quanto os locais transferissem parte de suas variações para os preços dos escravos estabelecidos nos inventários.

Em outras palavras: no momento de atribuir valor ao escravo – como de resto, também aos outros bens –, consideramos quase certo que os avaliadores levassem em consideração, em diferentes graus, sua experiência pessoal neste tipo de atividade, as possíveis pressões dos envolvidos no processo do inventário, os atributos de cada escravo e as transformações que interferiam na economia e na sociedade local, nacional e internacional.

A partir destas questões gerais concernentes aos preços dos cativos nos inventários, passaremos agora a percorrer as características presentes nestes documentos para acrescentar mais um dado na análise do estado da escravaria de Limoeiro ao longo da segunda metade do XIX.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Em Limoeiro, ao observarmos o conjunto dos escravizados presentes nos inventários, os homens tinham preços maiores que as mulheres (**Gráfico 3.6**). Os valores médios atribuídos aos cativos eram superiores em 17,35% (82\$222 réis) aos preços verificados para as cativas. Estas também estavam abaixo da média geral de todos os cativos em 9,92% (47\$016). Presentes em inventários abertos em 1861, ilustram esta situação, os escravos Jeremias, crioulo, com 20 anos de idade, avaliado por 1:150\$000 réis²²⁵ e a escrava Felippa, com 28 anos de idade e preço de 1:000\$000 réis²²⁶. Mesmo esta última tendo um filho de 3 anos, o “mulatinho” Luis, avaliado em 800\$000 réis e, portanto, com a possibilidade de gerar novos escravos num período em que seu custo de aquisição no mercado era elevado e tendo praticamente a mesma idade que Jeremias, o preço de Felippa é menor do que o deste em 15% e supera o valor de Luis em 25%. A explicação mais provável para esta diferença liga-se ao tipo de atividade econômica praticada majoritariamente em Limoeiro, qual seja: a agricultura e a pecuária. Nestas, para os padrões técnicos requisitados na região, a força física mostrava-se como o principal fator diferenciador dos trabalhadores necessários ao seu desenvolvimento. Ou seja, os homens escravizados tinham vantagem sobre as mulheres por possuírem, no geral, mais força física que estas, com isto, transferindo suas prerrogativas para o seu preço. No entanto, nos termos da sociedade em questão, é necessário destacarmos que a diferença de valor na média de preço dos escravizados não é sobremaneira significativa, pois, só se poderia comprar com ela 3,93 cabeças de gado ou menos de dois cavalos (1,9), se levarmos em conta o preço médio tanto dos escravos quanto dos animais²²⁷.

Tabela 3.15 – Razão de preço dos escravos por sexo e década (em réis)				
	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89
Homens	306\$641	574\$285	769\$142	680\$000
Mulheres	312\$285	487\$061	543\$359	530\$000
Razão geral	308\$578	536\$125	661\$306	605\$000

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

²²⁵ Ver inventário de Pedro Victal da Silva, 1861.

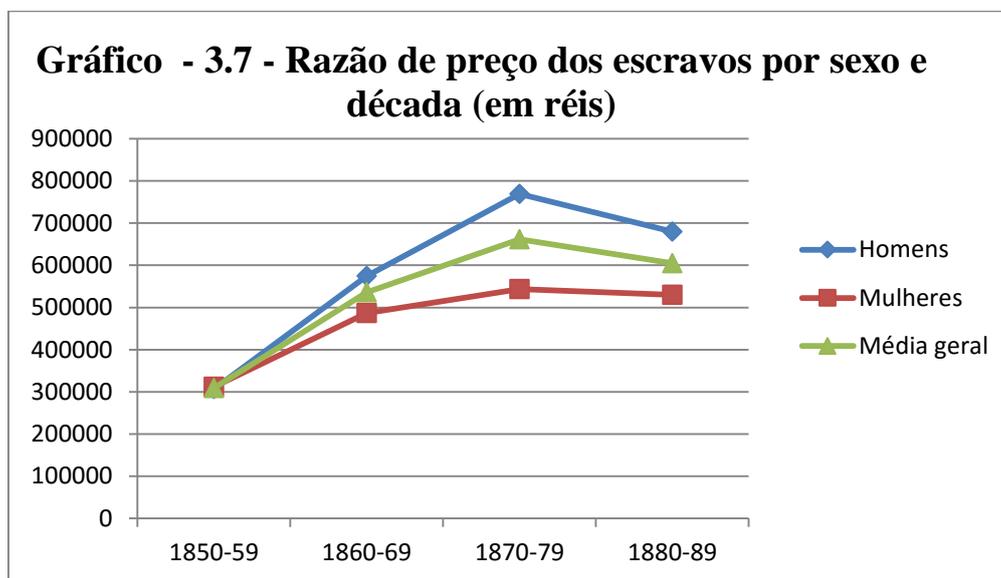
²²⁶ Ver inventário de Dona Antonia Maria da Conceição, 1861.

²²⁷ Para o preço dos animais, ver capítulo 2, deste trabalho.

Ao longo das quatro décadas em questão, ocorrem algumas oscilações nas razões dos preços dos cativos, fazendo com que o valor que separa suas avaliações aumente significativamente (**Tabla 3.15 e Gráfico 3.7**). Como observado pela análise do gráfico, apesar deste crescimento diferencial, os valores médios atribuídos aos escravizados e às escravizadas seguem uma curva bastante parecida: de crescimento até a década de 1870 e de regressão no decênio seguinte²²⁸. Por outro lado, frisamos que a similaridade da oscilação pode ser verificada apenas no que diz respeito à tendência, pois os graus de crescimento e queda são distintos quando falamos das duas variáveis para os distintos períodos em observação. Neste sentido, o crescimento médio percentual no preço dos cativos apresetam-nos um aumento de 87,28% da década de 1850 para a década de 1860 e de 33,93% entre os anos de 1860 e 1870, já na transição deste para o decênio seguinte temos uma queda de 13,11% no valor médio dos homens escravizados. Entre as cativas, o incremento e o decréscimo nos seus valores médios também ocorrem no mesmo período, porém em percentuais menores que os relativos aos homens: entre os dois primeiros decênios, há um aumento de 55,97%, já na segunda transição, o percentual positivo é de 11,56% – pouco mais de 1/3 do aumento no preço dos homens no mesmo período – e dos anos 1870 para o seguinte há queda de apenas 2,52%. A percepção da flutuação diferenciada pode ser verificada, mais uma vez, pela observação dos valores médios nos dois cortes temporais: entre os anos 1850 e 1880, o valor médio dos homens aumenta em 119,56% (373\$358 réis a mais na década de 1880), ao passo que o das mulheres também tem um significativo aumento de 70,55% (217\$714 réis a mais na década de 1880), apesar disso, sendo, como se vê, bastante inferior ao daqueles. Em Limoeiro, a década de 1850 é o único momento em que o preço médio das mulheres mostra-se superior ao dos homens, mesmo assim, em apenas

²²⁸ Neste sentido, por exemplo, são as avaliações de Raimundo, cabra, de 15 anos, de 400\$000 réis, de Domingos, angola, com 40 anos, avaliado em 700\$000 réis, do crioulo Miguel, de 26 anos, cujo preço foi estipulado em 800\$000 réis, do preto Jose, de 38 anos, casado com a também escrava Joaquina, avaliado em 600\$000 réis. Ver, respectivamente, inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852, inventário de Joaquim Roberto da Silva, 1863, inventário de Dona Anna Francisca Rabello e inventário de Manoel Jose da Costa, 1882. No caso das escravas temos, por exemplo, Joseffa, angola, de 35 anos, avaliada em 500\$000 réis, Felicidade, crioula de 22 anos, com valor de 1:000\$000 réis, Sebastiana, preta de 25 anos, solteira e agricultora, avaliada em 500\$000 réis, a preta Rosa, de 28 anos, também agricultora e solteira, avaliado em 400\$000 réis. Ver respectivamente, inventário de Paulino Barbosa da Silva, 1856, inventário de Leandro Paes de Almeida, 1863, inventário de Maria Claudina do Nascimento, 1875 e inventário de Nicolaó Alves Generaso, 1882.

5\$643 réis, diferença de menos de 2%. Tanto em termos nominais (225\$783 réis) quanto percentuais (41,55%), os dados dos anos 1870 revelam-se como aqueles em que ocorre a maior diferença entre os preços médios das mulheres e dos homens, neste caso, como era a regra, com o preço estes na dianteira. Nos 1880, os valores dos inventários mostram que é preciso pagar, em média, 28,3% ou 150\$000 réis a mais para adquirir um escravo no lugar de uma escrava (valor que corresponde a pouco mais de 1/4 da média geral dos escravos da década que é de 605\$000 réis). Assim, mesmo diminuindo em relação ao período imediatamente anterior, esta discrepância mostra-se, ainda, significativa, sendo superior também em relação à diferença do valor médio de homens e mulheres da década de 1860 que era de 87\$224 réis ou 17,91%, sendo maior o preço do cativos.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Na década de 1850, o valor médio das cativas superior ao dos cativos deve estar ligado ao tráfico atlântico, quando, até então, seus efeitos na formação das escravarias eram ainda sentidos: com a sua existência, que possibilitava grande oferta de trabalhadores escravizados, a compra de escravos do sexo masculino poderia ser facilitada e, por conseguinte, seus valores se aproximariam muito aos das mulheres na situação de escravas. Ao longo da segunda metade do XIX, porém, o fim deste tipo de tráfico trouxe também maiores dificuldades para a aquisição de homens escravizados e

mais atrativos para sua venda, principalmente numa região de economia de subsistência, onde os senhores de escravos e suas famílias muito provavelmente participavam do desenvolvimento das atividades econômicas. Isto fez com que seus preços subissem até os anos 1870. Ao mesmo tempo, por terem a possibilidade da reprodução natural, as mulheres poderiam se mostrar vantajosas para alguns senhores objetivando um investimento a longo prazo, pelo menos no espaço temporal entre 1850 até meados de 1871, quando da lei da abolição do ventre. Com isso, também ocorre crescimento no preço das mulheres no mesmo período que se verifica no dos homens. Todavia, por aquelas serem menos requeridas nas atividades econômicas praticadas pela maioria dos inventariados de Limoeiro e também por terem sido menos transacionadas no tráfico atlântico e, portanto, terem sofrido menos oscilação de oferta com o seu fim, seus valores médios são sensivelmente mais estáveis quando comparado aos dos homens. Tanto é assim que, na comparação dos dois extremos temporais, a diferença nos preços médios delas é perceptivelmente menor em comparação a deles.

Como nos referimos anteriormente, os escravos mais valorizados para o tipo de atividade desenvolvido pelos inventariados de Limoeiro eram os homens. Ao longo do capítulo, também destacamos que aqueles incluídos na faixa etária entre 15 e 49 anos compunham o grupo de escravos que gozava das melhores condições físicas para a realização dos trabalhos na pecuária e na agricultura, as duas principais atividades identificadas nos inventários. O nosso próximo passo consiste em incluirmos a idade na análise do preço dos escravos na região e período em questão.

Na década de 1850, as cativas na faixa de 0 a 14 anos têm valores substancialmente superiores aos dos homens escravizados (**Tabela 3.16 e Gráfico 3.8**). Aqui, o preço médio das mulheres supera o dos homens em 67,1% (137\$984 réis). Como se percebe, ao longo do tempo, os homens deste grupo de idade têm o valor atribuído a eles apenas aumentado, até o final do período, por outro lado, o valor das mulheres cresce até a década de 1860 – quando os valores médios de ambos os sexos quase se iguala (diferença de apenas 2\$777 réis positiva para as mulheres) –, no entanto, nos dois períodos posteriores diminui bastante o quanto elas valem. Neste sentido, enquanto que os valores médios dos homens nesta faixa de idade apresentam uma curva sempre ascendente até o período final, quando seu valor supera em 191,75% o da

década de 1850²²⁹, o preço médio pelo qual as mulheres desta faixa de idade foram avaliadas – que, a partir dos anos 1870, diminui – na década de 1880 supera em apenas 16,4% (56\$363 réis) o do período inicial²³⁰. Comparando o preço de ambos os sexos desta faixa etária no período final, temos que as mulheres valem apenas dois terços do valor dos escravos. Ou seja, a situação inicial de preços médios praticamente se inverte, com os valores médios dos homens tomando a frente do preço das mulheres.

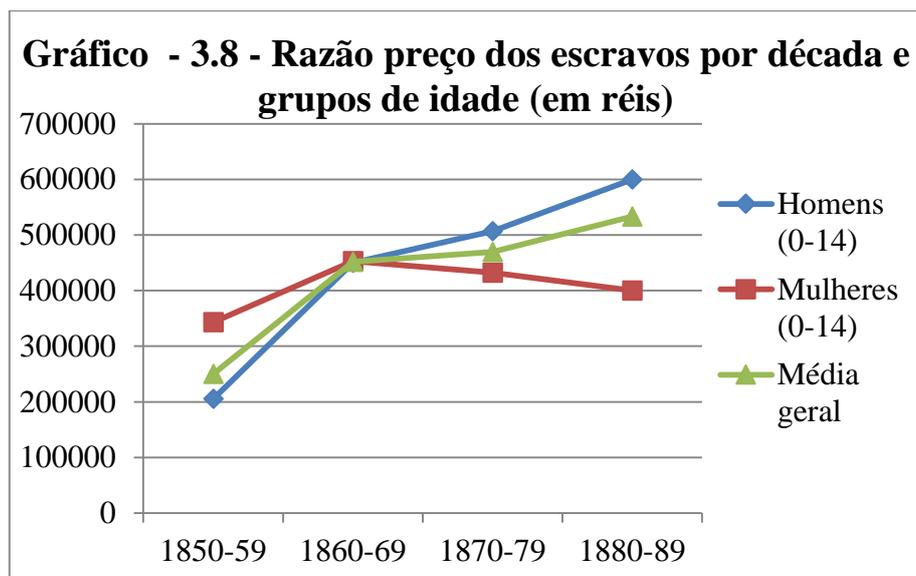
Tabela 3.16 – Razão de preço dos escravos por década e faixa etária (em réis)				
	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89
Homens (0-14)	205\$652	450\$000	507\$142	600\$000
Mulheres (0-14)	343\$636	4527\$77	432\$381	400\$000
Razão geral (0-14)	250\$294	451\$785	469\$761	533\$333

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

O mais provável argumento para explicar a situação pode está ligado ao tráfico atlântico e à possibilidade de reprodução das mulheres. Até o início da década de 1870, quando ainda acontecia a gestação de novos escravos – fonte menos custosa desde o fim do comércio africano –, as mulheres nesta faixa etária gozavam, pelas suas possibilidades futuras, de avaliação superior à dos homens na mesma idade. A partir de então, porém, as expectativas de ganhos posteriores tinham nos homens as maiores esperanças dos senhores – tanto para desempenhar atividades produtivas quanto para a venda – fazendo com que a avaliação das mulheres apenas regredisse e a dos homens somente aumentasse.

²²⁹ Os valores de 600\$000 réis e 300\$000 réis, atribuídos, respectivamente, a Luis, preto, de 14, sem profissão, em 1881 e ao “moleque” Domingos, de 10 anos, filho da também escrava Luiza, em 1852, podem nos ajudar a perceber este crescimento substancial nas avaliações dos escravos entre 0 e 14 anos ao longo do período. Para Luis, ver inventário de Antonia Maria da Conceição, 1880 e para Domingos, ver inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1853.

²³⁰ Para evidenciar a situação, podemos citar Efigenia, crioula, de 10 anos, avaliada em 400\$000 réis em 1853, já na década de 1880, Maria, preta, também de 10 anos é avaliada por iguais 400\$000 réis. Ver, respectivamente, inventário de Iria dos Santos, 1853 e inventário de Manoel Rolemborg Cavalcante, 1880. No caso do último período, somente a escrava citada foi encontrado neste grupo de idade, portanto, temos consciência que as conclusões tornam-se bastante frágeis.

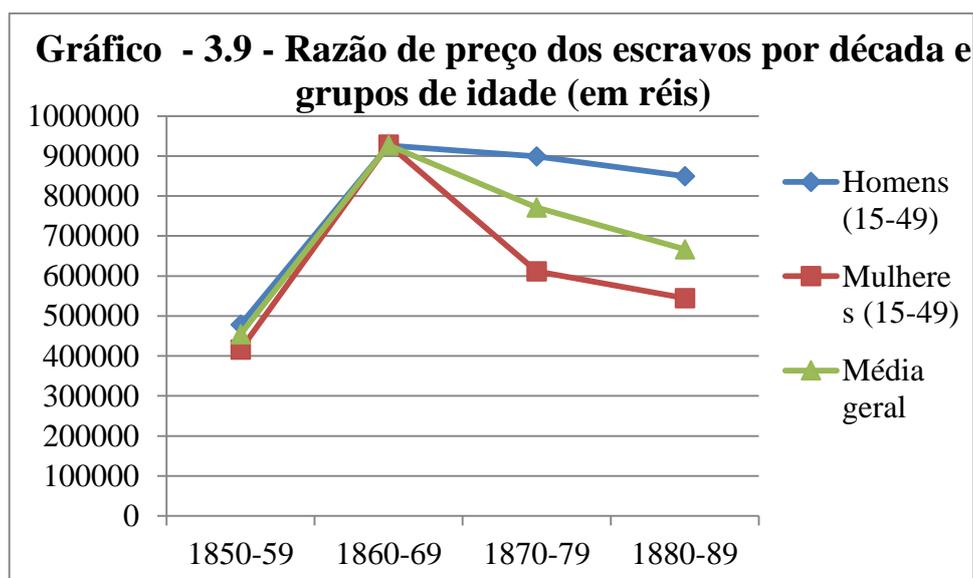


Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Tabela 3.17 – Razão de preço dos escravos por década e faixa etária (em réis)

	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89
Homens (15-49)	478\$571	926\$000	899\$444	850\$000
Mulheres (15-49)	416\$153	929\$166	612\$069	544\$444
Razão geral (15-49)	454\$705	927\$027	771\$230	666\$666

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Na faixa etária que estamos considerando de plena atividade produtiva, dos 15 aos 49 anos, os valores médios das mulheres seguem o mesmo caminho das escravas crianças: crescimento até o decênio de 1860 e queda a partir de 1870 (**Tabela 3.17 e Gráfico 3.9**). Entre este grupo de mulheres, o crescimento e decrescimento se dão de forma acentuada: do período inicial aos anos 1860, o valor médio das mulheres mais do que dobra (percentual de aumento 123,27%), quando atinge seu maior valor médio, superando, inclusive, o valor médio dos escravos; no decênio seguinte, a queda é também importante, atingindo percentual de desvalorização de 34,13%. Nos anos 1880, apesar do valor médio ultrapassar o da década de 1850 (em 23,56%)²³¹, atinge média bastante baixa, apenas 58,59% da média da década de 1860. Entre os homens desta faixa de idade, temos o mesmo caminho: valorização elevada até os anos 1860 (93,49% em relação aos anos 1850) e depreciação a partir de então, porém em menor grau do que a das mulheres (percentual de queda de 2,87% entre 1860 e 1870 e de 5,5% entre este e o decênio seguinte), ou seja, o valor médio da avaliação desta faixa etária de escravos praticamente estabiliza-se. A avaliação média dos escravos entre 15 e 49 anos da década de 1880 superou em 77,61% a do mesmo grupo de escravos dos anos 1850²³². Apesar da oscilação da avaliação média seguir um mesmo sentido para homens e mulheres, os coeficientes distintos de ambas fazem com que a diferença no preço médio entre os sexos deste grupo de idade aumente em favor dos homens ao longo do período considerado: nas décadas de 1850 e 1860 era de apenas 15% (62\$417 réis em favor dos homens) e insignificantes 0,34% (3\$166 réis a mais para a mulheres), respectivamente; nos próximos dois períodos, apesar dos valores médios de ambos os sexos diminuírem, a diferença a favor da avaliação média dos homens aumenta, com percentuais de 46,95% (287\$375 réis) na década de 1870 e 56,12% (305\$555 réis) nos anos 1880.

²³¹ É o caso de Josefa, de 26 anos, solteira, avaliada em 500\$000 réis em 1881, quando a comparamos com a escrava Maria, crioula, de 35 anos mais ou menos, avaliada em 450\$000 réis, em 1854. Mesmo Maria tendo mais idade, seu valor médio só é superado pelo valor de Josefa em 50\$000 réis. Ver, respectivamente, inventário de Dona Rosa Maria da Graça, 1881 e inventário de Dona Pastora Maria de Jesus Lima, 1854.

²³² Permitem-nos ver a situação os valores do africano Francisco, angola, de 25 anos, cujo preço foi estipulado em 600\$000 réis no ano de 1859 e do preto Grigorio, também com 25 anos, em 1887, avaliado por 900\$000 réis. Ver, respectivamente, inventário de Paulino Barbosa da Silva, 1859 e inventário de Miguel Archanjo de Oliveira, 1887.

A maior desvalorização das mulheres ocorre justamente no período em que elas perdem o seu grande fator diferencial: a possibilidade de gerar novos escravos²³³. É justamente na faixa de idade de 15 a 49 anos que elas têm as maiores possibilidades (naturais e sociais) de reprodução, porém, isto é excluído com a Lei do Ventre Livre, logo no começo dos anos 1870, quando as médias de avaliação das escravas perdem significativamente valor. Prova disso também pode ser encontrada na comparação entre as perdas nos dois últimos períodos: saindo de uma desvalorização de 34,13% entre as décadas de 1860 e 1870, os valores médios das mulheres perdem apenas 11,05% dos anos 1870 para os anos 1880. Ou seja, no decênio em que se implementa a abolição do ventre e as mulheres perdem seu principal fator individualizador em relação aos homens, seu valor médio cai em um terço, enquanto que, nos anos 1880 quando a medida já estava implantada, sua depreciação mostra-se claramente menor, apesar de ainda ser superior a dos homens no mesmo período.

Em relação aos escravos entre 15 e 49 anos, assim como ocorreu com as cativas, sua valorização se dá a partir das implicações trazidas pelo fim do tráfico atlântico. Apesar de regredirem, suas avaliações praticamente se estabilizam nas décadas de 1870 e 1880, fazendo com que os valores médios destes superassem significativamente os valores médios das mulheres. Mesmo oscilando negativamente em alguns períodos, devemos frisar que, em graus distintos, tanto cativos quanto cativas da faixa etária de 0 a 49 anos (portanto, incluindo as duas faixas até aqui analisadas) foram avaliados nos anos 1880 com médias maiores do que nos anos 1850. O mesmo ocorre, inclusive, com as médias gerais dos escravos. Demonstrando que a escravidão em Limoeiro só aumentou de importância em termos de valoração monetária – o que também demonstra sua importância social – ao longo da segunda metade do século XIX, mesmo que,

²³³ A parda Antonia, de 32 anos, solteira, muito provavelmente com possibilidades de gerar filhos (fator que, na época de sua avaliação, não mais trazia vantagens para sua avaliação) e, segundo sua descrição, “apta para o trabalho”, teve seu valor estipulado em 200\$000 réis. O inventário de sua senhora iniciou-se em julho de 1878, portanto depois da proibição legal da geração de novos escravos. Ver inventário de Bernardina Francisca da Conceição, 1878. Quinze anos antes, a escrava Jozefa, crioula, com 40 anos, valia 800\$000 réis. Ver inventário de Leandro Paes de Almeida, 1863. Assim, o entendimento da queda considerável nas avaliações das escravas também passa, como se vê, pela observação de sua capacidade ou não de gerar novos cativos. Quando a reprodução torna-se ainda mais importante como um dos sustentáculos da geração da manutenção do sistema escravista – pelo menos para a sociedade em questão – seu valor médio cresce, por outro lado, a partir do momento que estas perdem seu grande diferencial, o valor delas tende a cair consideravelmente mais do que o dos homens.

quantitativamente, os escravos e seus proprietários tenham diminuído consideravelmente nos anos considerados.

Como vimos, tendencialmente, há valorização dos preços médios dos escravos ao longo do período em questão, em todas as faixas etárias, inclusive na de Victorina, angola, de 50 anos que, em 1855, segundo seu inventário, fora avaliada em 300\$000 réis²³⁴ e de João Beirada, cabra, com 60 anos, cujo preço foi estipulado em 150\$000 réis²³⁵. Estas oscilações são perceptíveis no cotejamento entre eles e outros cativos do mesmo grupo de idade ao longo das décadas seguintes: é o caso de Maria, também angola, com 65 anos, avaliada em 110\$000 réis, de Fleciano, cabra, com 60 anos, cujo preço foi estabelecido em 600\$000 réis, ambos em 1864²³⁶, de André, com 58, avaliado em 1:000\$000 réis, de sua companheira Maria, preta, com 53 anos, cujo preço foi 600\$000 réis, ambos de 1875²³⁷, assim como de Benedito, pardo, solteiro, agricultor, tendo preço estabelecido em 300\$000 réis²³⁸.

Tabela 3.18 – Razão de preço dos escravos por década e faixa etária (em réis)				
	1850-59	1860-69	1870-79	1880-89
Homens (50 ou mais)	170\$000	354\$444	276\$666	250\$000
Mulheres (50 ou mais)	183\$333	135\$200	244\$000	-
Média geral	112\$142	276\$142	261\$818	250\$000

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Todos os escravos mencionados no parágrafo anterior, pertencem ao grupo etário de 50 anos ou mais, que, no caso dos homens, teve oscilação de preço médio parecida com os dados das demais faixas etárias consideradas: valorização na década de 1860 e desvalorização nos períodos posteriores (**Tabela 3.18** e **Gráfico 3.10**). No primeiro período, os escravos idosos da década de 1860 têm avaliação média em 108,5% (184\$444 réis) superior aos dos anos 1850. Nos períodos posteriores, ocorre queda, em menor grau, porém também significativa: de 21,94% (77\$777 réis) e 9,64% (26\$666

²³⁴ Ver inventário de Manoel Barbosa Rego, 1855.

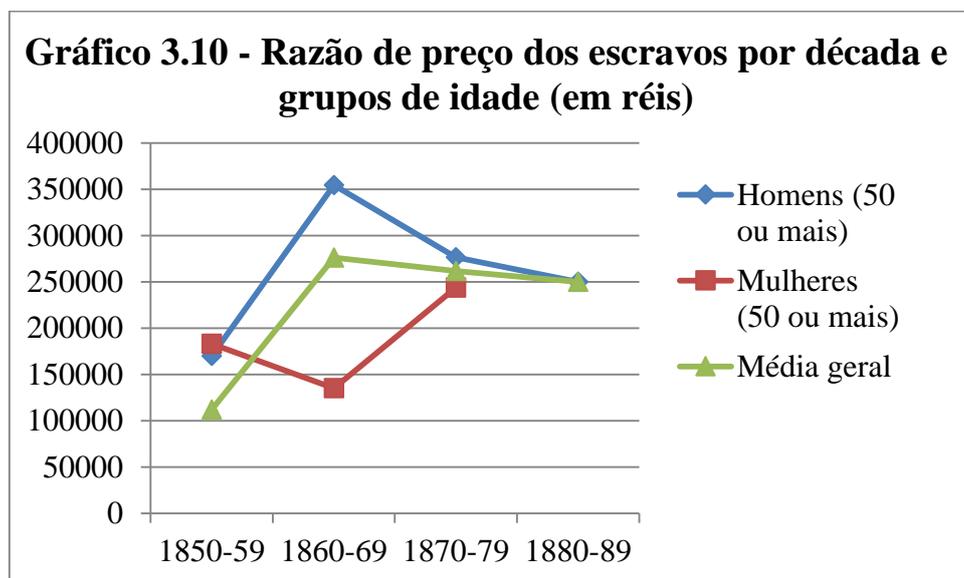
²³⁵ Ver inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852.

²³⁶ Para Maria e Fleciano, ver inventário de Maria Magdalena da Conceição, 1864.

²³⁷ Para o casal André e Maria, ver inventário de Francisco Guedes Cavalcante, 1875.

²³⁸ Para Benedito, ver inventário de Dona Rosa Benta das Flores, 1883.

réis), entre as décadas de 1860 e 1870 e entre esta e a de 1880, respectivamente. Estas oscilações fazem com que, na década de 1880, o valor médio dos cativos da faixa de 50 anos ou mais supere em 47,06% (80\$000 réis) o valor da década de 1850.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Assim como visto nos exemplos, entre as cativas idosas, os valores médios das avaliações não mostram o mesmo sentido da curva²³⁹. Ao contrário do que ocorre com os homens, o gráfico mostra-se oscilação significativamente decrescente entre as décadas de 1850 – neste decênio, inclusive, o valor médio das mulheres era superior ao dos homens – e 1860, quando o valor médio de avaliação deste grupo de mulheres regride em 26,25% (48\$133 réis). É positiva, no entanto, a continuação da curva – ao contrário da masculina: dos anos 1860 para a década de 1870 o seu valor médio de avaliação praticamente dobra, aumentando em 80,47% (108\$800 réis), o que faz com o valor médio das mulheres idosas desta década seja superior em 33,09% (60\$666 réis) ao valor médio inicial e praticamente se iguala ao valor médio dos homens na mesma faixa de idade (diferença de apenas 32\$666 réis, mesmo assim, percentualmente importante,

²³⁹ Destacamos que não encontramos mulheres com 50 anos ou mais na década de 1880. Este dado parece-nos mais um sintoma da maior desvalorização das escravas ao longo do período considerado, pois, muito provavelmente, os senhores destas cativas se desfizessem delas com maior facilidade, principalmente a partir da década de 1870.

de 13,39% em favor da avaliação média dos escravos). Como se percebe a partir da curvatura do gráfico, nos períodos anteriores, a diferença entre os sexos deste grupo de idade oscilou significativamente: na década de 1850 o preço médio pelo qual os homens foram avaliados era superado em apenas 7,84% (13\$333 réis) pelo das mulheres nesta faixa de idade; no decênio seguinte, esta diferença apresentava percentual bem mais significativo, de 162,16% (219\$244 réis), neste caso, em favor dos homens. Na década seguinte, a diminuição do valor médio dos escravos e o crescimento no valor médio das escravas fazem com que a diferença entre ambos seja perceptivelmente menor. Como de resto, as avaliações dos idosos (homens e mulheres) na década de 1880 são significativamente superiores aos preços dos anos 1850: percentual de 122,93%.

O que poderia explicar o aumento dos valores médios dos escravos – tanto homens quanto mulheres – deste grupo de idade, tendo em mente dois aspectos que contribuíam negativamente para seus preços: nesta faixa etária muitos escravos estavam debilitados e, mais ainda, se lembrarmos que ao longo do período às idades médias destes escravos cresceram? Situando a pergunta no caso das mulheres, consideramos pouco provável que os avaliadores levassem em consideração a possibilidade de reprodução como fator que aumentasse sua avaliação a partir do fim do tráfico atlântico, ainda mais ponderando que, entre as décadas de 1850 e 1860, seus valores médios diminuem, ao contrário do que ocorre entre os homens e com as escravas de outras faixas de idade. No caso das idosas, é remota a possibilidade de gravidez, ainda mais sendo escravas e, por conseguinte, submetidas a pesadas cargas de trabalho durante toda a vida e a possíveis castigos físicos. Mesmo entre os idosos que, no geral, tinham valores médios menores que os demais grupos, o mais provável é que o aumento do seu preço médio no período final comparado ao período inicial deva está ligado à valorização geral dos preços dos escravos.

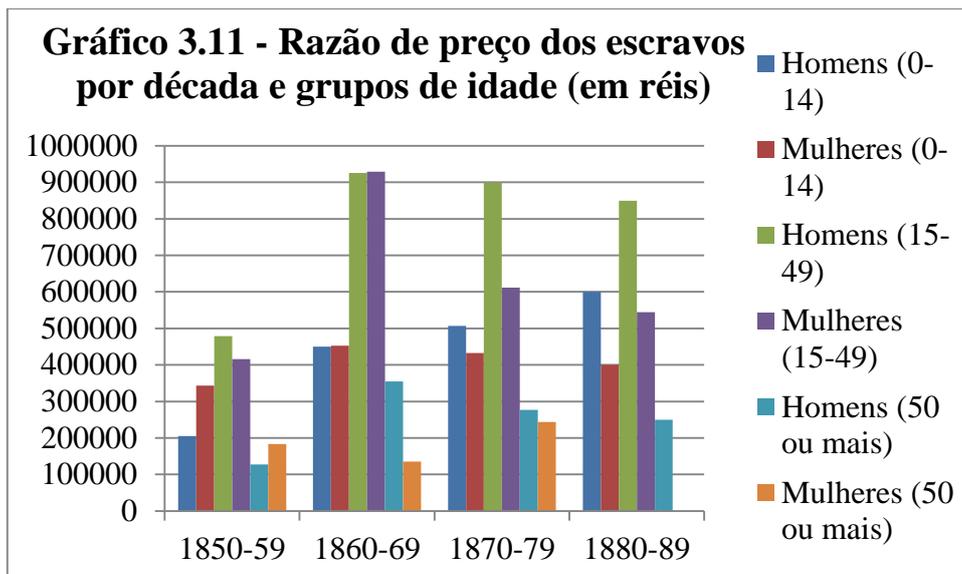
O comparativo entre os dados dos parágrafos anteriores mostra que as maiores médias pertencem aos escravos e às escravas entre 15 e 49 anos da década de 1860 (únicos com avaliações médias que superaram os 900\$000 réis) e aos escravos da mesma faixa de idade da década de 1870 (média de 899\$444 réis) (**Gráfico 3.11**). É perceptível a diferença que o fator idade traz para a avaliação dos trabalhadores

escravizados: em todas as décadas, o grupo de escravos que consideramos como formadores dos trabalhadores em plena idade produtiva tem seus valores médio sempre superiores aos valores dos demais grupos. No comparativo entre as crianças e os idosos (homens e mulheres), o primeiro grupo tem seus valores médios superiores ao do último, também para todos os períodos, outro dado a confirmar a assertiva relacionada à importância da idade na formação do preço dos escravos, pois as possibilidades de ganhos dos escravos de até 14 anos eram maiores de que as dos idosos, pois, estes já encontravam-se em processo de perda significativa de sua capacidade produtiva, enquanto as possibilidades futuras de ganhos em relação às crianças aumentavam suas avaliações, considerando a exigência de força física nas atividades que ambos os grupos desenvolviam. Tanto é assim que, são os homens de 15 a 49 os que perdem menos valor médio na queda geral do preço dos escravos no último período. No cotejamento entre as médias de preço das faixas de idade, as maiores diferenças encontram-se entre os escravos jovens/adultos e os idosos: 275,35%, 161,25%, 225,1% e 240%, sempre a favor da avaliação da faixa intermediária de idade, nos anos 1850, 1860, 1870 e 1880, respectivamente. Comparando as escravas de idade entre 15 e 49 anos com as de 50 anos ou mais, estas têm avaliações inferiores em 126,99%, 587,25%, 150,85%, nas décadas de 1850, 1860 e 1870²⁴⁰, respectivamente. Tanto no comparativo entre crianças e adultos, quanto entre crianças e idosos (de ambos os sexos), as diferenças são menores, apesar de significativas²⁴¹.

Percebe-se, assim, que as idades eram de vital importância no momento da avaliação dos escravos, em ambos os sexos e levando-se em consideração todos os períodos. A partir da década de 1860, quando já não havia possibilidade de se importar escravos africanos, que em sua maioria eram homens e jovens, a média de preços dos escravos na faixa de 15 a 49 anos deu um salto, para ambos os sexos, enquanto que a oscilação do preço médio dos outros grupos de idade aconteceu em menor grau e em sentido positivo e negativo.

²⁴⁰ Como já dito, não encontramos nenhuma escrava com 50 anos ou mais no último decênio, impossibilitando a elaboração do dado para o período de 1870.

²⁴¹ Chama a atenção um dado da década de 1860, quando o valor médio das crianças do sexo feminino supera o das idosas em 234,89%.



Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

Por fim, consideraremos as profissões dos trabalhadores escravizados enquanto fator a interferir na elaboração do seu preço. Como ressaltamos ao longo do capítulo 2, os inventários mostraram a agricultura de subsistência, de abastecimento interno e de algodão junto com a pecuária como as principais atividades produtivas de Limoeiro ao longo da segunda metade do século XIX. Predominava, neste tipo de atividade, em diversas áreas no Brasil do mesmo período, a utilização de técnicas e ferramentas que exigiam pouca ou nenhuma especialização do trabalhador. Entre os inventários analisados, não encontramos nenhum dado, explícito ou implícito, que indicasse atividades econômicas fora do eixo agropastoril²⁴², na maioria das vezes, praticadas em pequeno e médio portes. Sendo assim, quaisquer atividades agrícolas mais especializadas, assim como o comércio, o artesanato ou a indústria exemplificam o grupo econômico que *não compunham* o rol produtivo dos limoeirenses inventariados.

As informações presentes nos inventários no que diz respeito aos ofícios dos escravos confirmam o que estamos argumentando no parágrafo precedente (**Tabela 3.19**). Apenas 30 escravos (8,06% do total) tiveram sua especialização mencionada (**Tabela 3.1**). Os homens formaram a maioria: 17 (8,02% do total de homens) contra 13 mulheres (8,13% do total de mulheres). Entre as cativas temos duas profissões: agricultor e aprendiz e para os cativos temos, além de agricultor, oficial de sapateiro e

²⁴² Exceto por dívidas mencionadas em alguns processos.

carcereiro²⁴³. Nos dois casos, os trabalhadores agrícolas formam a maioria dos cativos com profissão evidenciada: são 15 homens (88,24% do total do sexo) e 12 mulheres (92,31% do total do sexo), que somados formam 90% do total deste grupo de escravos de ambos os sexos.

Tabela 3.19 – Razão de preço dos escravos segundo profissões (em réis)

Especialização	Homens		Mulheres	
	Quant.	Preço médio	Quant.	Preço médio
Nenhuma ²⁴⁴	195	548\$552	147	470\$979
Oficial de sapateiro	1	1:200\$000	-	-
Carcereiro	1	1:150\$000	-	-
Agricultor	15	597\$333	12	504\$166
Aprendiz	-	-	1	400000

Fonte: Cartório do Único Ofício de Limoeiro de Anadia.

No comparativo dos escravos agricultores, a média do preço dos homens supera à média do preço das mulheres em 18,48% (93\$166 réis), confirmando o que estamos argumentando ao longo de todo o capítulo: para as atividades requeridas na sociedade em questão, a força física era atributo bastante valorizado. Encontramos outro dado a abonar a informação no caso dos escravos sem especialização mencionada, pois, neste grupo, a avaliação média dos cativos extrapola à das cativas em 16,47% (77\$573 réis). Analisando ainda as cativas, a média de preço das que não tinham profissão²⁴⁵ era

²⁴³ Considerando que estamos tratando de uma sociedade que tinha a pecuária como um dos pilares econômicos, devemos evidenciar a ausência de *vaqueiros*, *campeiros* ou algo do tipo entre as profissões dos escravos. Não deve ser o caso de total ausência deste grupo de trabalhadores entre os cativos inventariados. O mais provável é que, assim como ocorria na avaliação dos escravos agricultores (ver a próxima nota), esta atividade profissional fosse tão espalhada pela sociedade em questão que caracterizar um escravo com tais atributos não o tornasse distinto dos demais e, portanto, fosse desnecessário.

²⁴⁴ Ou não mencionadas.

²⁴⁵ Assim como ocorria na quase total ausência de agricultores e vaqueiros entre os escravos inventariados, devemos ponderar, neste caso, que, a falta de alusão no inventário a profissões não necessariamente significava que o escravo não tivesse estes atributos. O que implica algumas observações. Primeiro, por ser majoritariamente difundida na população local, provavelmente, como os dados mostram, a menção a agricultora não fosse fator diferenciador do preço dos escravos, dispensando-a da presença na sua caracterização. Segundo, os diversos escrivães que ao longo do tempo passaram pelo Cartório do Único Ofício de Limoeiro tinham métodos diferentes de descrição dos escravos ou de outros bens: alguns traziam diversas informações (entre elas a profissão), outros apenas o nome e o preço do escravo, o que não significa desconhecimento das demais informações por parte deles ou dos avaliadores.

inferior em 6,58% em relação às agricultoras, dado que, no caso dos homens, era de 8,89%²⁴⁶. O fato de o preço médio dos escravos e escravas avaliados como agricultores ter sido maior do que a média de preço dos que não tinham mencionada a especialização deve estar menos ligado ao tipo de atividade que os dois grupos desenvolviam, possivelmente as mesmas, e mais ao fato de que a totalidade dos que formam o grupo dos agricultores ter aparecido nas duas últimas décadas, quando, no geral, as médias de preços dos escravos estavam mais elevadas.

Além destes, temos apenas mais três escravos com profissões presentes nas avaliações: entre as mulheres, Rita, parda, de 11 anos, aprendiz que teve seu preço estipulado em 400\$000, provavelmente por conta de sua idade²⁴⁷; no caso dos homens, pertencentes à mesma senhora, temos Antonio, carcereiro, de 30 anos e Jeronimo, “official de sapateiro”, de 28 anos, com avaliações significativas de 1:150\$000 réis e 1:200\$000 réis, respectivamente²⁴⁸.

Por fim, quando do arrolamento da herança, poderia ocorrer dos inventariantes – indivíduos responsáveis pela menção e descrição dos bens do espólio – não se referirem, voluntaria ou involuntariamente, a todas as características dos escravos, impossibilitando sua presença no inventário.

²⁴⁶ Tanto para homens quanto para mulheres, em agricultores assim como nos sem profissão, encontramos escravos cujos preços igualam ou extrapolam o valor de um conto de réis. Para os agricultores, Domingos, pardo, com 29 anos, avaliado em 1:200\$000 réis e a escrava Benedita, preta, com 41 anos, acompanhada da filha ingênua de 10 anos, avaliada em 1:000\$000 réis – única agricultora com este valor de avaliação, todas as demais escravas estavam abaixo. No caso dos sem profissão, Antonia, cuja descrição só informa que seu dono a “houve por herança” e Felisberto, preto, apto para o trabalho, mas sem descrever qual, ambos avaliados em 1:000\$000 réis. Para Domingos e Benedita, ver, respectivamente, inventário de Manoel Rolemberg Cavalcante, 1880 e inventário de Dona Rosa Benta das Flores, 1883. Para Antonia e Felisberto ver, respectivamente, inventário de Manoel Valentin de Almeida, 1863 e inventário de Maria da Piedade, 1875.

²⁴⁷ Ver inventário de Bernardina Francisca da Conceição, 1878.

²⁴⁸ Ver inventário de Dona Maria Barbosa de Oliveira, 1862. Mesmo possuindo cativos com profissões que os distinguiam dos outros cativos de Limoeiro, certamente a senhora citada praticava a pecuária como principal atividade econômica, conjugada com o aluguel de seus escravos, pois, entre seus bens, existe algo raro na época entre os inventariados de Limoeiro: dinheiro em espécie. Acusam no sentido da pecuária, seu rebanho formado por 140 cabeças de gado, entre vacas, novilhas, garrotes(as), bezerros(as), que totalizavam 2:756\$000 réis, quase 21% de seu patrimônio. Dinheiro em espécie, joias, cavalos, escravos e terras e casas completavam seus 13:147\$998 réis, de cujo valor o preço dos quatorze escravos somava 71,49%. Não há ferramentas entre os bens da inventariada que os trabalhadores acima pudessem utilizar na sua labuta. Esta ausência poderia significar o pouco valor destas, a sua não menção proposital, o fato de que estas pertencessem aos próprios escravos ou, ainda, que eles trabalhassem com ferramentas de terceiros.

Tendo vista uma sociedade que organizava sua produção basicamente para a produção de gêneros alimentícios, gado e algodão, ou seja, uma sociedade agropastoril, a posse escrava em Limoeiro permaneceu numa média baixa e bastante difundida entre os indivíduos analisados. Ocorre crescimento do número de escravos até a década de 1870, com queda acentuada no decênio seguinte. Na década de 1850 estão as maiores posses, sendo estas concentradoras durante todo o período do maior número de escravos, inclusive dos escravos masculinos.

Os homens são a maioria dos trabalhadores escravos, apesar da tendência à igualdade com as mulheres ao longo do período. A reprodução natural mostrou-se importante nas escravarias analisadas, pois as crianças têm uma presença marcante entre os cativos e, neste caso, com maior igualdade entre os sexos. O número de idosos era pequeno e com presença principalmente nas maiores escravarias, indicando condições de vida ruins e que, os grandes proprietários gozavam de condições melhores para manterem seus plantéis. Ocorre crescimento do número de escravos crioulos até a década de 1870, sendo os africanos em número pouco significativo. Os homens são a maioria nos dois grupos, principalmente entre os escravos brasileiros, pois entre os africanos a predominância de homens é bastante inferior.

Além de fatores externos, com importância significativo como o fim do tráfico internacional e a abolição do ventre, no caso dos escravos em análise, a idade e o sexo são as duas características com maior peso na formação do preço: homens entre 15 e 49 anos mostraram-se como os escravos com os maiores preços. Por ser pouco mencionada, a profissão dos escravos mostrou-se de baixa significância na aferição de preço. O valor dos escravos cresce significativamente até a década de 1870, período a partir do qual experimenta baixa, mesmo assim permanece superior aos dos anos 1850.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual região agreste do Estado de Alagoas caracteriza-se por ter uma economia bastante diversificada, baseada, principalmente, na agricultura – de fumo e de alimentos –, na pecuária e no comércio²⁴⁹. Tencionamos com este trabalho as transformações experimentadas por esta região ao longo da segunda metade do século XIX, principalmente no que concerne a suas características econômicas e sociais.

Ao longo da ocupação portuguesa, a parte sul da capitania de Pernambuco manifestou-se, sobretudo, como sendo uma área destinada a produção de gêneros alimentícios, de fumo e para a criação de gado. Em especial nas áreas ao sul do rio São Miguel e ao norte do rio São Francisco, justamente o território que o agreste ocupa hodiernamente. Os bons pastos da região conhecida como *campos dos Inhauns* permitiram a ocupação europeia da mesma. A produção de gêneros agrícolas e de gado da área destinava-se, nomeadamente, a abastecer os engenhos e as áreas urbanas do norte pernambucano. A lavoura canavieira e a fabricação de açúcar da região eram modestas.

Isso não impediu que se estabelecesse a ocupação europeia da área, potencializada, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, pela destruição dos grupos indígenas existentes na região, pela expulsão dos holandeses e pelo aniquilamento do quilombo dos Palmares. Ao longo deste último século, não abandonando a produção de gêneros alimentícios, a comarca de Alagoas vê a quantidade de engenhos crescer, assim como, o alargamento da produção de algodão, atividades que, em grande parte, vão dar a tônica da economia regional no oitocentos. Na região de Anadia, mesmo com poucas informações, a agropecuária de subsistência continuou sendo a principal atividade econômica.

No século XIX, principalmente nas duas primeiras décadas de sua segunda metade, temos uma efervescência econômica em Alagoas, trazida, especialmente, pelo aumento da produção de algodão. Ao longo da primeira metade, a produção de algodão juntamente com a de açúcar ganham força e tornam-se as atividades mais importantes da província. No caso de Anadia, o algodão ganha corpo, mas o gado e a produção de alimentos continuam como sendo as atividades mais praticadas na área. É neste período que a região ganha os contornos políticos: criação da vila, da comarca, da freguesia que, com o tempo, se subdividem, formando, finalmente, na segunda metade do século, a freguesia e depois vila, de Limoeiro.

Justamente nas últimas cinco décadas deste século, por questões internacionais, em especial, mas também nacionais, regionais e locais, Anadia passa por um *boom*

²⁴⁹ SIMÕES, Leonardo. Op. cit., p. 241 e 281.

econômico. Constatamos isso na análise desenvolvida a partir dos inventários. Percebemos que, como era regra no Brasil, os haveres daquela sociedade estavam extremamente concentrados nas mãos de um pequeno grupo de abastados. Que, de uma forma geral, eram providos da maior parte da riqueza por que possuíam escravos. Encontramos nos inventários as principais atividades econômicas da região que não fugiram ao que foi caracterizada ao longo de nosso trabalho: produção de algodão, de alimentos e pecuária. Sendo desta maneira como os grupos locais produziam sua riqueza. Os dados conjugados mostraram que, majoritariamente, os limoeirenses praticavam esta atividade em pequena escala e, mesmo não tendo condições de afirmar com certeza, destinavam sua produção principalmente para o consumo próprio.

Numericamente e, em alguns casos, também em termos de riqueza, os indivíduos das faixas médias de riqueza formavam as pessoas com a maior presença entre os inventariados. Aqui ocorre o mesmo que entre os grupos abastados: sua posição na escala social se dá pela presença de trabalhadores escravizados. Sendo assim, os escravos são a principal fonte de riqueza de Limoeiro na segunda metade do século XIX: ser rico significa ter escravos; para construir riqueza é necessário ter escravos. O contrário também ocorre. Em grau bastante inferior, imóveis e animais participam de forma expressiva da construção da riqueza. No entanto, não possuí-los, ou tê-los em pequena escala, não denotava pertencer a uma categoria inferior de riqueza.

Estas flutuações da economia local perpassam a posse escrava. Presença majoritária durante as décadas de 1850 até 1870, os cativos locais são formados, em sua maioria, por escravos homens, jovens e nacionais, trabalhando, principalmente na agricultura e na pecuária. A relação entre escravidão e pecuária mostrou-se importante na região estudada: boa parte dos escravos pertenciam a senhores que os utilizavam na pecuária. Percentualmente, o número de cativos cresce ao longo do período, assim como as idades dos escravos, ocorrendo o contrário com os africanos. Ao mesmo tempo em que os cativos – homens, mulheres, nacionais, estrangeiros, de todas as faixas etárias – diminuem numericamente – mortes, comércio interprovincial, alforrias são as razões principais – seus preços, principalmente dos homens jovens, têm um crescimento significativo – como, de resto, ocorre com todos os itens presentes nos inventários.

Intentamos nessa dissertação contribuir com o preenchimento de algumas lacunas da historiografia sobre Alagoas²⁵⁰. Assim como uma historiografia recente e renovada, podemos concluir que Alagoas *não é uma dádiva do açúcar* e, muito menos, do algodão. Foram seres humanos e não produtos que construíram a economia e a sociedade local.

²⁵⁰ Para uma discussão sobre algumas das razões destas lacunas, ver: MACIEL, Osvaldo. Apresentação. In: MACIEL, Osvaldo (org.). **Pesquisando (n)a província:** economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX). Maceió: Q Gráfica, 2011. MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Moreno Brandão e sua História de Alagoas: alguns dados, uma outra leitura. In: BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas.** 3 ed. Arapiraca: EDUAL, 2004.

FONTES

INVENTÁRIOS²⁵¹

Inventário de André da Piedade Ursilino, 1884.

Inventário do Alferes Pedro Alexandrino de Santa Anna Gebara, 1877.

Inventário de Anna de Souza, 1862.

Inventário de Anna Joaquina das Chagas, 1854.

Inventário de Apolinario Martins de Oliveira, 1876.

inventário de Antonia Maria da Conceição, 1880.

Inventário de Antonia Maria Marcella, 1871.

Inventário de Bazilio Esteves da Costa, 1852.

Inventário de Bernardina Francisca da Conceição, 1878.

Inventário do Capitão Francisco das Chagas e Silva, 1878

Inventário do Capitão Romão Gomes d'Araújo e Silva, 1871.

Inventário de Dona Anna d'Anunciação e Silva, 1875.

Fnventário de Dona Anna Francisca Rabello Quintella, 1872.

Inventário de Dona Anna Josefa da Cunha, 1860.

Inventário de Dona Maria Barbosa de Oliveira, 1862.

Inventário de Dona Pastora Maria de Jesus Lima, 1854.

Inventário de Dona Rita Francisca do Espirito Santo, 1882.

Inventário de Dona Rosa Benta das Flores, 1883.

²⁵¹ Os processos que foram explicitamente citados ao longo do texto.

Inventário de Dona Roza Maria da Conceição, 1856.

Inventário de Dona Rosa Maria da Graça, 1881

Inventário de Dona Thereza Maria de Jesus, 1871.

Inventário de Dona Victoriana Francisca da Silva, 1871.

Inventário de Francisca Vieira Lima, 1862.

Inventário de Iria dos Santos, 1853.

Inventário de Joaquim Ferreira de Jesus, 1862.

Inventário de Joaquim Gomes de Alcantara, 1878.

Inventário de Joaquim Roberto da Silva, 1863.

Inventário de João da Rocha Cavalcante, 1874.

Inventário de João Vieira da Fonceca, 1878.

Inventário de Justino Maximo da Ora, 1872.

Inventário de Leandro Paes de Almeida, 1863

Inventário de Manoel Barbosa Rego, 1855.

Inventário de Manoel Fernandes da Cunha Pinto, 1870.

Inventário de Manoel Jose da Costa, 1881.

Inventário de Manoel Valentin de Almeida, 1863.

Inventário de Manoel Rolemberg Cavalcante, 1880.

Inventário de Maria Barbosa de Oliveira, 1861.

Inventário de Maria Claudina do Nascimento, 1875.

Inventário de Maria da Conceição, 1863.

Inventário de Maria da Piedade, 1875.

Inventário de Maria Fellipe da Conceição, 1872.

Inventário de Maria Luisa da Silva, 1870.

Inventário de Maria Magdalena da Conceição, 1864.

Inventário de Miguel Archanjo de Oliveira, 1887.

Inventário de Nicolaó Alves Generaso, 1882.

Inventário de Paulino Barbosa da Silva, 1859.

Inventário de Pedro Victal da Silva, 1861.

Inventário de Roberto da Ressureição e Silva, 1861.

Inventário de Roberto da Silva, 1863.

Inventário de Senhorinha Maria de Jesus, 1872.

Inventário do Tenente Francisco Mendes da Silva, 1860.

Inventário do Tenente Manoel Fernandes da Cunha Pinto, 1870.

Inventário de Valentin João de Souza, 1863.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA

ALBUEQUERQUE, Antonio Coêlho de Sá e. **Falla dirigida á Assembleia Legislativa da provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinária do anno de 1866, pelo excellentissimo presidente da mesma provincia o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.** Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1856.

AGUIAR, Antonio Nunes de. **Fala dirigida á Assembleia Legislativa da Provincia das Alagoas, na abertura da segunda sessão ordinaria da setima legislatura, pelo excellentissimo presidente da mesma Provincia, o coronel Antonio Nunes de Aguiar, no dia 18 de março de 1849.** Pernambuco: Typographia de Santos & Companhia, 1849.

ARAUJO, João Vieira de. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia das Alagoas na abertura da 2.^a sessão da 20.^a legislatura em 15 de março d 1875 pelo Doutor João Vieira de Araujo Presidente da Provincia.** Maceió: Typographia do Jornal das Alagoas, 1875.

BRANDÃO, Francisco de Carvalho Soares. **Falla com que o exm. sr. dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão presidente da provincia installou a 1.^a sessão ordinaria da 22.^a provincial das Alagoas em 16 de abril de 1878.** Maceió: Typographia do “Liberal”, 1878.

CARVALHO, Antonio Alves de Souza. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas, pelo presidente da provincia Antonio Alves de Souza Carvalho, na abertura da 1.^a sessão ordinária da 14.^a legislatura.** Maceio: Typographia do Diario do Comercio, 1862

GAMA, Agostinho Luiz da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1859, pelo excellentissimo presidente da provincia o doutor Agostinho Luiz da Gama.** Maceio: Typ. Commercial de A. S. da Costa, 1859.

GRAÇA, Guilherme José da. Relatório dirigido ao exm.o presidente da Provincia das Alagoas dr. Agostinho Luiz da Goma pelo inspector da Thesouraria Provincial da mesma Guilherme José da Graça no anno de 1859. In: GAMA, Agostinho Luiz da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia das Alagoas na abertura da sessão ordinaria do anno de 1859, pelo excellentissimo presidente da provincia o doutor Agostinho Luiz da Gama.** Maceio: Typ. Commercial de A. S. da Costa, 1859

SILVA, João Thomé da. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa das Alagoas pelo exm. sr. Presidente da Provincia Doutor João Thomé da Silva em 16 de março de 1876.** Maceió: Typ. do Jornal das Alagoas, 1876.

OUTRAS FONTES

ARAÚJO, José Virgínio Teixeira de; et. al. **Relatório ou exposição a respeito da plantação e cultura do algodão na província das Alagoas, apresentada ao excelentíssimo presidente da mesma em 18 de fevereiro de 1875.** Disponível em: pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/10/documento-geografia-do-algodao-alagoano.html.

Acessado em: 22 de março de 2015.

BARLÉUS, Gaspar, Rervm per octennivm in Brasilia Et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii Nassoviae, &c. comitis, nunc Vesaliae gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. sub Avriaco ductoris, historia. Amsterdã: Typographeio Ioannis Blaev. 1647. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00246000>. Acessado em: 01 de junho de 2015.

GALVÃO, Olímpio Euzébio; BASTOS, José Antônio de Magalhães; COUTINHO, Abílio. **Viagens do Exmo. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, mui digno Presidente da Província das Alagoas a cidade de São Miguel e Vila de Coruripe; as Comarcas de Camaragibe e Porto Calvo; Penedo e Mata Grande; ao Rio São Francisco até Piranhas e as Comarcas de Imperatriz, Anadia e Atalaia.** Maceió: Grafmarques, 2010.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira.** Ouro Preto: Tipographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1/mode/1up>. Acessado em: 2 de janeiro de 2015.

WALBEECK, Johannes van; MOUCHERON, Henrique de. **Relatório sobre o estado das Alagoas em outubro de 1643.** Rev. Do IAHGP. Recife, v. V, n. 33.

REFERÊNCIAS

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do Sertão: espacialidade e poder, violência e resistência, 1850-1888.** Dissertação de mestrado. Campina Grande: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856. In: MACIEL, Osvaldo (org.). **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX).** Maceió: Q Gráfica, 2011.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. A dança da riqueza: variações da fortuna pessoal em Juiz de Fora (1870-1914). In: **Anais do 1º Seminário de Pós-Graduação em História Econômica.** Araraquara: ABPHE, setembro de 2002.

ANDRADE, Juliana Alves de. **A mata em movimento: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas.** Dissertação de mestrado. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, 2008.

_____. **Gente do vale: experiências camponesas no interior da província das Alagoas.** Tese de doutorado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2014;

ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas.** Maceió: EDUFAL, 1997.

AZEVEDO, José Ferreira. **Formação sócio-econômica de Alagoas: o período holandês (1630-1654) – uma mudança de rumo.** Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

BARBOSA FILHO, Gilberto. **Fragmentos de uma história: índios, brancos, e negros no processo de construção da identidade sócio-econômica e política de Limoeiro de Anadia.** Arapiraca: Gráfica Farias, 2010.

BARBOSA JUNIOR, Jose. A autonomia política de Alagoas e seus factores. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. V. X, ano LXXX, 1925.

BEZERRA, Deisiane da Silva. **Território indígena em Palmeira dos Índios: disputa, conflitos e posse**. Monografia. Palmeira dos Índios: Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas, 2012.

BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3 ed. Arapiraca: EDUNEAL, 2004.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012

BUESCU, Mircéa. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973.

BURLAMAQUI, Maria Ferreira. **Trajatórias e práticas e sociabilidade na apropriação de Terás (Floresta e Tacaratú, 1840-1880)**. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2005

CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Existe uma “Alagoas Colonial”? : Notas preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina. In: **Revista Crítica Histórica**. Ano I, nº 1, Jun. 2010. Disponível em: http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=53:existe-uma-alagoas&catid=36:dossie-ensino&Itemid=55. Acesso em 17 jul. 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; CASTRO, Hebe Maria Mattos de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; VAINFAS, Ronaldo. **Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. A modernização frustrada: a política de terras no Império. In: **Revista Brasileira de História**. V. 01, n. 01. São Paulo: Revista da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, 1981

_____. **Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. In: **Revista de História**. N. 167, São Paulo: USP, julho/dezembro de 2012, pp. 223-60.

CASTRO, Guiomar Alcides de. **São Miguel dos Campos**. Maceió: Gazeta, 1991.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da História da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

COSTA, Craveiro. Os inquéritos censitários em Alagoas. In: **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano**. V. X, ano 53, 1924.

CUNHA, Maíse Faleiros da. senhores e escravos: uma análise transversal. In: **Centro de Documentação e pesquisa de História dos Domínios Portugueses**, p. 375. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Senhores-e-escravos-Uma-an%C3%A1lise-transversal-Ma%C3%ADsa-Faleiros-da-Cunha.pdf>.

Acessado em: 2 de março de 2015.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **O senado da câmara de Alagoas do Sul: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654-1751)**. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

_____. Pescaria e bem comum: pesca e poder local em Porto Calvo e Alagoas do Sul (séculos XVII e XVIII). In: CAETANO, Antonio Filipe P. **Alagoas colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII e XVIII)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

DIEGUÉS JÚNIOR, Manuel. **O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. “**Catirina minha nega, teu sinhô ta te querendo vende, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais ti vê. Amaru mambirá**”: o Ceará no tráfico interprovincial. 1850-1881. Dissertação de mestrado em História Social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). IN: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil colonial**: volume 1 (ca. 1443-ca. 1580). 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. O Império escravista e República dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda. **História geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e inventários. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no nordeste paulista**: Batatais, 1851-1887. Dissertação de mestrado em História. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. In: **Afro-Ásia** – Revista de História. N. 27. Salvador: UFBA, 2002, pp. 121-160.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LESSA, Golbery. Para uma história da indústria têxtil alagoana. In: **Gazeta de Alagoas – Seção Saber**. Ano LXXIV, N° 1.144. Maceió: 6/12/2008, s/ p.

LIMA, Carlos A. M. Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX). In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). **Escravidão e liberdade**. Temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012

LIMA, José Franklin Casado de. História da estatística em Alagoas. In: **Série Estudos Alagoanos**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura. Caderno XIV, 1962.

LIMA, Yvone Costa Carvalho de Araujo. **Escravidão na Região Agreste da Província de Pernambuco: a vila de Altinho na segunda metade do século XIX**. Monografia de Conclusão de Curso. Recife: Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

LINDOSO, Dirceu. Interpretação da província. In: **Cultura Popular**. Série Cadernos de Cultura. Maceió: Secretária da Cultura – SECULT, 1985.

LOPES, Lucina Suarez. Uma economia em transição: a economia e a alocação de riqueza na antiga vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. In: **História econômica & história de empresas**. V. X N. 2. 2007.

MACIEL, Osvaldo. Apresentação. In: MACIEL, Osvaldo (org.). **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)**. Maceió: Q Gráfica, 2011.

_____. Moreno Brandão e sua História de Alagoas: alguns dados, uma outra leitura. In: BRANDÃO, Moreno. **História de Alagoas**. 3 ed. Arapiraca: EDUAL, 2004.

_____ (Org.). **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX)**. Maceió: Q Gráfica, 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA; Sílvia H.; MENDONÇA, Joseli M. N. (orgs.). **Direitos e justiças no Brasil**. Ensaios de história social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

MOTA, Antonia da Silva. Família e fortuna no Maranhão setecentista. In: **Clio**. Revista de Pesquisa Histórica. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004

MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP, Annablume, 1999.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheiro. *Cativeiro e cotidiano num ambiente rural*. Sertão do Médio São Francisco – Pernambuco (1840-1888). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado. Recife: 2008.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**: Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Stiliano, 1998.

_____. Comentários: sobre os circuitos econômicos regionais. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs.). **Nomes e números**: alternativas metodológicas para história econômica e social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006

MATOSO, Kátia de Queirós. A riqueza dos bahianos no século XIX. In: **Clio** – Revista de Pesquisa Histórica. Série História do Nordeste. N. 11. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1988.

MELO, Hélder Silva de. **As relações de trabalho e o discurso de valorização do trabalho em Alagoas na segunda metade do século XIX – 1850-1871/2**. TCC. Arapiraca: Departamento de História, 2010.

_____. Dados estatísticos e escravidão em Alagoas (1850-1872). In: MACIEL, Osvaldo (org.). **Pesquisando (n)a província**: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX). Maceió: Q Gráfica, 2011.

_____. Resenha crítica de “TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. O ciclo do algodão e as vilas operárias. Maceió: Sebrae, 2013. 144p.”. In: **Revista Crítica Histórica**. Ano V, nº 9, Maceió: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – Universidade Federal de Alagoas, julho-2014, pp. 271-7.

MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. **Um século de pernambucos mal contados**: estatísticas demográficas nos oitocentos. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005.

NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira, et. al. Elementos comuns e diferenças entre os patrimônios registrados na pecuária gaúcha e na pernambucana no início do século XIX. In: **VIII Encontro de Economia da Região Sul**, p. 11. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2005/artigos/area4-02.pdf>. Acessado em: 23 de março de 2015.

PEIXOTO, Ivina Luciana Morais. **Cotidiano e vida escrava nos ares do Sertão**: Boa Vista, Tacaratu – 1850/1888. Dissertação de mestrado. Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2007

PEREIRAS, Cláudia Eliane; MARTINEZ, Marques. **Riqueza e escravidão**: vida material e população no século XIX. Bonfim do Paraopeba/MG. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

PEREIRA, Eudes Ferreira. **Vestígios da escravidão em Anadia**: anotações a partir de um inventário. TCC. Arapiraca: Departamento de História, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1948.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, s/ data [primeira edição de 1842].

RAFAEL, Cícero. **História de Anadia**. Maceió: Secretária da Cultura de Alagoas – SECULT, 1994.

ROSAS, Suzana Cavani. Escravos e senhores no Sertão de Pernambuco no século XIX. In: BRANDÃO, Tanya Maria Pieres; ROSAS, Suzana Cavani (orgs.). **Os sertões: espaços, tempos, movimentos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, 2011.

SANTOS, Adail Antonio dos. **São Miguel dos Campos é outra história**. Maceió: Edições Nosso Mundo, 2007.

SCHWARTZ, S. B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. In: **Estudos Econômicos**. V. 13, n. 1. p. 259-87, jan.-abr. 1983.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Desaldeando: estratégias indígenas diante do poder político e econômico na Província de Alagoas (1842-1872)**. Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Linha de Pesquisa Escravidão e invenção da liberdade, 2010.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste século XIX**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

TENÓRIO, Douglas Apratto. A fé, a capela, os santos. Alagoas e a influência sacra em sua formação histórica. In: **Cabanos: Revista de História**. Ano 1, vol. 1. Arapiraca: FUNESA; Maceió: EDUFAL, jan./jun. de 2006.

_____. Campos dos Arrozais dos Inhaúns: Anadia. In: SIMÕES, Leonardo (Coord. ger.). **Enciclopédia dos municípios alagoanos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello – Núcleo de Projetos Especiais, 2012

_____. Terra dos valentes Sinimbys: São Miguel dos Campos. IN: SIMÕES, Leonardo (Coord. ger.). **Enciclopédia dos municípios alagoanos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello – Núcleo de Projetos Especiais, 2012.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae, 2013.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: **Estudos Econômicos**. V. 33, n. 2. São Paulo, abril-junho 2003.